



IV GOVERNO CONSTITUCIONAL

“Adeus Conflito,
Bem-vindo Desenvolvimento”

Retrato da Governação do Mandato da AMP (2007-2012)



INDICE

Introdução

Consolidar a Paz e a Estabilidade Nacional

Garantindo a Paz e a Segurança Interna

Consolidando a Defesa Nacional

Fortalecendo o Sector da Justiça

Reformar a Gestão do Estado

Promovendo a Boa Governação e Reformando a Administração Pública

Consolidando a Democracia

Investir nas Infra-estruturas

Construindo Obras Públicas

Fornecendo Energia, Água e Saneamento Básico

Reformando o Sector das Telecomunicações

Construir a Economia

Promovendo o Crescimento Económico

Investindo nos Recursos Naturais

Desenvolvendo a Agricultura

Estimulando o Turismo

Preservando o Meio Ambiente

Prestar Serviços de Qualidade

Investindo na Educação de Qualidade

Qualificando os Recursos Humanos Nacionais

Promovendo o Acesso Generalizado à Saúde

Protegendo os mais Pobres e Vulneráveis

Fomentando a Cultura e o Desporto

Planear o Futuro: O Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030

Desenvolvimento do Capital Social

Desenvolvimento de Infra-estruturas

Desenvolvimento Económico

Desenvolvimento do Quadro Institucional



Introdução

O IV Governo Constitucional tomou posse a 8 de Agosto de 2007 e cumpriu um mandato de cinco anos outorgado pelo Povo timorense. As realizações alcançadas por este Governo foram o resultado de uma conjugação de esforços de cinco partidos, unidos numa Aliança para uma Maioria Parlamentar, que só por si constituiu um desafio e uma prova de maturidade democrática do jovem Estado de Timor-Leste.

O elenco governamental, composto por diferentes backgrounds políticos e profissionais, assumiu o compromisso de transformar Timor-Leste numa sociedade estável, solidária, unida e virada para o futuro. A vontade expressa dos timorenses, nas eleições legislativas de 2007, foi a vontade de mudança e a vontade de um projecto político reformador.

Enquanto Primeiro-Ministro, sinto-me particularmente satisfeito por não termos defraudado as expectativas do nosso Povo. Passados cinco anos de governação da AMP, concretizámos o principal desejo do Povo timorense, isto é, viver em sossego, livre de perseguições políticas, livre de insegurança, livre da ameaça ou violação dos direitos humanos e reconhecido pelos sacrifícios prestados à Pátria. O Povo de Timor-Leste vive agora em paz e tem, em conjunto com os Órgãos de Soberania e com a Sociedade Civil, vindo a construir o Estado, com base nos princípios democráticos plasmados na Constituição.

E se, actualmente, podemos projectar a nível internacional o nosso mote “Adeus Conflito, Bem-vindo Desenvolvimento”, quando tomámos posse, em 2007, o clima que se vivia no País era de grande instabilidade, insegurança e, sobretudo, falta de confiança por parte dos timorenses e da comunidade internacional nas Instituições do Estado e na liderança do País.

Nessa altura, a nossa Nação Independente só tinha 5 anos e, por isso, era evidentemente jovem e, por consequência, frágil. Para além disso, a independência foi conquistada num contexto de risco para a estabilidade nacional. Refiro-me às consequências da guerra contra a ocupação estrangeira, evidentemente traumáticas para o nosso Povo, e à caracterização económica e social do País: rendimentos baixos, inexistência de infra-estruturas básicas, inexistência de uma Administração Pública, escassez de capital humano preparado e qualificado, dependência extrema de importação de bens essenciais, e, também, a própria inexistência política de governação democrática.

Aos I, II e III Governos não podemos retirar o mérito de terem iniciado a edificação das Instituições democráticas e o desenvolvimento de algumas áreas essenciais para o País, mas, em apenas cinco anos de governação, é natural que muitas necessidades importantes tenham ficado por abordar, algumas fundamentais para o desenvolvimento nacional.

Ao IV Governo Constitucional coube não só colmatar este vazio como, também, restaurar a segurança e estabilidade interna que foram gravemente abaladas com a crise de 2006.

Quando tomámos posse, tínhamos:

- 150 mil deslocados internos a viver em campos improvisados para o efeito. A Comunidade Internacional estimou que levaria décadas a resolver esta situação de emergência humanitária, de acordo com a experiência de outros Países. Conseguimos, em apenas dois anos, encerrar todos os campos de deslocados e reintegrar cerca de 10.000 famílias nas suas comunidades.
- Um grupo de ex-F-FDTL (um terço das Forças Armadas), frustrados com as tomadas de decisão do Estado, que se colocaram à margem da sociedade por não terem tido resposta para as suas petições. Encerrámos com dignidade este processo, reintegrando os ex-militares na sua vida civil.
- Uma situação inadmissível de não-alinhamento e desconfiança entre duas Instituições fundamentais para a segurança e estabilidade nacional, a PNTL e as F-FDTL. Reformámos o sector da defesa e da segurança e, neste momento, a nossa Polícia e as nossas Forças Armadas estão mais capacitadas, mais profissionais, mais sólidas e a trabalhar em conjunto para o bem comum.
- Um grupo rebelde armado que chegou a ameaçar a soberania nacional com o dramático caso do atentado duplo ao Presidente da República e ao Primeiro-Ministro. O grupo rebelde entregou-se voluntariamente à Justiça e os trâmites judiciais foram cumpridos na sua totalidade.
- Os nossos heróis nacionais, Combatentes da Libertação da Pátria, a viver em condições de extrema pobreza. Iniciámos um programa arrojado de reconhecimento destes heróis, incluído a transferência de subsídios para minimizar o seu sofrimento. Continuámos a homenagear os Combatentes da Libertação Nacional e iniciámos a construção de Monumentos aos Heróis Nacionais e Ossuários e realizámos, no passado dia 20 de Agosto de 2011, a Cerimónia de Desmobilização dos Combatentes da Libertação Nacional.
- Idosos, inválidos, viúvas e órfãos que se sacrificaram pela conquista da nossa Independência, também em situação de pobreza e sem protecção social por parte do Estado. Iniciámos medidas de justiça social, nomeadamente o pagamento de pensões para estes e outros grupos vulneráveis como as mulheres, crianças e jovens que contribuem fortemente para a estabilidade e desenvolvimento de um País.

A partir destas iniciativas, com impacto directo na vida das populações, sentimos uma maior participação e confiança de todo o Povo timorense na resolução dos conflitos e na consolidação da Unidade e da Estabilidade Nacional.

Foi então possível implementar a agenda reformista deste Governo, através de medidas importantes, destacando as seguintes:

- Lançámos a Reforma da Gestão do Estado e desde então temos vindo a trabalhar no sentido de desenvolver um sector público mais profissional, competente e apertadário, capaz de servir qualquer Governo.
- Promovemos a transparência e a boa governação, através da criação da Comissão da Função Pública, da Comissão Anti-Corrupção e do reforço do Gabinete do Inspector-Geral.
- Reformámos a Gestão das Finanças Públicas, com uma maior descentralização, aumento da eficiência e melhor prestação de serviços ao Povo.
- Lançámos o Modelo de Transparência em Timor-Leste, incluindo o Portal da Transparência, do Aprovisionamento, da Ajuda e de Resultados, para maior

- aproximação dos serviços públicos à população, permitindo também uma maior participação, sendo possível monitorizar por todos, a execução da despesa pública, a ajuda dos Parceiros de Desenvolvimento e ONGs, os processos de aprovisionamento do Estado e os resultados quer da execução financeira quer dos contractos assinados.
- Estabelecemos a Câmara de Contas do futuro Tribunal Superior, Administrativo, Fiscal e de Contas.
- Reformámos o Sistema Tributário da Nação, com taxas mais atractivas aos investidores nacionais e estrangeiros, oferecendo ainda um potencial de investimento em praticamente todos os sectores de desenvolvimento.
- Alcançámos taxas de execução orçamental bastante satisfatórias, que aumentaram extraordinariamente desde 2007, sendo que a execução orçamental só na categoria de capital de desenvolvimento, entre 2006/7 e 2011, teve um aumento de 3.413%. A taxa de execução orçamental em 2009 foi de 89%, em 2010 de 91% e em 2011, 83,8%.
- Criámos uma dinâmica de crescimento progressivo, capaz de combater o desemprego não só na capital do País como também no interior, e aumentámos o investimento público, fazendo com que Timor-Leste tivesse, em 2008 e 2009, as taxas de crescimento económicas mais elevadas não só da região mas do mundo, apesar da grave crise financeira global.
- Arrancámos com um Plano de Infra-estruturas Básicas Integradas, para permitir o desenvolvimento dos sectores produtivos do País, que incluem o fornecimento de electricidade para todo o País, através da utilização de fontes de energia alternativas, a melhoria das telecomunicações, o desenvolvimento dos portos, aeroportos, estradas, pontes, sistemas de esgotos e distribuição de água potável.
- O fornecimento regular de electricidade através da Rede Eléctrica Nacional é uma das principais concretizações deste Governo, sendo o maior programa de sempre de infra-estruturas para o País. Estabelecemos um Sistema Fiável de Produção, Transmissão e Distribuição de Energia Eléctrica, construindo o Complexo de Produção de Hera e o Complexo de Produção de Betano e as linhas de transmissão que irão formar um anel em torno de Timor-Leste para possibilitar que todos os timorenses, mesmo os que residem nas áreas mais remotas, passem a ter acesso à tão necessária electricidade, até aos finais de 2012.
- Iniciámos reformas profundas no nosso Sector Privado, embrionário e reduzido, promovendo os critérios da competência, honestidade profissional, e capacidade técnica na sua relação com o valor dos projectos.
- Implementámos o Pacote do Referendo, um programa inovador, para a capacitação e descentralização do sector privado, especialmente das áreas rurais, com a execução de mais de 800 projectos de infra-estruturas, envolvendo cerca de 720 companhias
- Iniciámos os Programas de Desenvolvimento Descentralizados I e II, na sequência do Pacote do Referendo, para fortalecer a economia nos distritos e para o incentivo ao aparecimento e desenvolvimento das empresas locais, para a construção e reabilitação de infra-estruturas nos distritos, que estão a promover a criação de emprego para jovens que residem nos distritos, subdistritos, sucos e aldeias do País, através de mais de 1.100 projectos.
- Encetámos o Programa de Desenvolvimento Local para o desenvolvimento dos sucos e aldeias em todo o País nas suas necessidades básicas, nomeadamente de pequenas obras públicas, segundo os seus próprios planos apresentados.

- Começámos projectos-pilotos de construção de habitações do Programa MDG-Sucos, de acordo com os Objectivos do Milénio, que consideram casa decente, água, saneamento, luz, acesso à saúde, à educação e ao mercado.
- Criámos o Fundo das Infra-estruturas para o desenvolvimento de projectos plurianuais de capital de desenvolvimento, de forma segura, transparente e responsável que, pela sua dimensão e custo, não podem ser executados apenas durante um ano financeiro, iniciando mais de 70 grandes projectos em áreas fundamentais como agricultura, educação, obras públicas, electricidade, edifícios públicos e o desenvolvimento da costa sul.
- Criámos a Agência de Desenvolvimento Nacional, criando uma estrutura que permite a monitorização e fiscalização eficaz e eficiente da qualidade dos projectos de capital de desenvolvimento e respectiva implementação e execução.
- Criámos a Comissão Nacional de Aprovisionamento de forma a garantir um sistema de aprovisionamento mais eficaz e eficiente em grandes projectos de infra-estruturas que passou, em 2012, a ser apoiado pela firma internacional de aprovisionamento Charles Kendall & Partners que contribui com recursos humanos qualificados e ajudará a garantir que os principais projectos de infra-estruturas são de boa qualidade, utilizam bem o dinheiro gasto e são geridos segundo os níveis mais elevados de transparência, profissionalismo e integridade.
- Iniciámos o Desenvolvimento da Costa Sul do País, estabelecendo uma Base de Fornecimentos, uma Refinaria e um Gasoduto, incluindo as infra-estruturas básicas necessárias como o porto, aeroporto e estradas.
- Investimos em projectos estruturantes na área da agricultura para aumentar a produção e produtividade deste sector, sobretudo no que diz respeito ao arroz e ao milho, duplicámos a produção de batata e vegetais e distribuímos centenas de toneladas de sementes e centenas de tractores pelos agricultores.
- Desenvolvemos medidas concretas para garantir a segurança alimentar nas comunidades, em todo o País, nomeadamente o desenvolvimento de uma base de dados sobre Segurança Alimentar, apoio e formação a agricultores.
- Descentralizámos os serviços agrícolas através da constituição de 8 novos Centros Regionais nos distritos.
- Inaugurámos Sistemas de Irrigação em vários distritos e canais de irrigação das áreas agrícolas nos 13 distritos tendo-se procedido igualmente à manutenção dos esquemas de irrigação existentes.
- Através das novas políticas para o acesso à educação, elaborámos e implementámos o Currículo Nacional dos Doze Anos do Ensino Básico e Secundário Geral e conseguimos uma taxa de matrículas de 88%. Em 2011 o número de matrículas no ensino básico atingiu 91% das crianças em idade escolar matriculadas, uma melhoria significativa face à taxa de 67% em 2006.
- Intervimos em 573 Estabelecimentos de Ensino (que incluíram a distribuição de carteiras nas escolas) o que representa 1/3 das infra-estruturas escolares existentes e criámos as Escolas de Referência para o desenvolvimento do Sistema de Educação Pré-Escolar, Ensino Básico e Secundário, estando actualmente em funcionamento cinco pólos: Baucau, Maliana, Same, Oecússi e Gleno.
- Erradicámos o analfabetismo nos distritos de Ataúro, Oecússi, Manatuto, Manufahi, Lautém, Aileu e Viqueque. Até Setembro de 2012 o analfabetismo será eliminado nos distritos de Ainaro, Baucau, Bobonaro, Díli, Ermera e Liquiça.

- Criámos, em 2011, o Fundo de Desenvolvimento de Capital Humano para desenvolver os nossos recursos humanos, em áreas estratégicas como sejam a dos recursos naturais, agricultura, turismo, infra-estruturas, educação e saúde, atribuindo, nomeadamente, mais de 2.300 bolsas de estudo para fora do País e mais de 1.500 bolsas de estudo no País.
- Capacitámos as instituições e os agentes do Sector da Justiça e elaborámos uma série de diplomas legislativos fundamentais ao desenvolvimento de Timor-Leste. O Relatório sobre Direitos Humanos em Timor-Leste, das Nações Unidas, demonstrou avanços no sector da justiça com potencial para Timor-Leste tornar-se um líder regional e global ao nível dos direitos humanos.
- Alcançámos os Objectivos do Desenvolvimento do Milénio no que diz respeito às taxas de mortalidade infantil e de crianças abaixo dos cinco anos.
- Implementámos uma unidade de Hemodiálise e outra de Cuidados Cardíacos no Hospital Nacional Guido Valadares, cujos serviços especializados reflectem o desenvolvimento e expansão dos serviços hospitalares por forma a responder às demandas da população, e minimizando, ao mesmo tempo, os custos de tratamento no estrangeiro.
- Construámos 46 Maternidades junto aos Centros de Saúde por forma a melhorar o acesso e a qualidade da saúde materna e reprodutiva.
- Construimos a Casa Mortuária no Hospital Nacional Guido Valadares e reabilitamos 4 unidades hospitalares.
- Reabilitámos o antigo Hospital de Referência de Baucau e construimos um total de 41 de Centros e/ou Postos de Saúde dispersos pelos 13 distritos.
- Fortalecemos o Serviço Integrado de Saúde Comunitária (SISCa), sendo que mais de 550.000 pessoas tiveram acesso integral aos serviços.
- Integrámos os 668 estudantes de medicina que regressaram de Cuba no Sistema Nacional de Saúde e realizámos a cerimónia de declaração da Eliminação da Lepra em Timor-Leste.
- Realizámos os Censos de 2010 e disseminámos os seus resultados através dos “Sensus Fo Fila Fali” a nível comunitário.
- Transformámos a Autoridade Bancária de Pagamentos em Banco Central, com responsabilidades específicas no desenvolvimento do sector financeiro, o que vem comprovar mais um passo importante na consolidação das Instituições do Estado.
- Através da aprovação da Lei do Investimento Privado, estabelecemos o enquadramento legal que nos permite a operacionalização do conceito de “one stop shop” junto do tecido empresarial.
- Criámos o Banco Comercial de Timor-Leste, antigo Instituto de Microfinanças de Timor-Leste, apostando na componente de apoio aos micro e pequenos empréstimos.
- Constituimos a Câmara de Comércio e Indústria e desenvolvemos a criação do Banco de Desenvolvimento Nacional.
- Aprovámos o Quadro Jurídico da Dívida Pública, que estabelece pela primeira vez em Timor-Leste o quadro jurídico para empréstimos do Estado. A Dívida Pública do Estado é motivada por necessidades para financiar as prioridades do

- Estado relacionadas com a construção de infra-estruturas estratégicas para o desenvolvimento de Timor-Leste. Foi negociado com sucesso o Empréstimo com a ADB e com a JICA para a execução de obras estruturantes para o País.
- Aprovação da política e legislação que estabelecem os procedimentos, directivas e regime de contratação especial para os projectos financiados através de Parceria Público-Privado, estando a ser processados neste momento três projectos importantes para iniciar a implementação dos PPPs: a reabilitação e melhoria do aeroporto de Díli; o desenvolvimento do Porto da Baía de Tíbar e os serviços de operação e manutenção de Hera e Betano.
- Investimos fortemente no Desenvolvimento Rural com reformas e programas transversais a todas as áreas de governação, tendo sido a descentralização de prestação de serviços e de oportunidades uma das principais realizações deste Governo.
- Implementámos políticas de igualdade de género que reduzem a distância entre o papel atribuído às mulheres no desenvolvimento do País e a efectiva possibilidade que lhes é dada para fazerem parte das decisões que afectam a sociedade, permitindo-lhes participar no crescimento da economia.
- Lançámos o Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030, que abrange três áreas cruciais para o desenvolvimento da Nação: o capital social, as infra-estruturas e o desenvolvimento económico, condições necessárias para alavancar uma economia forte e crescente.
- Formalizámos o nosso pedido de adesão à ASEAN e esperamos aceder em breve a este importante Fórum Regional.
- Liderámos a institucionalização do “g7+” e co-presidimos ao Diálogo Internacional sobre a ‘Construção da Paz e a Construção do Estado’, que representa 19 Países de todo o mundo, contribuindo para a consolidação da paz e democracia no mundo.

Estas realizações, entre outras, fazem parte do legado deste Governo. Sabemos que ainda muito há por fazer e, por isso mesmo, auscultando o nosso Povo, durante o ano de 2010, através de uma consulta pública em todos os distritos e subdistritos do País, desenvolvemos o Plano Estratégico de Desenvolvimento, aprovado pelo Parlamento Nacional em Julho de 2011.

Todas as estratégias e acções consideradas neste Plano visam, até 2030, transformar Timor-Leste de um País com baixos rendimentos para um País com rendimentos médios-altos, intrinsecamente associado a uma população saudável, instruída e segura e a uma sociedade próspera e auto-suficiente em termos alimentares. Este foi o apelo do nosso Povo ao qual pretendemos dar resposta.

Estamos confiantes que, a par da consolidação da paz, estabilidade e segurança interna, desenvolvemos as bases necessárias para o arranque socioeconómico de Timor-Leste, sendo que a vitória contra a pobreza no nosso País é apenas uma questão de tempo!

Kay Rala Xanana Gusmão
Maio de 2012

Consolidar a Paz e a Estabilidade Nacional





Garantindo a Paz e a Segurança Interna

A nossa independência foi conquistada num contexto que apresenta grandes riscos para a estabilidade nacional, quer devido às consequências deixadas pela guerra contra a ocupação, quer devido à caracterização económica do País, ou seja, baixos rendimentos, lento crescimento económico e extrema dependência da importação de bens essenciais. Desta forma, o desenvolvimento estratégico do sector de Segurança, dotando os seus agentes de uma eficiente e eficaz actuação, vai permitir às populações gozarem de uma paz, tranquilidade e confiança, fundamentais para o desenvolvimento das actividades necessárias para o crescimento económico, social e político do País. A Segurança e o Desenvolvimento económico estão, assim, intimamente interligados e investir na Segurança, é investir no Futuro. É neste contexto e por estes objectivos gerais que se pauta a actuação das instituições de segurança interna.

Aprovámos:

- A nova Lei Orgânica da PNTL
- Decreto-Lei do Regime de Promoções da PNTL
- A criação da Comissão de Promoções e a Comissão de Acompanhamento do Processo de Promoções da PNTL
- Decreto-Lei de Promoções Extraordinárias
- Decreto-Lei do Regime Salarial da PNTL
- Lei Orgânica dos Serviços de Migração
- Lei da Segurança Nacional
- Lei da Segurança Interna
- Lei do Sistema de Informações da RDTL

Construímos:

- O Comando Distrital da PNTL de Covalima
- O Comando da Unidade Especial de Polícia em Díli (2011)
- 38 Esquadras da PNTL por vários distritos e subdistritos (2009)
- Companhias da Unidade de Patrulhamento de Fronteira (UPF) em Bobonaro, Covalima e Oe-cusse
- Canalização e perfuração de água potável em 18 postos fronteiriços da UPF
- Unidades de Patrulhamento de Fronteiras de Badutmean, Derokren, Leohitu, Memo, Nunura, Aikakar, Fatululik, Fatumean, Lela, Walalama, Wenu, Citrana, Cruz, Leolbata e Nipane (2009).

- Torres de vigilância para a UPF por toda a zona fronteira
- Clínica de Saúde para a PNTL no Centro de Formação da Polícia em Díli (com o objectivo de alargar os serviços de saúde da PNTL para os distritos)
- Armazém da Logística Nacional da PNTL
- Bairros da Polícia nos distritos de Díli, Lautem e Baucau (este última ainda em conclusão)
- Sedes Distritais da DNSEP em Baucau, Ermera, Lautem, Liquiça e Oe-cusse

Reabilitámos:

- O Quartel-Geral da PNTL
- O Edifício do comando de Polícia Comunitária Nacional da PNTL
- 13 Postos comunitários da PNTL por todo o país.
- O Edifício Principal do Centro de Formação de Polícia
- O Centro de Instrução da PNTL de Rairobo em Atabae
- O Edifício da Secretaria de Estado da Segurança (todo o edifício)
- Edifícios do Quartel de Bombeiros de Díli e Aileu
- Edifícios da DNSEP por todos os distritos

Comprámos:

- 2 Lanchas de Patrulha para a Unidade Marítima da Polícia
- Mais de 100 veículos (motorizadas e carros) para a PNTL
- Renovação da frota de veículos e motorizadas da PNTL e Serviços de Migração, bem como das outras direcções operacionais da SES.

Recrutámos:

- 510 Polícias (recrutamento em 2011, a acrescer aos 3136 actuais efectivos)
- 77 Bombeiros (actuais 207)
- 25 Funcionários dos Serviços de Migração (actuais 75)

Estabelecemos:

- A reactivação do Conselho Superior de Polícia
- O Gabinete de Inspeção Geral da PNTL
- O Patrulhamento Conjunto da PNTL e F-FDTL, com o desenvolvimento de novas acções de coordenação e cooperação para a segurança e defesa nacional
- Centros Regionais de Protecção Civil em Díli, Baucau, Maliana, Same e Oe-cusse
- Os Corpos de Bombeiros em Same e Manufahi
- O Centro Integrado de Gestão de Crises
- O Sistema Integrado de Segurança Nacional

Implementámos:

- A reactivação do Conselho Superior de Polícia
- A Campanha de Recolha de Armas
- A Lei de Segurança Interna
- O Regime de Carreira e Promoções da PNTL
- A nova política de prevenção de conflitos comunitários por todos os distritos
- A re-certificação e reintegração dos membros da PNTL, em colaboração com a UNPOL

Nomeámos:

- O Novo Comandante-Geral da PNTL e, pela primeira vez, um 2º Comandante-Geral, com a missão de reconstruírem a Polícia e garantirem a manutenção do Estado de Direito
- O Novo Inspector-Geral da PNTL, com a missão de elevar a transparência, responsabilidade e disciplina da PNTL
- A Comissão de Acompanhamento das Promoções da PNTL (membros representantes do Governo - incluindo SES, PNTL, Igreja e UNMIT)

Entregámos:

- O Poder Executivo da UNPOL para a PNTL em todos os Distritos do País (Março 2011)

Formámos:

- Mais de 200 Bombeiros
- 12 Bombeiros em Língua Portuguesa e Inglesa
- Mais de 80 oficiais de imigração em Língua Portuguesa e Inglesa
- Mais de 50 Funcionários Públicos em Língua Inglesa e Portuguesa
- Mais de 80 Funcionários Públicos em Tecnologias da Informação
- Mais de 50 Funcionários Públicos nas áreas de Gestão e Finanças
- Mais de 20 Funcionários Públicos em cursos de vários cursos de re-qualificação
- Mais de 10 Funcionários em Mestrado na Indonésia
- Mais de 30 Funcionários no curso de Gestão Administrativo
- 1 Ponto Focal da DNPC em Prevenção de Conflitos e Edificação da Paz, nas Filipinas, bem como mais de 20 funcionários em Prevenção de Conflitos no Japão
- 6 Funcionários da DNPC em línguas, tecnologias da informação e comunicação no Instituto Empresarial, em Díli
- Vários funcionários DNPC em cursos internacionais na Malásia, Brasil, China, Singapura e Tailândia em gestão de desastres naturais, técnicas de primeiros socorros e salvamento e socorro marítimo
- Mais de 3000 agentes e oficiais da PNTL em direitos humanos, disciplina, serviços de comunicação e informação, investigação, gestão administrativa e de

- recursos humanos, manutenção logística, operações especiais, investigação, entre várias outras áreas de importância estratégica para o desenvolvimento da instituição, com o apoio da UNMIT, TLPDP e outras parcerias

Promovemos:

- Workshops sobre a Prevenção de Conflitos, nos 13 Distritos, com a participação de cerca de 750 mulheres e homens
- Workshops sobre a Lei Contra a Violência Doméstica, nos 13 Distritos, com a participação de cerca de 650 mulheres e homens
- A Rede Nacional para a Prevenção de Conflitos, em parceria com várias instituições governamentais e de sociedade civil, incluindo a BELUN
- Retiro sob o tema “Significado do Valor da Vida”, com cerca de 100 participantes
- Relações bilaterais com a Indonésia, através do estabelecimento de um Adido de Imigração em Kupang/NTLL e Bali/Denpasar
- Parcerias com a UNDP, UNMIT e Portugal na capacitação em protecção civil
- Parcerias com a Austrália (TLPDP), Nova Zelândia, Portugal, Estados Unidos, Japão e UNMIT na capacitação da PNTL
- Parcerias com a Austrália França, Filipinas, Malásia e Nações Unidas (PNUD) na capacitação da Direcção Nacional de Segurança de Edifícios Públicos
- Parcerias com o Japão, PNUD e UN-Women para o reforço da prevenção de conflitos comunitários
- Parcerias com a OIM, ACNUR, UNMIT, JICA (Japão), Portugal e Austrália no reforço das capacidades dos serviços de migração



Consolidando a Defesa Nacional

As FALINTIL e o Povo de Timor-Leste lutaram contra a ocupação estrangeira durante 24 anos. Manter Timor-Leste como um País independente e defender a soberania nacional, é um dos objectivos fundamentais do nosso Estado, honrando todos aqueles que lutaram pela independência e garantindo a liberdade e a segurança dos cidadãos timorenses. As Forças Armadas são, neste sentido, um pilar fundamental do Estado, que precisa de ser capacitado de forma a contribuir para a construção da Nação, a proteger as fontes de riqueza do País e, ainda, a responder às novas exigências da globalização, consubstanciadas em ameaças de carácter transnacional. A reforma do Sector da Defesa visa a consolidação de umas Forças Armadas que não devem estar somente preparadas para defender as fronteiras de uma invasão externa mas, também, para permitir a segurança das nossas populações e dos nossos bens. Para tal desenvolvemos a Componente Naval, pensando na nossa segurança marítima e evitando o uso inapropriado das águas nacionais em actividades ilícitas. Ainda como forma de participar activamente no desenvolvimento da paz na região e no mundo, promovemos a nossa participação em Missões Internacionais para a Paz no âmbito das Nações Unidas.

Aprovámos:

- Lei Orgânica da Secretaria de Estado da Defesa
- Nova Lei Orgânica das F-FDTL
- Nova Lei do Serviço Militar, incluindo o recrutamento voluntário para as F-FDTL
- Promoção dos Oficiais Superiores
- Lei da Defesa Nacional
- Lei de Segurança Nacional (tem implicações na Defesa Nacional)
- Lei Orgânica da Polícia Militar
- Estrutura das F-FDTL
- Conceito de Emprego das F-FDTL
- Regulamentação da Lei do Serviço Militar
- Regulamento de Disciplina Militar

Diplomas em fase de elaboração:

- Estatuto dos Militares das F-FDTL
- Decreto-Lei sobre a Autoridade Marítima
- Regime de Aprovisionamento Militar

Construímos:

- Armazéns das F-FDTL em Metinaro e Baucau
- Prisão Militar em Tasi Tolu
- Posto de Comando em Hera
- Centro de Treino Militar em Metinaro em 2001, com a cooperação australiana
- Centro de Treino Especializado em Metinaro, com a cooperação australiana
- Quartel da Polícia Militar, em Caicoli, Quintal Boot (não concluído)

- Depósito de Armas, em Metinaro
- Obstáculo para treinamento físico em Metinaro
- Clínica Médica para militares em Uamori, em cooperação trilateral com Estados Unidos e Austrália, para apoio à população
- 100 Casas para militares casados das F-FDTL, em Metinaro, cooperação com a China
- Ministério da Defesa e Quartel-General das F-FDTL, cooperação com a China
- Instituto Nacional de Defesa, no edifício do Governo, 3º piso das instalações aonde se encontrava a SED
- Caserna Componente Naval em Hera

Reabilitámos:

- A Residência Oficial do Chefe Estado Major General das F-FDTL, no Farol
- Camaratas em Baucau (em execução)

Adquirimos:

- 2 Navios Patrulha, Classe Xangai
- Três Navios Patrulha, doação da República da Coreia do Sul
- Veículos Operacionais da Administração e Tática

Recrutámos:

- 40 Funcionários Públicos para a Secretaria de Estado da Defesa
- Em 2009, 579 militares (número inicial de candidatos foi de 12.093, passando à fase de classificação e selecção 1.798)
- Em 2011, 672 militares (selecção inicial entre cerca de 13.100 candidatos, passou-se para 1.800 candidatos, executando provas médicas e psicotécnicas, tendo sido recrutados 672, dos quais 88 elementos do sexo feminino)
- Os dois processos de recrutamento foram implementados com o auxílio da cooperação técnico-militar portuguesa

Desenvolvemos:

- Programa de compensação económica para apoiar os peticionários, que optaram por ingressar na vida civil
- Programas de Acção Médica Civil, juntamente com o Ministério da Saúde, providenciando tratamento médico às áreas remotas de Timor-Leste, tratando centenas de timorenses através destas clínicas
- Programas de Acção de Engenharia Civil, onde os engenheiros militares das F-FDTL trabalharam em conjunto com as comunidades locais na construção de infra-estruturas no País, por exemplo Escola Primária em Fatubessi, Ermera, Hospital em Liquiça, Clínica em Bagaia, Baucau, Clínica em Laularan, Aileu

Estabelecemos:

- Grupo de Estudo Força 2020, para a edificação da capacidade institucional das F-FDTL
- A Operação Halibur, operação combinada entre a Polícia e as Forças de Defesa, na sequência do grave atentado à ordem constitucional, em Fevereiro de 2008.
- O Programa de Desenvolvimento das F-FDTL chamado "Força 2020", lançado oficialmente ao público, em Outubro de 2010
- Iniciámos a participação em Missões de Paz, com a integração de 11 militares de engenharia no contingente português na UNIFIL (United Nations Interim Force in Lebanon) e um militar na Missão de Observadores de Paz no Sudão do Sul, UNMISS (United Nations Mission in South Sudan)
- A expansão territorial das F-FDTL, de forma a cobrir todo o País, para Tunubibi, Tilomar na parte Oeste e em Gleno, Same e Ainaro na parte Central. A leste, instalámos tropas em Viqueque e Uatolari.
- O patrulhamento dos 2 Barcos de Patrulha, classe Jaco, para reforçar a protecção marítima
- O Instituto de Defesa Nacional (em fase embrionária)
- Com a colaboração da cooperação portuguesa e australiana, estabelecemos uma sala de operações no QG das F-FDTL em Tási-Tolo

Formámos:

- 165 Oficiais, 232 Sargentos e 827 Praças (soldados), com a cooperação técnico-militar (CTM) de Portugal
- 120 Polícias Militares na Área de Direitos Humanos
- 36 Militares da Componente Naval para a manutenção dos Navios Patrulha, na China em 2010
- Cerca de 80 pessoas das F-FDTL e da SED receberam formação na Austrália 2007-2012
- Na sequência da formação em Inglês em Metinaro, 10 membros das F-FDTL receberam, em cada ano, formação em educação avançada em Darwin
- Todos os anos, participaram dois cadetes nos treinos básicos para oficiais na Royal Military College, na Austrália
- 8 Militares em Aviação, nas Filipinas, para assegurar a componente aérea das F-FDTL
- 5 Cadetes das F-FDTL e um funcionário público empreenderam estudos na Academia da Defesa Nacional de Japão, desde de 2010
- Membros das F-FDTL e Polícias Militares em Direitos Humanos
- Funcionários da Secretaria de Estado da Defesa em “Diplomacia e Defesa”
- 1 Oficial das F-FDTL, Curso de Promoção a Oficial General no Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM), em Portugal
- Formámos Oficiais e Sargentos, através de Cursos de Qualificação e Promoção, pela CTM portuguesa em Metinaro
- Iniciou-se o treino operacional da Componente Terrestre em Baucau, através da CTM de Portugal.
- Formaram-se professores de português, timorenses, ao abrigo da CTM portuguesa em Metinaro
- Com a colaboração da CTM de Portugal, formámos militares timorenses em Operações de Apoio à Paz, em Combate em Áreas Edificadas e Métodos de Instrução
- Pessoal da Componente Naval das F-FDTL, com a CTM portuguesa
- A Polícia Militar, através de Treino Intensivo, com a cooperação brasileira
- Curso Oficiais Superior em Lemhanas, Jakarta
- Iniciámos o treino de operadores de manutenção (mecânicos de viaturas) com a cooperação japonesa

Organizámos:

- 10ª Reunião de Ministros da Defesa da CPLP, em Maio de 2008, com a aprovação da Declaração de Díli
- Seminário sobre “Gestão de Fronteiras”, a 18 de Maio de 2008
- Seminário em “Assistência da Engenharia Militar na Construção de Projectos Nacionais, Desastres Naturais e na Reconstrução Pós-Conflito. A Situação em Timor-Leste”, a 25 de Setembro de 2009
- Conferência Internacional sobre Segurança Marítima, em Junho de 2010
- Um Fórum Político sobre Igualdade de Género, para as famílias dos militares e militares do sexo feminino, em Agosto de 2008
- Mudança de liderança do Chefe Estado-Major General das F-FDTL do Taur Matan Ruak ao Lere Anan Timur

Assinámos:

- Acordo de Cooperação Militar com o Canadá em Novembro de 2008
- Acordo com a Tecnologia da Defesa da Malásia (Malaysian Defence Technology), em 2007
- Acordo de Cooperação entre a RDTL e Portugal no Domínio da Defesa
- Acordo Técnico de Cooperação sobre a Participação das F-FDTL em Contingentes Portugueses de Operações de Paz da ONU e da EU
- Programa-Quadro de Cooperação Técnico-Militar para o Triénio 2010-2013, com Portugal
- Acordo com a UNMIT/UNDP com apoio financiamento da UE para o estabelecimento do Instituto de Defesa Nacional.
- Acordos com o Brasil e Portugal (Novembro de 2010)

- Acordo com a Nova Zelândia, em Setembro de 2011
- Acordo com a República da Indonésia, em 19 de Agosto de 2011
- Acordo e protocolo com o Ministério da Defesa Nacional da República Popular da China em “China’s Provision of Military Aid Gratis to Timor-Leste”, em Outubro de 2011.

Participámos:

- Exercício militar da CPLP em Portugal, FELINO, primeira vez em 2008, continuando a participar anualmente, segundo a ordem alfabética dos Países Membros da Comunidade
- 11º Reunião de Ministros de Defesa da CPLP, em Luanda, em Maio de 2009
- 12ª Reunião de Ministros de Defesa da CPLP, em Brasília, Novembro de 2012
- 13ª Reunião de Ministros de Defesa da CPLP, em Cabo Verde, Novembro de 2011
- Reuniões anuais (coincidindo com as Reuniões de Ministros da Defesa/CPLP) de Directores de Política de Defesa Nacional da CPLP
- Reuniões de SPAD/CPLP (Secretariado Permanente para os Assuntos da Defesa da CPLP), em Lisboa
- Reuniões anuais com Austrália (Defence Cooperation Talks)
- Reuniões anuais com Estados Unidos da América (Bilateral Defence Talks)
- Reuniões anuais com Nova Zelândia (Military Assistance Program)
- Exercício CROCODILO, exercício conjunto com mais de 3.000 militares, com as ISF e Estados Unidos da América
- Exercício PARCERIA DO PACÍFICO, juntamente com o navio dos Estados Unidos da América, USS Mercy e com as ISF, para providenciar tratamento médico em Díli, Oecussi, Laclubar e Remexio, durante este exercício mais de 20.000 pacientes foram tratados e 175 operações cirúrgicas foram realizadas
- Operação PSICO SOCIAL, juntamente com a PNTL, para repor a ordem pública no Suai e Bobonaro, em 2010
- Diálogo anual da Defesa da ARF (Asean Regional Forum)
- Diálogo anual de Shangri-la em Singapura
- Diálogo anual de Jakarta International Defense Dialogue
- Fórum Anual da Defesa de Tóquio (Tokyo Defense Forum)
- Conferência de Chefes de Estado-Maior General dos países da CPLP em Maputo
- Reuniões Bilaterais na área da Defesa com países parceiros, nomeadamente: Portugal, Austrália, Brasil, Nova Zelândia e Estados Unidos da América
- Relações bilaterais com a Indonésia, através do estabelecimento de um Adido de Defesa em Jacarta



Fortalecendo o Sector da Justiça

O desenvolvimento do sector da Justiça é fundamental para garantir uma cultura de governação democrática e a estabilidade e desenvolvimento de Timor-Leste. Promover o melhor funcionamento das instituições da Justiça e prestar melhores serviços às populações nesta área é uma das primeiras obrigações do Estado. A melhoria do sistema judiciário de Timor-Leste e o acesso generalizado à justiça, a todos os timorenses, incluindo a reabilitação de infra-estruturas e o reforço do quadro legal, foram realizações importantes que marcaram a reforma do sector da Justiça.

Aprovámos:

- Plano Estratégico do Sector da Justiça de Timor-Leste
- Regime Jurídico da Advocacia Privada e da Formação de Advogados
- Lei de Autorização Legislativa em matéria Penal
- Lei de Protecção de Testemunhas
- Estatuto Remuneratório dos Magistrados Judiciais, dos Magistrados do Ministério Público e dos Agentes da Defensoria Pública
- Lei Orgânica da Câmara de Contas do Tribunal Superior Administrativo, Fiscal e de Contas de Timor-Leste
- Código Civil
- Primeira Alteração ao Estatuto do Ministério Público
- Estatuto Orgânico do Ministério da Justiça
- Estatuto da Defensoria Pública
- Regime Jurídico dos Passaportes
- Código Penal
- Primeira Alteração ao Regime Jurídico do Notariado
- Regulamento Notarial
- Regime jurídico dos funcionários de justiça e dos serviços das secretarias dos Tribunais, do Ministério Público e da Defensoria Pública
- Serviços de apoio técnico e administrativo da PGR
- Regime Especial de Constituição Imediata de Sociedades
- Regime de Compensações por Desocupação dos Imóveis do Estado
- Código das Custas Judiciais
- Regime de regularização da titularidade de bens imóveis em casos não disputados
- Regime de Emolumentos dos Registos e Notariado

- Estatuto da carreira especial de Conservadores e Notários
- Regulamento de formação para ingresso na carreira de Conservadores e Notários
- Estatuto dos Guardas Prisionais
- Regime das Férias Judiciais
- Estatuto do Oficiais de Justiça
- Despacho que cria a Comissão Nacional dos Direitos da Criança
- Aprovação dos Modelos de impressos de Passaportes e do Título de Viagem Única
- Revisão das Taxas de Emissão de Passaportes
- Estrutura Orgânica do Centro de Formação Jurídica
- Estrutura Orgânica da Direcção Nacional de Direitos Humanos e Cidadania
- Estrutura Orgânica da Direcção Nacional de Assessoria Jurídica e Legislação
- Estrutura Orgânica da Direcção Nacional de Serviços Prisionais e de Reinserção Social
- Estrutura Orgânica da Direcção Nacional dos Registos e Notariado
- Estrutura Orgânica da Direcção Nacional de Terras, Propriedades e Serviços Cadastrais
- Estrutura Orgânica da Direcção Nacional de Administração e Finanças
- Diploma Ministerial que aprovou os modelos de estatutos referentes às sociedades submetidas ao procedimento de constituição imediata de sociedades comerciais
- Subsídio de risco dos Guardas Prisionais
- Resolução que atribui ao MJ a competência para o recrutamento, a formação e capacitação profissionais dos licenciados que irão integrar o futuro quadro de auditores da Câmara de Contas do Tribunal Superior Administrativo, Fiscal e de Contas de Timor-Leste
- Resolução que atribui ao MJ a competência para o recrutamento e formação de investigadores para a carreira de investigação criminal
- Resolução que atribui ao MJ a competência para o recrutamento e formação do pessoal de informática do sector da Justiça
- Diploma sobre o Levantamento Cadastral
- Diploma que regula a conversão de declarações sobre bens imóveis em registo de propriedade
- Resolução que criou o Grupo de Trabalho para a implementação do Serviço de Registo e Verificação Empresarial (SERVE), que consiste no balcão único para o registo comercial, impostos e licenciamento de empresas
- Lei que aprova o Regime Especial para a definição da titularidade de bens imóveis (a chamada *Lei de Terras*)
- Lei das Expropriações (aguarda confirmação pelo Parlamento Nacional)
- Lei que cria o Fundo Financeiro Imobiliário
- Decreto-Lei que cria a Polícia de Investigação Criminal
- Proposta de Lei que visa aprovar o Código do Registo Civil
- Decreto-Lei sobre a Representação do Estado em Juízo
- Decreto-Lei que aprova a orgânica dos Serviços de Apoio dos Tribunais
- 1.ª Alteração à Lei que regula o exercício da Advocacia Privada
- Decreto-Lei sobre Passes de Fronteira

Diplomas em fase final de aprovação:

- Estatuto da Carreira Especial de Auditor da Câmara de Contas do Tribunal Superior, Administrativo, Fiscal e de Contas

- Lei de Execução de Penas e Medidas Privativas da Liberdade
- Proposta de Lei de Autorização Legislativa em Matéria de Regime Penal Especial dos Jovens dos 16 aos 21 anos
- Regime Penal Especial dos Jovens dos 16 aos 21 anos
- Decreto-Lei sobre o mecanismo transitório para a transacção de bens imóveis registados
- Decreto-Lei que altera o Código das Sociedades Comerciais
- Decreto-Lei que aprova o Regime de Firmas
- Diploma Ministerial que regulamenta o regime emolumentar dos registos e notariado
- Diploma Ministerial que aprova os novos modelos do Registo Civil
- Novo Código do Registo de Pessoas Colectivas e Entidades Equiparadas (denominado anteriormente *Código do Registo Comercial*)
- Decreto-lei do Novo Sistema de Registo Comercial e que estabelece o SERVE
- Resolução que cria a Comissão Interministerial do SERVE
- Novo Código das Pessoas Colectivas e Entidades Equiparadas
- Alteração ao Estatuto do Ministério da Justiça

Diplomas em fase de elaboração, discussão pública ou revisão:

- Lei da Organização Judiciária
- Regime Jurídico de Acesso aos tribunais (apoio judiciário)
- Projecto de lei de mediação de conflitos
- Lei da Justiça Tradicional (Lei sobre o reconhecimento do Direito Costumeiro)
- Código dos Direitos da Criança
- Lei da Justiça Juvenil
- Manual de procedimentos de padrões para o funcionamento das prisões
- Lei da Droga
- Lei do Tráfico de Pessoas
- Decreto-Lei sobre o mecanismo de Compensação e Reembolso.
- Regulamento da Comissão Cadastral
- Tabela de Valores para Compensação Lei de Terras
- Regime Jurídico do Domínio público do Estado
- Regime Jurídico do Domínio privado do Estado
- Diploma relativo a impostos sobre a terra
- Lei sobre as Zonas de Protecção Comunitária e as Terras Comunitárias
- Decreto-Lei sobre as áreas Urbanas e Rurais
- Decreto de lei sobre a regulamentação dos solos.
- Código do Registo Predial
- Lei das Cooperativas e das Pessoas Colectivas sem fins lucrativos
- Diploma Ministerial que regulamenta o Código do Registo de Pessoas Colectivas e Entidades Equiparadas
- Alteração da Estrutura Orgânica da Direcção Nacional dos Serviços Prisionais e de Reinserção Social

Construímos e Reabilitámos:

- Reabilitação da Prisão de Gleno, Ermera
- Reabilitação da Prisão de Becora, incluindo muros de segurança interior e exterior, Díli
- Reabilitação do Centro de Formação da Prisão de Becora
- Reabilitação de 22 casas para Guardas Prisionais em Becora e 7 casas para Guardas Prisionais em Gleno

- Conclusão do edifício da Direcção Nacional de Terras e Propriedades e Serviços Cadastrais, Díli (transitou do anterior Governo)
- Construção do Edifício Nacional de Direcção Nacional dos Registos e Notariados em Díli e Edifícios Distritais dos Registos e Notariado de Ainaro, Baucau, Manatuto, Suai, Aileu, Ermera, Los Palos, Oecusse, Manufahi/Same, Bobonaro, Liquiça, Viqueque e Díli
- Reabilitação do edifício da Defensoria Pública em Baucau, Oecusse e Suai
- Residências da Defensoria Pública de Baucau, Suai e Oecusse
- Ampliação do Centro de Formação Jurídica
- Conclusão do edifício da Procuradoria-Geral da República, Díli (transitou do anterior Governo)
- Conclusão da Reabilitação do Tribunal Distrital de Díli (transitou do anterior Governo)
- Reabilitação do Tribunal de Recurso e do Tribunal de Baucau
- Reabilitação e construção de Residências para os Juizes do Suai, Oecusse e Baucau
- Reabilitação de Residência oficial do Presidente do Tribunal de Recurso

Projectos físicos em curso:

- Novo edifício do Ministério da Justiça
- Novo edifício da Polícia de Investigação Criminal, incluindo Laboratório de Polícia Científica
- Novo edifício para o Supremo Tribunal de Justiça e Tribunal Superior Administrativo, Fiscal e de Contas
- Reabilitação da Prisão Distrital do Suai e celas de detenção e alojamento para guardas prisionais nos distritos de Oecusse e Suai
- Projecto de adaptação do estabelecimento Prisional de Gleno, para o atendimento dos reclusos do sexo feminino e doentes mentais
- Construção de uma loja junto do estabelecimento prisional de Becora, com o intuito de viabilizar a venda dos produtos produzidos pelos reclusos
- Edifícios distritais da DNTPSC
- Instalação do Balcão único de atendimento para a constituição de empresas (SERVE), no edifício ACAIT
- Novos edifícios para a Defensoria Pública e futura Ordem dos Advogados

Recrutámos:

- 78 Funcionários Públicos para o Ministério da Justiça
- 15 Auditores nacionais (Câmara de Contas)
- 47 Investigadores (Polícia de Investigação Criminal)
- 31 Especialistas de Laboratório (Polícia de Investigação Criminal)
- 30 Oficiais de Justiça
- 15 Magistrados
- 30 Técnicos de IT para o sector da Justiça (recrutamento a decorrer)

Actualmente contamos com:

- 691 Funcionários no Ministério da Justiça
- 50 Actores Judiciários nacionais (17 juizes, 17 procuradores e 16 defensores públicos)

Reduzimos:

- O tempo de registo de empresas de 65 dias (em Janeiro de 2011) para apenas 13 dias (em Fevereiro de 2012), totalizando 8.146 empresas registadas em Timor-Leste até 31 de Dezembro de 2011.

Produzimos:

- 529.249 Registos de nascimento
- 14.911 Registos de casamento
- 8.024 Registos de óbito
- 19.684 Bilhetes de identidade
- 28.628 Certificados de registo criminal
- 53.584 Passaportes
- 8146 Registos de empresas e pessoas colectivas sem fins lucrativos
- 2952 Certificados de propriedade

Estabelecemos:

- Comissão Nacional dos Direitos da Criança
- Instituição Superior de Controlo de Timor-Leste (Câmara de Contas)
- Defensoria Pública, nos 4 distritos judiciais, para garantir o amplo acesso de todos os cidadãos aos tribunais e à justiça
- Serviços para a prática de actos do registo civil, criminal, sociedades comerciais, pessoas colectivas sem fins lucrativos e notariado
- Informatização da emissão do bilhete de identidade
- Suporte informático para a emissão de passaportes e passes de fronteira, garantido a segurança da emissão e a celeridade do processo
- Postos de Registo de Nascimento Hospitalar em Díli, Maliana, Baucau e Oecusse
- Programa de acesso à justiça no Suai
- Casas de abrigo para as vítimas, a funcionar no Suai, Saleli e Díli, por intervenção directa de organizações religiosas e da sociedade civil
- Programa de Subsídios às organizações da sociedade civil, tendo em vista apoiar as actividades de acesso à justiça, nomeadamente apoio às vítimas, apoio legal, redução da violência contra as mulheres e jovens, melhoria do acesso à informação sobre direitos humanos e justiça
- Apoio à AATL – Associação dos Advogados de Timor-Leste, para efeitos de elaboração do plano estratégico, auto-regulação e administração
- Tribunais móveis: o tribunal do Suai desloca-se a Ainaro, Same e Maliana; o tribunal de Baucau desloca-se a Manatuto. Foi também realizado um julgamento em Los Palos e, no futuro, espera vir a realizar-se em Viqueque.
- Projecto “Ita Nia Rai”, cuja gestão transitou em Novembro de 2011 da USAid para o MJ, que permitiu criar um sistema nacional de levantamento cadastral tendo em vista a recolha de dados para a identificação de bens imóveis (terras) e seus titulares
- O processo de recolha de dados decorre nos 13 distritos: Aileu, Ainaro, Baucau, Bobonaro, Covalima, Díli, Ermera, Lautem, Liquiça, Manatuto, Manufahi, Oecussi e Viqueque, tendo sido recolhidas 55.713 reclamações correspondentes a 51.238 parcelas de terras identificadas

- De acordo com os dados até agora alcançados, apenas 9% das parcelas são disputadas por mais do que um declarante
- Os dados recolhidos antes da entrada em vigor do Decreto-Lei 27/2011 são sujeitos a republicação oficial para validação dos mesmos. Foram já feitas publicações ou republicações de dados em todos os distritos, com excepção do distrito de Viqueque (a iniciar brevemente). Desde Dezembro de 2011 até à data já foram atribuídos 2.952 certificados de registo de propriedade a cidadãos timorenses

Formámos:

- 15 Auditores nacionais no Tribunal de Contas, em Portugal
- 47 Investigadores licenciados para integrar a Polícia de Investigação Criminal, em parceria com a Polícia Judiciária portuguesa
- 3 Médicos no curso de especialização em Medicina Legal de Coimbra
- 7 Advogados privados estagiaram em Sociedades de Advogados, em Lisboa
- 24 Magistrados e defensores (II e III Cursos de Magistrados)
- 78 Oficiais de justiça
- 18 Funcionários em Gestão de Cadastro
- 12 Funcionários no Uso de *Global Positioning System* (GPS)
- 3 Funcionários em Gestão de Terras e Informática, Austrália,
- 3 Funcionários com mestrado em Geomática e Gestão do Património do Estado, Universidade Gajah Mada, Indonésia
- 40 Funcionários formados com o Curso de 'Survey e Mapping' (Diploma I), Gajah Mada, Indonésia
- 60 Participantes no Treino de Mediadores de Conflitos de Terras, realizado em 3 distritos (Liquiçá, Aileu e Manatuto), para os líderes comunitários
- Sistema de Registo de Títulos, 14 participantes, Portugal
- Global Mapping, 1 participante, Singapura e GIS 1 participante Japão
- 6 Guardas prisionais no curso de Formação de Formadores
- 48 Guardas prisionais no Curso de Técnicas especiais para lidar com prisioneiros de alto risco
- 18 Funcionários (gestores) das prisões de Becora e Gleno em Formação em Liderança
- 244 Funcionários e guardas prisionais participaram no Curso de Segurança Geral nas Prisões e Resposta de Emergência
- 4 Gestores das prisões efectuaram uma visita de estudo sobre Gestão Prisional, Austrália
- 10 Funcionários no Curso de Formação de Lideranças no Sistema Prisional, em Adelaide, pelo Departamento de Correção Prisional da Austrália
- 113 Formandos participaram em cursos de Língua Portuguesa
- 9 Funcionários do MJ formados em Aprovisionamento
- 13 Funcionários do Ministério da Justiça frequentaram Mestrados e Licenciaturas nas Universidades da Indonésia em áreas de Gestão e Administração Pública
- Actualmente 83 funcionários do MJ frequentam cursos de mestrado e de licenciatura na UNTL, UNPAZ, UNLIL e IoB.
- 25 Técnicos de informática do MJ e instituições de justiça formados em TI
- 20 Chefes de repartição e funcionários do registo civil dos 13 distritos formandos em registo de nascimento
- 150 Parceiros do registo de nascimento formados nos 13 distritos (chefes de suco, parteiras, enfermeiras, membros das confissões religiosas, jornalistas, funcionários do registo civil)

Realizámos:

- II Curso de Formação de ingresso nas carreiras da Magistratura e Defensores Públicos, concluído em Novembro de 2007 (10 magistrados e defensores)
- III Curso de Formação de ingresso nas carreiras de Magistratura e Defensores Públicos, concluído em Maio de 2011 (14 magistrados e defensores)
- IV Curso de Formação de ingresso nas carreiras de Magistratura e Defensores Públicos (15 formandos)
- Formação complementar de 12 magistrados judiciais, em Portugal
- Curso sobre o Código Penal para 20 juizes, procuradores e defensores públicos
- Programa de intercâmbio com a Defensoria Pública da União do Brasil - 9 Defensores públicos
- I Curso de Formação para Advogados Privados com 14 formandos (a decorrer)
- II Curso de Formação para Advogados Privados com 35 candidatos (a decorrer)
- I, II e III Cursos de Formação para Oficiais de Justiça - no total 35 oficiais de justiça formados
- IV Curso de formação de oficiais de Justiça do Ministério Público - 28 concluíram com sucesso a formação
- I e II Cursos de Formação de oficiais de justiça para a Defensoria Pública - 15 concluíram com sucesso
- I Curso de formação para ingresso na carreira de oficial de justiça - a decorrer com 30 formandos.
- Curso de Criminalidade Complexa económico-financeira em matéria penal e técnicas de investigação criminal em colaboração com a Procuradoria-Geral da República e a Polícia Judiciária de Portugal - participaram 19 formandos
- Primeiro Curso de Formação para ingresso na carreira de Conservadores e Notários (a decorrer) com 11 formandos.
- I Curso de formação para assessores jurídicos nacionais - 11 juristas concluíram o curso e estão a exercer funções
- II Curso de formação de assessores jurídicos (a decorrer) com 28 licenciados oriundos do PN, PR, PDHJ e MJ.
- Curso de Formação de Tradutores e Intérpretes para 14 formandos que já iniciaram funções, em regime de estágio
- 1º, 2º e 3º Seminários sobre o Registo Comercial, intitulados “Registo Público em Timor-Leste”, “Importância e Procedimentos do Registo Público” e “Reforma do Registo Comercial - Serviço de Registo e Verificação Empresarial (SERVE) ”.
- Formação sobre os “Princípios Básicos do Código de Registo Comercial”
- Formação no local de trabalho para os funcionários do Departamento do Registo Público
- Formação e visita de Estudos à Malásia sobre o Registo Comercial
- Conferência “O objectivo do Controlo Externo das Contas do Estado e os modelos de Instituições Superiores de Controlo”, com a participação do Tribunal de Contas de Portugal e do ANAO (Australian National Audit Office)
- 15º Aniversário da Organização das Instituições Superiores de Controlo (ISC) da CPLP e II Seminário “O papel das ISC num Estado de Direito” e “A importância da Cooperação entre as ISC no desenvolvimento institucional e capacitação técnica”
- Treino de mais de 100 Organizações da Sociedade Civil, em Díli e nos distritos, sobre governação e gestão
- Inquérito à Comunidade sobre a percepção da Justiça
- Preparação de uma política de justiça do género

- Formação em Leis, Justiça e Direitos Humanos dos membros da PNTL, em 4 distritos: Díli, Manatuto, Liquiça e Oecusse
- Acções de sensibilização sobre as questões da Igualdade e Género, Centro Juvenil Padre António Vieira, Díli
- Seminários e workshops para promover o respeito pelos direitos humanos e direitos da criança
- Disseminação da Convenção dos Direitos da Criança, nos distritos de Aileu, Viqueque, Ermera, Manatuto e Oecusse
- Programas de informação e debates na rádio e na televisão sobre leis, sistema de Justiça e direitos humanos
- Programa de Disseminação de Informação Legal na Comunidade
- Workshops sobre o papel da Defensoria Pública
- Consultas públicas sobre as leis de Justiça Juvenil, Código Penal, Código Civil, Justiça Tradicional, Lei de Terras e Código da Criança
- Actividades continuadas de alfabetização e formação vocacional de reclusos (rota, tais, carpintaria, alfaiataria, costuro, pedreiro, lavandaria, informática)
- Acções de formação e de sensibilização dos guardas prisionais para os direitos humanos dos reclusos
- Apoio legal, médico e psiquiátrico aos reclusos
- Apresentação, em Genebra, do Relatório UPR - Universal Periodic Review - sobre a situação dos Direitos Humanos em TL
- Apresentação, em Genebra, do Relatório CRC (Child Rights Convention) sobre os Direitos das Crianças em Timor-Leste

Reformar a Gestão do Estado





Promovendo a Boa Governação e Reformando a Administração Pública

A boa governação e um sector público profissional, imparcial e eficiente, são essenciais para a provisão de serviços de qualidade ao Povo de Timor-Leste e para combater eficazmente a corrupção. A Função Pública representa um factor determinante para gerar confiança nas instituições do Estado, o que é crucial para construir a Nação. A reforma da gestão do Estado teve, por isso, como objectivos principais promover a transparência e a responsabilização, garantindo assim uma governação mais aberta ao escrutínio independente, rigoroso e público, de acordo com os interesses do Povo.

Os princípios base da boa governação que orientaram o Governo são os seguintes:

- Transparência
- Responsabilização
- Integridade
- Liderança

Estes princípios conduzem a uma maior responsabilização pelos resultados, permitem ao público fazer queixas que podem ajudar a identificar e a abordar áreas problemáticas e garantem o uso adequado de dinheiros públicos. A transparência é a melhor protecção contra comportamentos pouco éticos e a forma mais eficaz de promover a responsabilização pessoal.

As reformas mais marcantes nesta área incluem:

- Estabelecimento da Comissão da Função Pública
- Estabelecimento da Comissão Anti-Corrupção
- Autonomização do Gabinete do Inspector-Geral para conduzir inspecções e auditorias independentes
- Estabelecimento de uma Câmara de Contas para conduzir auditorias externas independentes
- Desenvolvimento de sistemas altamente transparentes de gestão das finanças públicas

Comissão Anti-Corrupção:

Como parte de um novo quadro de reformas em prol da boa governação, o Primeiro-Ministro anunciou em 2007 que Timor-Leste iria estabelecer uma Comissão Anti-Corrupção independente com poderes fortes para combater a corrupção. Em 2009 o Parlamento Nacional aprovou a lei para criar a Comissão Anti-Corrupção. A lei prevê que esta Comissão combata a corrupção através de acções de prevenção, educação e investigação. A Comissão

tem poderes de polícia fortes para investigar actos de corrupção e para transmitir casos ao Procurador-Geral a fim de serem alvo de acusação.

A Comissão Anti-Corrupção tem vindo a aumentar gradualmente as suas capacidades e já investigou muitos casos de alegada corrupção. A Comissão é actualmente a principal instituição na luta contra a corrupção em Timor-Leste.

A Comissão Anti-Corrupção coopera também com instituições internacionais no combate global contra a corrupção. A Comissão apresentou recentemente o relatório de auto-avaliação a respeito da implementação da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção em Timor-Leste, a qual informará as medidas que tomamos e a estratégia nacional para combater a corrupção.

Comissão da Função Pública:

Em 2007 o Primeiro-Ministro anunciou também o estabelecimento de uma Comissão da Função Pública para assegurar boa governação na Função Pública. A Comissão da Função Pública foi estabelecida em 2009 e possui poderes amplos para garantir que a Função Pública é efectiva, presta serviços públicos de boa qualidade e é gerida de forma adequada e ética. Uma das principais funções da Comissão da Função Pública consiste em aplicar o 'princípio do mérito' no emprego, assegurando que os funcionários públicos são contratados com base nas suas qualificações, experiência e capacidade para executar devidamente as suas funções.

A Comissão da Função Pública irá conduzir alterações e desenvolver uma cultura de desempenho e de boa governação. O seu papel passa por garantir que a Função Pública:

- Adere aos seus valores e código de ética
- Baseia no mérito as suas decisões relativas a emprego
- É profissional, honesta e dá uma boa resposta ao Governo vigente e ao Povo de Timor-Leste
- É politicamente imparcial e neutra
- Melhora a prestação de serviços públicos e a condução de avaliações de desempenho

A Comissão fiscaliza igualmente processos de disciplina contra funcionários públicos por alegadas más condutas, de modo a garantir que a Função Pública mantém os padrões de conduta mais elevados. A Comissão gere ainda um processo de reclamações a nível da Função Pública, com o intuito de promover o bom comportamento e de identificar áreas que precisem ser melhoradas.

A Comissão da Função Pública tem igualmente um papel importante no planeamento da força de trabalho, procurando garantir que a Função Pública de Timor-Leste conta com o número correcto de pessoas e com a combinação certa de qualificações para satisfazer as necessidades actuais e futuras. Como parte do seu papel, durante o mandato a Comissão da Função Pública desenvolveu uma nova estrutura de carreira para reflectir as necessidades em termos de prestação de serviços, estabeleceu uma idade de reforma para promover a renovação da força de trabalho e transformou os empregados temporários em permanentes, de modo a promover o profissionalismo e a permitir aos funcionários públicos melhorar as suas carreiras e aumentar a sua experiência.

Gabinete do Inspector-Geral:

Outra reforma importante a nível de governação anunciada pelo Primeiro-Ministro em 2007 foi o reforço dos poderes do Inspector-Geral para permitir a este agir por iniciativa própria e conduzir investigações e inspecções independentes.

O Gabinete do Inspector-Geral possui actualmente o poder para conduzir inspecções na Função Pública, realizar auditorias internas rigorosas e investigar alegados casos de erros e de gestão indevida. O Inspector-Geral age independentemente e pode trabalhar com inspectores envolvidos em Ministérios governamentais.

Câmara de Contas:

Foi criada uma Câmara de Contas para conduzir auditorias independentes do Estado. A Câmara de Contas é um órgão judicial estabelecido segundo o Tribunal de Recurso. A sua formação é o primeiro passo rumo ao estabelecimento pleno de um Tribunal Superior Administrativo, Fiscal e de Contas. Os funcionários da Câmara de Contas têm vindo a receber formação rigorosa a fim de serem capazes de desempenhar devidamente o seu papel no que se refere à análise do Orçamento do Estado.

Portal de Transparência de Timor-Leste:

O Governo desenvolveu um Portal de Transparência de Timor-Leste que inclui portais electrónicos que permitem ao público consultar as operações do Estado. Desta forma as operações do Estado são transparentes e abertas. Pode-se assim incidir um foco sobre potenciais casos de gestão indevida e promover padrões elevados de conduta e de efectividade por parte do Governo.

O Governo criou:

- O Portal de Transparência Orçamental, que reporta sobre as despesas governamentais e sobre a execução orçamental até ao nível de projectos
- O Portal de Aprovisionamento Electrónico, que permite ao público consultar concursos de contratos, detalhes sobre quem ganha um concurso e detalhes sobre projectos e custos
- O Portal da Transparência da Ajuda, que permite conhecer as contribuições e detalhes de projectos de Parceiros de Desenvolvimento e ONGs
- O Portal de Resultados do Governo, que permite ao público acompanhar o progresso dos principais projectos do País e o progresso da implementação dos grandes investimentos do Plano Estratégico de Desenvolvimento para 2011 a 2030

Estes portais tornam o funcionamento do Estado aberto e transparente ao público e promovem a boa governação e o combate à corrupção.

Iniciativa de Transparência das Indústrias Extractivas (ITIE):

Timor-Leste, um País com apenas uma década após a Independência, desenvolveu um sistema a nível mundial de gestão de receitas, sendo o primeiro País na Ásia-Pacífico e o terceiro no mundo inteiro a receber o estatuto de conformidade com a Iniciativa de Transparência nas Indústrias Extractivas, em Julho de 2010. Timor-Leste, ao cumprir os critérios da ITIE, é um líder global na divulgação e transparência das receitas do petróleo e do gás.

Os requisitos da Iniciativa de Transparência das Indústrias Extractivas incluem:

- Publicação regular de todas as receitas e pagamentos referentes a petróleo e gás por parte de empresas ao governo e a uma vasta audiência, de um modo acessível, abrangente e fácil de entender
- Sujeição de pagamentos e receitas a auditorias independentes e credíveis, aplicando padrões de auditoria internacionais
- Envolvimento da sociedade civil, contribuindo para a concepção, monitorização e avaliação dos processos anteriores e contribuindo para o debate público

O quadro de transparência de Timor-Leste significa que é possível saber, de forma fácil e pública, o que acontece a cada dólar de receita resultante das reservas de petróleo e gás da nação.

No âmbito da Boa Governação e Combate à Corrupção, destacamos ainda:

- O reconhecimento, no primeiro índice inaugural do Revenue Watch de 2011, como um Governo com Transparência Abrangente ao nível de Receitas
- A subida em 19 posições na classificação mundial de transparência internacional medida pelo Índice de Percepções de Corrupção, entre 2009 e 2010

- A realização de auditorias externas, pela empresa Deloitte, incluindo a realização de auditorias especiais aos Ministérios e instituições seleccionadas pelo auditor externo. Até o momento um total de 42 auditorias foi realizado como parte da agenda de reforma do Governo, bem como por solicitações especiais do Parlamento Nacional. Neste momento estão a ser efectuadas auditorias ao aprovisionamento de 14 ministérios e instituições

Ao nível da administração pública e na gestão das finanças públicas, com vista a melhorar a operação, eficiência e efectividade do Estado, juntamente com as alterações no que toca à boa governação e descentralização, o Governo implementou reformas importantes na administração pública:

- Estabelecimento da Comissão de Aprovisionamento Nacional, responsável pelo aprovisionamento dos principais projectos, cobrindo a totalidade do ciclo de aprovisionamento, desde a emissão de um aviso de aprovisionamento e da avaliação de propostas de diferentes empresas até à recomendação da empresa à qual deve ser adjudicado o contrato. Na realização desta tarefa o Governo providenciou o melhor apoio disponível, tendo sido contratada uma firma internacional de aprovisionamento para ajudar a Comissão a garantir que os principais projectos de infra-estruturas têm uma boa qualidade, gastaram o dinheiro de forma eficaz e são geridos segundo os níveis mais elevados de transparência, profissionalismo e integridade
- Estabelecimento de uma Agência de Desenvolvimento Nacional, responsável pela avaliação das principais propostas em termos de infra-estruturas e pela monitorização e reporte da execução do desenvolvimento de infra-estruturas. A ADN garante que os principais projectos de infra-estruturas são concluídos atempadamente e com qualidade, dentro do orçamento e de acordo com o âmbito e especificações contratuais
- Operacionalização de um sistema financeiro FreeBalance para gerir, controlar e acompanhar o orçamento, as finanças governamentais e as compras e os pagamentos.
- Melhoria das funções do Tesouro, conseguindo, pela primeira vez, a Plena Reconciliação de Contas, o que significa que pela primeira vez todas as contas do Governo no Tesouro foram totalmente reconciliadas com a conta de Governo mantido no Banco Central de Timor-Leste
- Estabelecimento de um Sistema de Tesouro de Conta Única no Governo, permitindo uma maior vigilância sobre as operações de todas as contas bancárias por parte do Tesouro
- Melhoria das taxas de execução orçamental, por via da melhor gestão das finanças públicas e capacitação dos funcionários públicos, que têm vindo a aumentar extraordinariamente desde 2007, sendo que a execução orçamental só na categoria de capital de desenvolvimento, entre 2006/7 e 2011, teve um aumento de 3.413%. A taxa de execução orçamental em 2009 foi de 89% e em 2010 de 91%. A taxa de execução orçamental em 2011 foi de 83,8%
- Estabelecimento de um Fundo de Infra-estruturas e de um Fundo de Desenvolvimento de Capital Humano, admitindo projectos plurianuais, garantindo assim a continuidade dos grandes programas de investimentos em infra-estruturas e em programas de desenvolvimento de capacidades de recursos humanos timorenses em sectores estratégicos como justiça, educação, infra-estruturas, agricultura, turismo, petróleo e gestão financeira, de forma transparente e equilibrada
- Descentralização das funções do aprovisionamento através das seguintes medidas:
 - Descentralização da autoridade de aprovisionamento pelas linhas ministeriais
 - Alteração dos diplomas legislativos que regulam as funções de aprovisionamento
 - Desenvolvimento de um Manual de Boas Práticas sobre áreas-chave do ciclo do aprovisionamento

- Formação e capacitação dos funcionários do aprovisionamento, sobretudo nas áreas dos contractos estratégicos e gestão de projectos
 - Formação e capacitação dos funcionários das linhas ministeriais
 - Produção de documentos standard e desenvolvimento de cotações padrão, assim como documentos de apoio para os concursos públicos e contratuais para categorias de prestação de bens e serviços e consultorias
 - Desenvolvemos os módulos de aprovisionamento do sistema integrado de gestão financeira for (Integrated Financial Management Information Systems/FMIS)
- Estabelecimento de um sistema de reporte trimestral ao Parlamento Nacional, com as principais actividades desenvolvidas por cada linha ministerial de acordo com a execução orçamental.
- Estabelecimento de quadros legais e quadros de regulamentos para a criação de Municípios incluindo a sua necessária socialização: Lei do Governo Local, Lei da Divisão Administrativa e Territorial, e Lei Eleitoral Municipal:
 - Proposta de Lei da Divisão Administrativa e Territorial, que estabelece as unidades de Poder Local – os municípios – com base na promoção de oportunidades para a participação local democrática de todos os cidadãos bem como na oferta de serviços mais efectiva, eficiente e equitativa para o desenvolvimento social e económico do País. Na actual divisão territorial, distritos e sub-distritos, serão fundidos para formarem novas unidades administrativas (cuja área corresponderá à dos actuais distritos), com assembleias de representantes, que podem prestar serviços adequados aos cidadãos e com capacidade para desempenhar as suas funções.
 - Proposta de Lei do Governo Local, que visa definir o Poder Local com base no princípio da descentralização. Na legislação do Governo Local estão contempladas a estrutura, as posições de governação, as atribuições de funções, os poderes das receitas e a sua ligação ao Governo.
 - Proposta de Lei Eleitoral Municipal – uma vez que os órgãos de soberania e o poder local são escolhidos através de eleições, após constituídas as municipalidades, estas deverão ocorrer em todos os municípios de Timor-Leste.
- Reabilitação de 47 sedes de sucos e construção de 161 novas sedes de suco
- Construção dos edifícios das Câmaras Municipais de Díli, Baucau, Bobonaro e Oecusse
- Distribuição dos Livros da Administração do Suco para apoio à administração dos sucos (livro da Administração Pública, livro da Administração da População, Livro da Administração do Desenvolvimento, etc) pelos 442 Sucos
- Elaboração da Listagem dos Chefes de Suco e Membros do Conselho de Suco incluindo o recrutamento de pessoal de apoio à administração dos sucos e o levantamento das actuais condições dos sucos, tendo as próprias comunidades sido beneficiadas do melhor funcionamento e atendimento nos seus respectivos sucos
- Elaboração do Plano de Desenvolvimento dos Sucos (PDS), com a identificação das principais prioridades para 5 anos para cada um dos 442 Sucos. Algumas destas prioridades já foram implementadas através do Programa de Desenvolvimento Local e Programa de Desenvolvimento Descentralizado I e II
- Estabelecimento do Programa de Desenvolvimento Local (PDL) e disseminação dos quadros legais e estratégicos para o processo de Descentralização junto das Autoridades Locais e Liderança Comunitária, tendo o mesmo contado com a participação activa da comunidade no processo de tomada de decisão, gestão de finanças e aprovisionamento local
- Estabelecimento do Programa de Desenvolvimento Descentralizado (PDD), com desconcentração da administração a nível distrital e enquanto preparação para a transformação dos Distritos em Municípios

- Criámos o Planeamento de Desenvolvimento Distrital (PDID) que define e regula as regras aplicáveis sobre a competência, planeamento, implementação e financiamento para a execução de projectos do Estado a nível do Distrito do sub-distrito (Decreto-lei n.º4/2012). Este diploma vem também estabelecer o processo para a elaboração do Plano de Investimento Distrital (PID) que é um plano anual concretizado em harmonização com o Plano de Desenvolvimento dos Sucos (PDS), o Programa de Desenvolvimento Local (PDL) e o Programa de Desenvolvimento Descentralizado (PDD) a nível do distrito e sub-distrito
- Desenvolvimento do curso de requalificação dos funcionários públicos e definição dos respectivos critérios de promoção
- Atribuição de Bolsas de Estudo no País e no Estrangeiro, para formação de funcionários públicos que estão, assim, melhor preparados para responder com profissionalismo às necessidades dos serviços das instituições do Estado
- Preparação da Transição Governamental - pela primeira vez irá ser feita uma transição alargada e abrangente para o novo Governo, a fim de assegurar uma transição suave para a nova administração. Ao incutir esta reforma nos processos de governo no final de cada mandato, o Governo assegurou que o Estado e a Função Pública continuarão a operar de forma efectiva independentemente de quem formar governo. Os Relatórios de Transição fornecerão informações sobre a estrutura organizacional e de pessoal de Ministérios, programas e projectos que estão a realizar, aspectos orçamentais, quadros legais relevantes e capacidade para apoiar o programa do próximo governo. Deste modo a Função Pública não terá de começar do zero com cada nova administração, podendo, ao invés, apoiar cada novo Governo a partir do primeiro dia, com todas as informações e pareceres necessários para garantir a transição efectiva de um Governo para o outro



Consolidando a Democracia

Timor-Leste reclama um Estado forte, com instituições políticas democráticas e estáveis, com condições para unir os timorenses e colmatar a pluralidade dos seus interesses. Uma sociedade culturalmente democrática é aquela que promove discussões, é aquela que facilita o diálogo para a solução dos problemas, fomenta o sentido de união em objectivos maiores e colectivos e é, também, uma sociedade que estabelece boas relações de vizinhança com os países vizinhos, contribuindo para a paz e estabilidade na região e no mundo.

Em democracia espera-se que existam instrumentos de interacção com a Sociedade Civil, espera-se que o Povo esteja informado e que possa informar as instituições públicas e políticas. Pretendemos, assim, que com uma governação mais aberta e dinâmica consigamos alcançar os principais objectivos de desenvolvimento sustentável e redução de pobreza, permitindo também que a Sociedade Civil, o Sector Privado e outros actores de desenvolvimento, participem mais efectivamente neste processo.

O desenvolvimento da Comunicação Social é fundamental para este desígnio, já que é um instrumento que vem colocar a informação cada vez mais acessível às populações e que vem valorizar os meios de comunicação sociais nacionais, assim como a profissionalização e a formação dos jornalistas.

Uma sociedade democrática é ainda uma sociedade que reconhece os direitos da mulher de acordo com o exercício dos valores fundamentais consagrados na Constituição da República e na Declaração Universal dos Direitos do Homem. Trata-se de uma questão de democracia e de Direitos Humanos e a participação feminina na vida pública, cívica, política e social é um indicador de uma democracia consolidada. Promovemos a igualdade entre homens e mulheres, que é um factor de competitividade e desenvolvimento, e a transversalidade do género, que é um requisito para a boa governação e permite um emprego e crescimento sustentável e inclusivo.

Para consolidar a democracia em Timor-Leste implementámos políticas de igualdade de género, que reduzem a distância entre o papel atribuído às mulheres no desenvolvimento do país e a efectiva possibilidade que lhes é dada para fazerem parte das decisões que afectam a sociedade, permitindo-lhes participar no crescimento da economia do país. Destacamos as seguintes medidas:

Aprovámos:

- Lei Orgânica da SEPI
- Lei contra a Violência Doméstica
- Alteração da Resolução do Mecanismo do Ponto Focal do Género para Mecanismo de Grupos de Trabalho a nível nacional e distrital

- Revisão da Lei Orgânica da SEPI para ter um inspector e auditor e um ponto focal em cada distrito
- Inclusão do Género nas prioridades nacionais 2008-2011

Elaborámos:

- Plano de Acção Nacional sobre Violência baseada no Género
- Plano Estratégico da SEPI para 2010-2015
- Relatório Inicial do Comité para a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres (CEDAW)
- Relatório Específico do CEDAW nas áreas da educação e saúde

Apoiámos:

- Nomeação para membro da Comissão do CEDAW
- 169 Grupos de mulheres, em todos os distritos, para iniciar pequenos negócios

Desenvolvemos:

- Programas em Estatísticas de Género, Orçamento sensível ao Género, Mulheres na vida política, Violência com base no Género e Resolução 1325 do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre mulher, paz e segurança
- Programa de sensibilização semanal nas rádios comunitárias (“Mulheres em Desenvolvimento”)
- Debates mensais na TVTL sobre igualdade do género

Facilitámos uma Comunicação Social livre, independente e pluralista, para fomentar o espírito crítico na sociedade timorense, enquanto factor caracterizador de um Estado democrático, e criámos canais privilegiados para tornar as instituições, sobretudo as governamentais, mais próximas dos cidadãos e da sociedade, nomeadamente através das seguintes acções:

Aprovámos:

- Estatutos da RTTL, E.P
- Política Nacional para a Comunicação Social

Criámos:

- Direcção Nacional de Disseminação de Informação (DNDI).
- Portal do Governo – www.timor-leste.gov.tl
- Programa de rádio do Governo “Adeus Conflito, Bem-vindo Desenvolvimento”, na Rádio de Timor-Leste, em Português e Tétum
- Programa de televisão “Página do Governo” para esclarecimento da opinião pública sobre os projectos do Governo
- Portal do Programa de Rádio do Governo “Adeus Conflito, Bem-vindo Desenvolvimento” – www.radio-acbd.gov.tl
- “Kolega Sira”, colocando, deste modo, a Rádio ACBD em contacto permanente com os cidadãos através das redes sociais (*twitter*, *facebook* e *flickr*)

Reabilitámos:

- Centro de Formação em Relações Públicas do Governo (CFRPG) que passou a chamar-se Centro de Formação Técnica em Comunicação (Ceftec), o primeiro a ser certificado em Comunicação, em Timor-Leste

Desenvolvemos:

- “*Workshop* sobre Código de Ética para Jornalistas”
- “*Workshop*: Exemplo de Regulação da Comunicação Social no Mundo”
- “*Workshop* Ano 2012, ano da profissionalização dos serviços de comunicação social em Timor-Leste”
- Três acções de formação sobre comunicação social, mais especificamente, gestão e organização dos meios de comunicação social comunitária, gestão e sustentabilidade de rádios comunitárias e cobertura de eleições

Estabelecemos:

- Memorando de Entendimento para a constituição de uma biblioteca especializada nas instalações do curso de Comunicação Social da UNTL

- Um curso de Comunicação com cinco módulos de formação, nomeadamente, imprensa, rádio, televisão, introdução à multimédia e multimédia, com uma forte componente prática

Formámos:

- 93 Oficiais de media em Comunicação e Relações Públicas
- 21 Funcionários Públicos em Comunicação

Assinámos:

- Acordo de Cooperação com a Universidade Nacional de Timor Lorosa'e (UNTL) para as áreas do Direito e Comunicação Social
- Acordo com o *Press Club* (do qual fazem parte os principais jornais nacionais) para publicação de informação, esclarecendo a opinião pública sobre os projectos do Governo
- Contrato de Concessão com a RTTL, E.P

Promovemos:

- A criação da Imagem Corporativa do Governo. Neste âmbito, é dado apoio à realização de eventos, através da elaboração de convites, programas, merchandising, apoio na promoção dos eventos, organização dos media, entre outros. São, ainda, elaborados e distribuídos anualmente, em todo o território, calendários, agendas e blocos de notas
- A distribuição de jornais pelos distritos
- Reestruturação das Rádios Comunitárias, do Centro das Rádios Comunitárias, com apoio financeiro, através de subsídio mensal, e técnico (instalação de torre e antenas de transmissão, acesso a combustível, programas de rádio, aquisição de equipamento para reabilitação de estúdios
- Nomeação dos quatro membros do Conselho de Administração e dos membros do Conselho Fiscal e Conselho de Opinião, e proposta do nome do presidente do Conselho de Administração da RTTL, E.P
- Reuniões entre os jornalistas para a redacção da Proposta de Lei Geral dos Meios de Comunicação Social
- Reuniões entre os jornalistas para a adopção e disseminação de um Código de Conduta para Jornalistas

Publicámos:

- Colectânea (reproduz três diplomas relevantes na estrutura governativa e produção normativa em Timor-Leste e respectivo glossário)
- Cronologia histórica sobre Timor-Leste – “Os últimos passos da Libertação Nacional”
- Brochura sobre as Rádios Comunitárias
- Brochura sobre o funcionamento da Secretaria de Estado do Conselho de Ministros
- “Constituição anotada da República de Timor-Leste”
- Manuais de Jornalismo, entregues aos alunos do 1.º Ano do Curso de Jornalismo da UNTL
- Relatório da participação de Timor-Leste na “2010 Shangai World Expo”
- Política Nacional para a Comunicação Social – Documento para Consulta Pública
- O *Aid Memoire*, uma publicação trimestral com todas as decisões do Conselho de Ministros e de suporte à acção governativa na articulação do trabalho dos Membros do Governo

Promovemos o exercício da Democracia através da organização e realização de eleições nacionais e locais:

Aprovámos:

- A Lei de liderança Comunitária
- Reestruturação do STAE e aprovação do Regulamento Interno

Realizámos:

- A actualização da base de dados eleitoral e a emissão do cartão eleitoral com o logo da RDTL actualizado
- Actualização da base de dados em articulação com o Ministério da Solidariedade Social, para apurar o número de idosos e deficientes
- Estudos comparativos sobre modelos de liderança comunitária
- A preparação das eleições da liderança comunitária que teve lugar em 2009, com a participação de 70% da população
- Preparativos das eleições gerais de 2012, incluindo o recenseamento eleitoral, actualizando a base de dados a 100%
- Plano Operacional para as eleições de 2012
- As eleições presidenciais (1 e 2ª volta) com sucesso

Criámos:

- A Comissão de Revisão da Lei Eleitoral, que preparou a lei de liderança comunitária implementada nos 13 distritos

Formámos:

- 13 Coordenadores distritais na Austrália
- Funcionários do STAE nos distritos
- Funcionários do STAE no estrangeiro, nomeadamente através da participação em seminários e visitas de estudo no estrangeiro

Promovemos uma política externa de cooperação e de olhos postos no futuro, encorajando o Povo timorense a ter orgulho no seu Estado de Direito democrático e atraindo investidores internacionais, proporcionando mais oportunidades de crescimento económico. A política externa prosseguida pelo Estado timorense tem em conta a sua peculiaridade histórica e posição geográfica. Privilegiado por se encontrar entre dois oceanos, Índico e Pacífico, e duas regiões, Sudeste Asiático e Pacífico, também está presente as suas limitações enquanto pequeno país em desenvolvimento, rodeado de grandes potências regionais como a Austrália e Indonésia.

Assumidos estes pressupostos, Timor-Leste prossegue nas suas relações externas os princípios comumente assumidos pela Comunidade internacional, no respeito pela Carta dos Direitos Humanos e Direito Internacional e estabelece relações de amizade com todos os povos. Neste sentido, destacam-se as seguintes actividades implementadas:

- Estabelecimento do Gabinete de Fronteiras, dependente da Direcção dos Assuntos Bilaterais do Ministério dos Negócios Estrangeiros, de forma a facilitar as discussões sobre a delimitação de fronteiras (terrestre e marítima)
- Estabelecimento de Embaixadas em Genebra (Suíça), Hanói (Vietname), Luanda (Angola), Pretória (África do Sul), Santa Sé (Vaticano), Seul (República da Coreia), e o Escritório Consular no Consulado Geral de Portugal em Manchester (Reino Unido), e ainda as novas instalações das Embaixadas de Timor-Leste em Brasília, Lisboa, Camberra (construída de raiz), Genebra, Havana, Maputo e Pequim. Foi possível também o alargamento de instalações na Embaixada de Jacarta, Nova Iorque e Washington. Reconhecendo a solidariedade e a afinidade cultural com os Países de Língua Portuguesa, foi estabelecido, em 2009, uma Representação Permanente junto da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)
- Reiterando o desejo de Timor-Leste à adesão plena da ASEAN, continuámos a política de aproximação diplomática gradual junto dos Estados parte da organização e formalizámos, em 2011, o pedido de adesão. Para tal, estabelecemos o Escritório de Ligação da ASEAN em Jacarta e do Secretariado Nacional para acompanhamento da pasta, em Dili
- Lançámos a diplomacia económica, em 2009, dada a importância da vertente económica nas relações diplomáticas, reconhecido por este Governo. Sabendo urgente o desenvolvimento económico e social de Timor-Leste, o Ministério dos Negócios Estrangeiros, enquanto principal executor da política externa nacional, actuou de forma a acelerar a cooperação internacional e promoveu o investimento externo

- com os Parceiros de Desenvolvimento de Timor-Leste, como também investindo em novos contactos
- Através das plataformas multilaterais, Timor-Leste pode congratular-se pelo sucesso na eleição das suas candidaturas nacionais ao Comité para a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres (*CEDAW*) e à *United Nations Women*, a entidade das Nações Unidas para a Igualdade do Género e Capacitação das Mulheres
- A promoção da abertura da delegação da Comissão Europeia em Díli é outro marco alcançado por esta governação, traduzindo o aprofundamento das relações entre Timor e a União Europeia
- Na busca de um papel cada vez mais activo e preponderante na área da diplomacia, manteve-se a coordenação entre os sectores internos, para a organização de eventos internacionais, tais como Conferências, os Encontros com os Parceiros de Desenvolvimento e outras plataformas de diálogo das quais destacamos as seguintes realizadas em Díli:
 - VII Reunião dos Ministros de Trabalho dos Assuntos Sociais da CPLP e X Reunião dos Ministros da Defesa, em 2008
 - Diálogo Internacional de Díli, em 2010
 - Conferência Regional sobre a Iniciativa de Transparência nas Indústrias Extractivas (ITIE), em 2011
 - Conferência Internacional sobre Paz e Reconciliação na Ásia, 2012
- Co-presidimos ao Diálogo Internacional sobre a ‘Construção da Paz e a Construção do Estado’, cujo primeiro encontro foi realizado em Díli em 2010, e o II, em Monróvia, na Libéria, em 2011
- Liderámos a institucionalização do fórum “g7+”, que representa 19 países de todo o mundo considerados “Estados frágeis”, com uma população de mais de 350 milhões de pessoas, desde a África à Ásia e ao Pacífico, sendo um espaço de diálogo que tem permitido que este grupo seja ouvido, a uma só voz, pela Comunidade internacional, na tentativa conjunta de construir os Estados, construir as Democracias e construir a Paz no mundo

Ainda como forma de consolidar a democracia destacamos o lançamento do:

- Sensus Fo Fila Fali – Devolver os Censos à Comunidade, para partilhar os principais resultados dos Censos de 2010 que foram realizados pelo Governo, junto dos líderes comunitários dos 442 sucos do território. No âmbito deste programa, foram produzidos relatórios contendo informações estatísticas sobre os sucos, e uma análise comparativa destes sucos dentro de cada distrito e no país como um todo, no que concerne aos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio
- Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030, que teve em conta a realização de uma consulta pública alargada, realizada aos 65 sub-distritos, incluindo aldeias e sucos de todo o território nacional. Todas as estratégias e acções consideradas neste Plano visam, até 2030, transformar Timor-Leste de um País com baixos rendimentos para um País com rendimentos médios-altos, intrinsecamente associado a uma população saudável, instruída e segura e a uma sociedade próspera e auto-suficiente em termos alimentares. Este foi o apelo do nosso Povo ao qual pretendemos dar resposta

Investir nas Infra-Estruturas





Contruindo Obras Públicas

O investimento em infra-estruturas é essencial para que Timor-Leste se desenvolva economicamente e socialmente. No entanto, esta é uma necessidade que acarreta grandes custos, a existência de know-how no País e, também, dada a complexidade dos projectos, é algo que não se consegue num curto espaço de tempo.

O desenvolvimento das infra-estruturas é ainda mais importante porque para além de apoiar o crescimento da Nação é, também, condição essencial para aumentar a produtividade do País, criar emprego e permitir o desenvolvimento do sector privado nacional.

O Governo desenvolveu um ambicioso plano de investimento de infra-estruturas integradas, incluindo a utilização de fontes de energia alternativas, a melhoria das telecomunicações, o desenvolvimento dos portos, aeroportos, estradas, pontes, sistemas de esgotos e distribuição de água potável. O Governo investiu ainda no maior programa de sempre de infra-estruturas para o País, ou seja, a criação de um sistema fiável de produção, transmissão e distribuição de energia eléctrica que está em fase avançada de construção.

Este projecto inclui o Complexo de Produção de Hera, com uma capacidade de 119,5 MW e o Complexo de Produção de Betano, que terá uma capacidade de cerca de 137 MW. Subjacentes a estes projectos estão as linhas de transmissão que irão formar um anel em torno de Timor-Leste para possibilitar que todos os timorenses, mesmo os que residem nas áreas mais remotas, passem a ter acesso à tão necessária electricidade.

Toda esta Rede Eléctrica Nacional vai ser totalmente terminada no final do ano. Entretanto, Hera já abastece Díli, Aileu, Manatuto, Liquiçá, Gleno, Baucau, Lospalos e Viqueque. O complexo de Produção de Betano, assim como as sub-estações de Bobonaro, Suai e Cassa, estimam-se que estejam a operar antes dos finais de 2012.

É indiscutível a importância deste projecto, pois para além de criar emprego directo e indirecto, abrirá uma série de oportunidades de negócio e atrairá o investimento estrangeiro. O fornecimento regular de electricidade, através da Rede Eléctrica Nacional, é uma das principais concretizações deste Governo e os seus impactos começam já ser sentidos no País.

As principais obras públicas realizadas foram as seguintes:

- Reabilitação das estradas nacionais, distritais e rurais com uma distância total de 1.198 km, que empregaram cerca de 51.428 trabalhadores
- Manutenção de rotina e periódica das estradas com uma distância total de 2,635 km, que empregaram cerca de 10,793 trabalhadores

- Obras de emergência das estradas, pontes bem como protecção das ribeiras em todo o território do País, nomeadamente em 404 sítios mais críticos, que empregaram cerca de 30,623 trabalhadores
- Aquisição de equipamentos pesados para projectos de alargamento de estradas nos distritos de Manatuto, Baucau e Viqueque, designadamente três retroescavadoras, seis camiões do lixo e três tanques de água
- Construção de 15 pontes que empregaram 26,492 trabalhadores
- Implementámos o Pacote do Referendo, em 2009, um programa inovador, para a capacitação e descentralização do sector privado, especialmente das áreas rurais, com a execução de mais de 800 projectos de infra-estruturas, envolvendo cerca de 720 companhias
- Iniciámos os Programas de Desenvolvimento Descentralizados I e II, na sequência do Pacote do Referendo, para fortalecer a economia nos distritos e para o incentivo ao aparecimento e desenvolvimento das empresas locais, para a construção e reabilitação de infra-estruturas nos distritos, que estão a promover a criação de emprego para jovens que residem nos distritos, subdistritos, sucos e aldeias do País, através de mais de 1.100 projectos
- Encetámos o Programa de Desenvolvimento Local para o desenvolvimento dos sucos e aldeias em todo o País nas suas necessidades básicas, nomeadamente de pequenas obras públicas, segundo os seus próprios planos apresentados.
- Começámos projectos-pilotos de construção de habitações do Programa MDG-Sucos, de acordo com os Objectivos do Milénio, que consideram casa decente, água, saneamento, luz, acesso à saúde, à educação e ao mercado (Habitações sociais/comunitárias (5 casas por aldeia, num total de 11.145)

O Governo criou, em 2011, o Fundo de Desenvolvimento das Infra-estruturas para projectos plurianuais e estruturantes, que visa apoiar um País moderno e produtivo, capaz de gerar oportunidades de emprego.

A implementação destes projectos foi feita pelos Ministérios e Instituições relevantes sob a orientação e decisão política do Conselho de Administração do Fundo de Infra-estruturas (CAFI), tendo recebido o apoio do Secretariado dos Grandes Projectos e da Agência de Desenvolvimento Nacional que conduziu inspecções regulares e a monitorização no terreno. Alguns dos projectos já iniciados e que estão a decorrer, no âmbito do Fundo das Infra-estruturas, são os seguintes:

- Reabilitação de 17 estradas nacionais e construção de 2 estradas nacionais e 9 pontes
- Construção dos Portos de Díli e Ataúro
- Reabilitação das Pistas do Aeroporto
- Construção de estradas e pontes (auto-estrada Suai-Betano-Beaco) e desenvolvimento das infra-estruturas na Costa Sul, Suai (Base de Fornecimentos), incluindo levantamentos, estudos ambientais, análises da rota do gasoduto e outros projectos de apoio ao desenvolvimento da Costa Sul (projecto Tasi Mane)
- Construção de edifícios públicos e canais de irrigação para a agricultura



Fornecendo Energia, Água e Saneamento Básico

O acesso ao fornecimento regular de electricidade é vital para melhorar a qualidade de vida em Timor-Leste e apoiar o crescimento e desenvolvimento de empregos em zonas urbanas e rurais. Por construímos:

- Duas Centrais Eléctricas, uma em Hera e outra em Betano, incluindo as linhas de transmissão que irão fornecer energia eléctrica em todo o território de Timor-Leste, 24 horas por dia

As actividades de construção da central eléctrica de Hera e Betano estão em processo de finalização da seguinte forma:

- Construção das Linhas de Transmissão: 82.78%
- Tanque Óleo em Hera: 100%
- Linhas para 20KV: 71.12%
- Construção das Sub-estações: 84.05%
- Sub-estações Eléctricas já concluídas e operacionais: Díli/Kamea, Manatuto, Liquiça, Baucau e Lospalos
- Sub-estações de Viqueque, Maliana e Cassa irão ser concluídas em Maio de 2012
- Instalação de 6 novos transformadores nos distritos de Bobonaro, Suai, Viqueque, Manatuto, Ainaro e Baucau, para assegurar o abastecimento fiável de electricidade
- Elaboração do Esboço da Política Energética Nacional, após realização de um estudo de dois anos cujo resultado demonstra que Timor-Leste está em condições de apostar nas energias alternativas e renováveis
- Elaboração do Plano de Electrificação de Timor-Leste, com base nas Energias Renováveis, que identifica o grande potencial do País nas áreas da energia eólica, solar, hídrica, geotérmica, biomassa, biodiesel, dos oceanos e biogás

- Realização de projectos-piloto no âmbito do Programa de Biogás, nomeadamente:
 - Implementação de um digestor de 145 m³ no Suco Ponilala-Ermera que beneficiou 165 famílias e um sistema 85m³ no Suco Beco-Covalima
 - Construção de cerca de 10 unidades de biogás em vários sucos do País, beneficiando cerca de 214 famílias
 - Melhoria do sistema para a produção de energia de 15 Kw, em Ermera-Ponilala, 142 m³, beneficiando cerca de 169 famílias
 - Construção de digestores e gás “holders”, melhoria de sistemas existentes e outros serviços complementares à produção de energia a biogás, beneficiando 265 famílias em vários sucos do País

- Realização do Programa de Unidades Solares, incluindo a instalação de 8.229 unidades solares, beneficiando igual número de famílias em todo o País

- Realização do Programa de Agroenergia e produção de biodiesel, através da preparação de viveiros e cultivo de jatrophas, em todo o País, abrangendo cerca de 209 ha, beneficiando cerca de 1500 pessoas, e preparação de viveiros e terreno para plantação de agroenergia, abrangendo 44 hac e beneficiando 32 agregados familiares. Foi ainda instalado um gerador a biodiesel em Metinaro – Benunuk para 20 agregados familiares e uma mini-refinaria em Díli-Metinaro para 40 beneficiários

- Reabilitação da míni-hidrica de Loihuno e construção de outras três míni e micro-hídricas em Gariuai, Loihuno e Mulo

- Actualmente, de acordo com os dados estatísticos, as áreas rurais que têm acesso à água potável são 42% da população nas áreas urbanas e 30% da população nas áreas rurais

- Extensão da rede de distribuição de água e substituição de canos antigos em 145 aldeias nos 36 Sucos de 13 distritos, para o benefício de aproximadamente cerca de 97 mil pessoas

- Implementação de um total de 85 projectos de abastecimento e fornecimento de água potável nas áreas rurais e urbanas para o benefício de aproximadamente 61 mil pessoas

- Estabelecimento do sistema de latrinas nas áreas rurais que beneficia mais de 9 mil famílias, incluindo a reparação das facilidades de tratamento de águas residuais em Díli, Covalima e Oecusse

- Estabelecimento da Política Nacional de Saneamento Básico que esclarece as responsabilidades públicas e privadas relativamente ao saneamento

- Aprovação da implementação do Regulamento Sanitário Internacional, do qual Timor-Leste é signatário, e que prevê a adopção de uma série de medidas de manutenção da segurança sanitária a nível mundial



Reformando o Sector das Telecomunicações

Uma rede de telecomunicações eficaz une os cidadãos timorenses e permite o crescimento das empresas e melhores prestações de serviços do Estado. As telecomunicações são essenciais para o futuro desenvolvimento de Timor-Leste, incluindo a criação de emprego, o aumento do volume de negócios, o desenvolvimento do sector privado e a melhor prestação de serviços fundamentais como a saúde, educação e segurança.

Em 2002 o Governo concedeu o monopólio das telecomunicações a um único operador, por um período de 15 anos, que terminaria em 2017. Um contrato de concessão exclusivo, através de um processo de concurso, foi realizado para garantir uma rápida restauração dos serviços de telecomunicações em Timor-Leste, assim que este alcançou a Independência. No entanto, desde então, a procura de serviços tem aumentado substancialmente, inclusivamente nas áreas rurais, e agora a Nação precisa de um mercado competitivo para fornecer melhores serviços de telecomunicações.

Neste sentido foi implementada a reforma das telecomunicações, incluindo:

- A aprovação da Política Nacional das Telecomunicações para introduzir a concorrência de novos operadores, o que inclui:
 - Liberalização do mercado e introdução da concorrência através da participação do sector privado
 - Estabelecimento de um novo órgão regulador pelo sector das telecomunicações
 - Introdução de uma Política de Serviço Universal para garantir o acesso a cobertura de telefone móvel e aumentar o acesso à Internet de banda larga para todo o País, com preços mais reduzidos
 - Conectar Timor-Leste ao mundo através de uma rede de fibra óptica submarina capaz de providenciar internet de banda larga de alta velocidade
- Foram encetadas negociações com a Timor Telecom e, a 27 de Março de 2012, chegou-se a um acordo, terminando a concessão exclusiva da Timor Telecom enquanto o único fornecedor de serviços de telecomunicações no País.

- Publicação do Decreto-Lei das Telecomunicações que regulamenta o sector e incentiva as melhorias no acesso aos serviços de telecomunicações, incluindo chamadas de voz e internet, para áreas que actualmente não estão cobertas. A legislação prevê um período inicial para ver até onde os incentivos da procura de negócio das operadoras os levarão a construir novas infra-estruturas nessas áreas. Após dois anos poderá ser-lhes pedido que financiem um esquema para subsidiar uma maior cobertura de rede a essas comunidades
- Abertura de um concurso público para a adjudicação dos direitos, durante 15 anos, de utilização das bandas de frequência de rádio que permitem serviços de telecomunicações móveis de voz e dados.
- Processo de recrutamento para o Conselho da Administração da Autoridade Nacional das Telecomunicações
- Foi ainda implementado o Projecto de Conectividade Nacional, concluído em 2011, que criou uma rede integrada e segura do Governo, onde a Internet pode funcionar independentemente de outras redes existentes. Através da linha fibra óptica, instalada em Díli, e da tecnologia wimax versão 16d, nos doze distritos, pode-se fornecer o serviço em todo o País

Construir a Economia



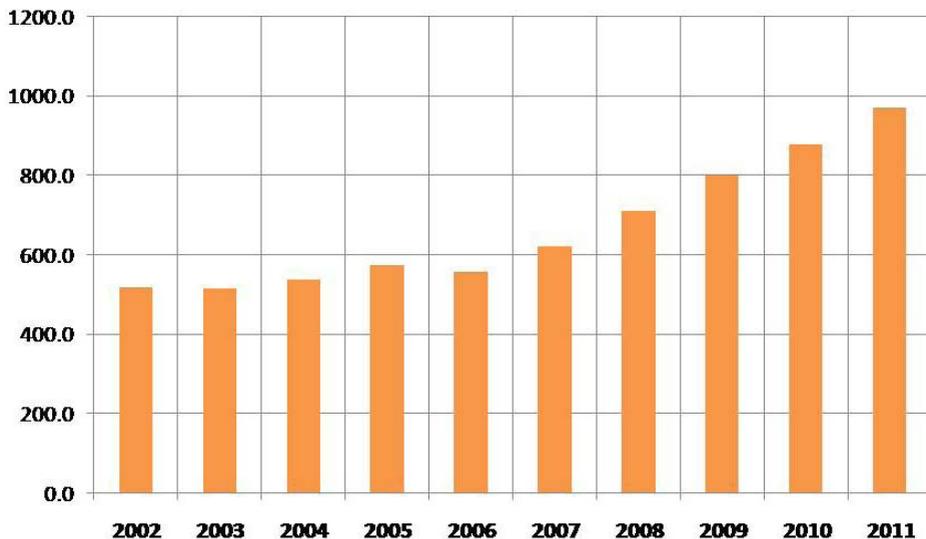
No curto espaço de tempo desde que se tornou um Estado independente, Timor-Leste tem vindo a assentar os alicerces de uma Nação estável e segura e de uma economia forte. A fim de criar emprego para o Povo, e de garantir que todo o País beneficia da riqueza proveniente dos recursos naturais, é necessário desenvolver uma economia de mercado pujante, com um sector privado forte e diversificado.

Ao longo do seu mandato, o Governo tem vindo a reconstruir as instituições públicas, a melhorar a prestação de serviços em áreas como os cuidados de saúde, a educação e a segurança, e a construir infra-estruturas vitais.

Em resultado deste trabalho, Timor-Leste atingiu níveis de crescimento económico muito elevados, o que significa que há mais emprego e mais oportunidades para o Povo. A partir de 2007 as taxas de crescimento aumentaram para uma média de dois dígitos, tendo Timor-Leste registado um dos crescimentos económicos mais rápidos no mundo inteiro. Estas taxas de crescimento são ainda mais notáveis, se considerarmos que ocorreram numa altura em que o Governo estava também a gerir o impacto da Crise Global dos Preços de Alimentos (2008 a 2010) e da crise Financeira Global (2008 a 2012).

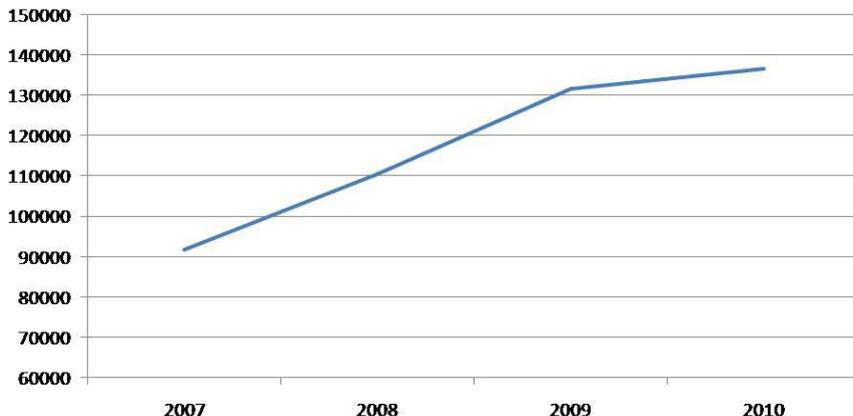
A tabela seguinte mostra o crescimento da economia desde o início do mandato. Mostra que a economia no final de 2011 tem quase o dobro da dimensão do que tinha em 2006 e que continua a crescer. Uma economia crescente significa que são criados mais empregos e que existem mais oportunidades económicas para o Povo timorense.

PIB real não petrolífero



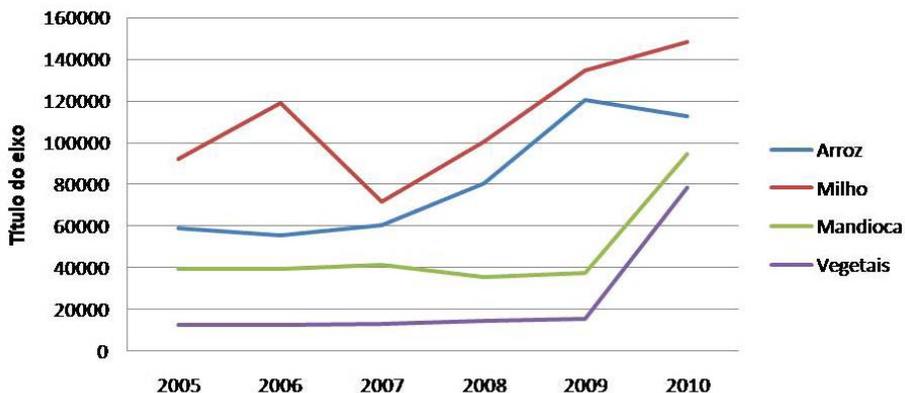
O uso de electricidade é uma boa indicação de que a economia está a crescer. O gráfico seguinte mostra os valores mais recentes do uso de energia em Díli. Mostra que o uso de energia tem vindo a crescer substancialmente todos os anos a partir de 2007 e deverá crescer ainda mais em 2011 e 2012, à medida que se gera mais electricidade em resultado de grandes investimentos em infra-estruturas eléctricas durante o mandato.

Consumo de eletricidade em Díli (em dezenas de milhares de KWh)



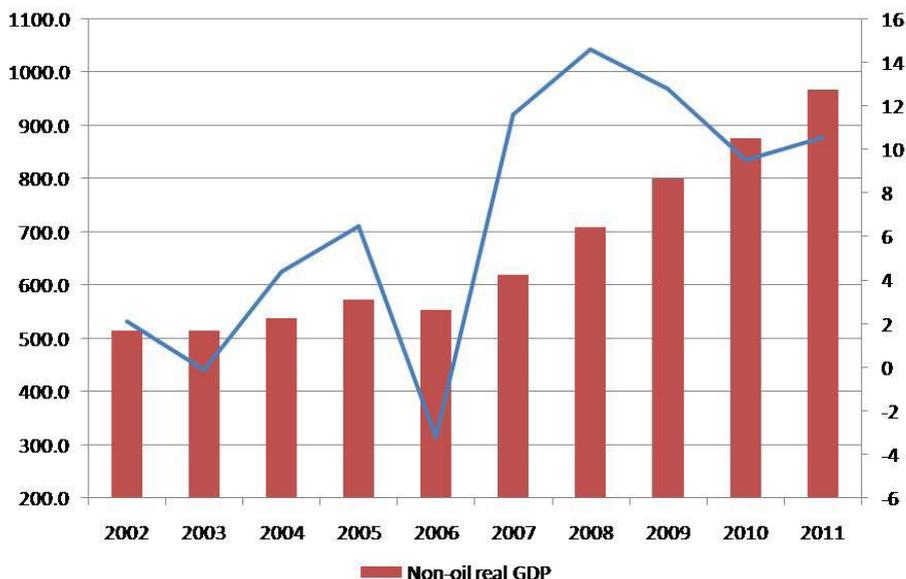
Todavia o crescimento económico não se tem limitado a Díli. A economia continua a crescer por toda a Nação. O gráfico seguinte constitui uma boa indicação deste crescimento, uma vez que mostra o aumento significativo na produção agrícola desde o início do mandato.

Produção agrícola em toneladas



Este gráfico mostra que no geral a produção não aumentou entre 2005 e 2007 e que começou a aumentar em 2008.

A linha no gráfico seguinte mostra o aumento percentual na dimensão da economia.



O gráfico anterior mostra também que de ano para ano a economia tem vindo a crescer a uma média de dois dígitos durante o mandato. Ao contrário do que aconteceu em 2006, quando a economia chegou mesmo a contrair-se, desde 2007 que a economia vem a crescer a taxas muito elevadas.

Para efeitos de comparação, enquanto a economia de Timor-Leste deverá ter crescido acima dos 10% em 2011, uma das economias com melhor desempenho no mundo inteiro, a da China, deverá ter crescido menos de 9%.

Durante 2011 estima-se que a Economia Mundial tenha crescido quase 5%, o que significa que a economia de Timor-Leste cresceu a uma velocidade duas vezes superior à do resto do mundo. Em 2009, quando a economia mundial se contraiu em quase 1%, a economia de Timor-Leste cresceu mais de 12%.

Taxas de Pobreza

A incidência da pobreza extrema é demasiado alta no nosso País. Muitas pessoas sofrem todos os dias devido a condições de vida difíceis ou de miséria. Até ao início do mandato, a pobreza extrema vinha a aumentar na nossa Nação. Os timorenses a viver abaixo da linha de pobreza no que toca a necessidades básicas tinham aumentado dos 36% da população em 2011 para 49% em 2007. Todavia o surto de crescimento económico desde 2007 começou a reduzir a pobreza. Uma análise da pobreza realizada pelo Banco Mundial em 2009 constatou que a pobreza havia descido para cerca de 41%, sendo esperado que estes dados sejam reforçados por uma análise abrangente da pobreza a ser lançada em 2012.

Receitas Petrolíferas

Timor-Leste está altamente dependente das receitas petrolíferas. Felizmente as receitas petrolíferas têm vindo a crescer gradualmente, o que resulta em saldos cada vez maiores no Fundo Petrolífero. A Constituição de Timor-Leste exige que os recursos petrolíferos sejam

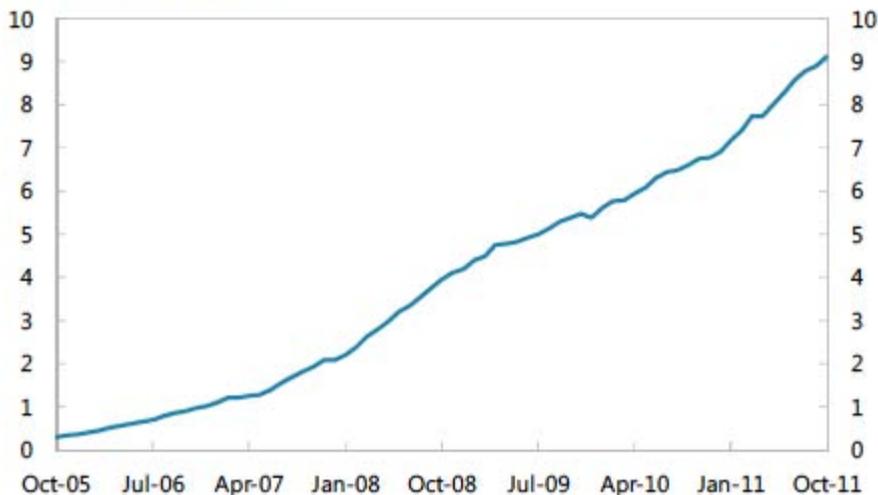
cada vez maiores no Fundo Petrolífero. A Constituição de Timor-Leste exige que os recursos petrolíferos sejam utilizados de forma justa e equitativa, de acordo com o interesse nacional, e que estes recursos conduzam ao estabelecimento de reservas financeiras obrigatórias. O Fundo Petrolífero foi estabelecido em 2005 para dar resposta a este requisito constitucional e para garantir que os recursos de petróleo e gás são geridos de forma sensata e em benefício das gerações actuais e futuras.

O Fundo Petrolífero oferece uma forma de criar uma fonte estável e consistente de recursos que podem ser usados para construir a Nação. O Fundo Petrolífero adoptou uma estratégia de investimento conservadora que anteriormente consistia sobretudo no investimento em títulos do Tesouro dos EUA. Esta estratégia revelou-se muito eficaz durante a Crise Financeira Global, com o Fundo Petrolífero de Timor-Leste a ser um dos fundos de riqueza soberana com melhor desempenho no mundo. A actual estratégia de investimento consiste em adoptar uma carteira mais equilibrada e diversificada, incluindo uma gama de títulos e acções internacionais, a fim de garantir a diversificação e a protecção da riqueza e de possibilitar o crescimento.

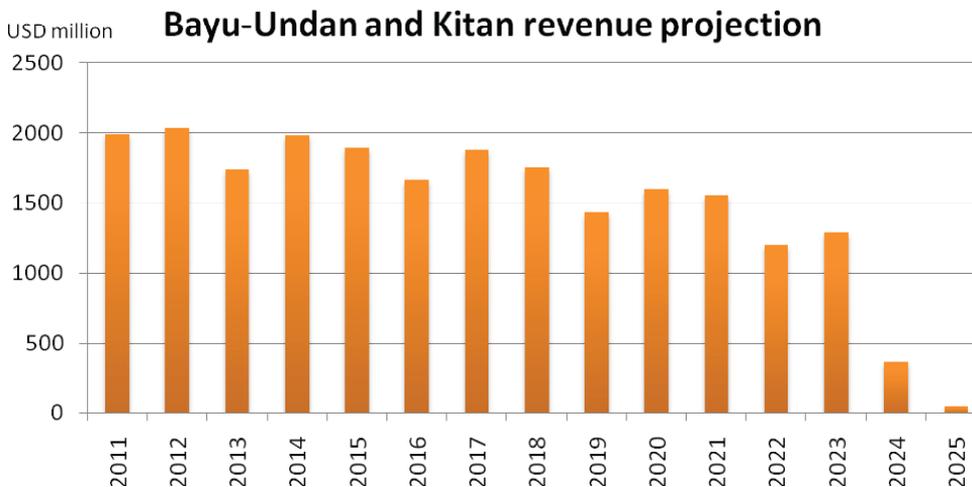
Quando o Banco Central começou a operação do Fundo Petrolífero, em Setembro de 2005, tinha um saldo inicial de 205 milhões de dólares. Actualmente, o Fundo Petrolífero tem investidos mais de 10 mil milhões de dólares, sendo que o total cresce a cada dia.

Petroleum Fund Balance

(In billions of U.S. dollars)



O gráfico anterior mostra como o saldo do Fundo Petrolífero tem vindo a crescer gradualmente. Todavia as nossas reservas petrolíferas não durarão para sempre, sendo que por esta razão o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Governo para 2011 a 2030 prevê um quadro para transformar a economia de Timor-Leste – passando da actual dependência da agricultura e do sector público para uma situação em que haverá um sector privado cada vez mais forte e um sector terciário em crescimento. O gráfico seguinte mostra as receitas futuras esperadas a partir dos nossos dois campos petrolíferos actuais (não incluindo porém receitas futuras a partir do campo de grande dimensão do Sunrise) e deixa claro que os nossos recursos não irão durar para sempre.



As estratégias e acções económicas no Plano Estratégico de Desenvolvimento, pretendem conseguir uma alteração estrutural na nossa economia. Isto inclui acções para desenvolver os nossos recursos humanos por via de educação e formação, providenciar capital ao sector privado através do Banco Nacional de Desenvolvimento, melhorar o cenário empresarial por via de reformas reguladoras e incidir no desenvolvimento de indústrias estratégicas.

Em resumo, o IV Governo Constitucional herdou uma economia estagnada e uma grande incidência de pobreza extrema. Desde 2007 a economia tem vindo a crescer a grande velocidade e teve força para suportar os choques da Crise Financeira Global. Prevê-se que a economia em crescimento de Timor-Leste continue forte no futuro, o que ajudará a criar mais emprego e a reduzir a pobreza. O Relatório do Fundo Monetário Internacional sobre Timor-Leste, datado de 2012, disse o seguinte:

“Panorama. *O panorama em termos de crescimento e de redução da pobreza é animador, uma vez que Timor-Leste deverá beneficiar em muito da sua riqueza petrolífera ao longo dos próximos anos. O Governo resolveu acelerar o desenvolvimento fazendo uso desta riqueza. Com o aumento das despesas por parte do Governo prevê-se que o crescimento continue forte, na ordem dos 10% em 2012 e a médio prazo.”*

Relatório do Fundo Monetário Internacional sobre Timor-Leste, datado de 2012, página 5.

Com o planeamento nacional do Plano Estratégico de Desenvolvimento para 2011 a 2030 e com a continuação da actual orientação de política económica, Timor-Leste pode antever um cenário económico muito mais sólido que resultará numa Nação forte e próspera.



Promovendo o Crescimento Económico

O desenvolvimento económico de Timor-Leste assentará em torno de três indústrias essenciais: agricultura, turismo e petróleo. O País possui vantagens consideráveis a nível destas indústrias devido aos seus recursos naturais, localização geográfica e perfil económico.

Para além de terem sido criadas as bases para o arranque dos sectores acima mencionados, o Governo investiu ainda em medidas que criam emprego, fortalecem o sector privado e desenvolvem as áreas rurais, condições fundamentais para promover o crescimento económico de uma forma equilibrada e justa. Neste sentido, importantes reformas foram implementadas tais como:

- Aprovação da Lei Tributária como parte de três fases distintas da reforma fiscal do Estado. Esta lei consolida e substitui a legislação da UNTAET sobre as actividades de impostos resultando ao mesmo tempo na redução da carga fiscal que foi considerado como não ajustada à realidade do país. As outras duas etapas (Lei de impostos e deveres) já foram igualmente preparadas e comprimem as lacunas fiscais, garantindo um sistema mais justo para todos os interessados
- Aprovação do estabelecimento da Empresa de Investimento de Timor-Leste (EITL). Esta empresa é capitalizada com recursos públicos, mas rege-se pelo quadro jurídico das empresas comerciais e foi criada com o objectivo de promover o desenvolvimento de oportunidades de investimento e o aumento da riqueza nacional, assim como a realização de importantes projectos estratégicos com relevância comercial
- Aprovação da política e legislação que estabelecem os procedimentos, directivas e regime de contratação especial para os projectos financiados através de Parceria Público-Privado. O Decreto-Lei define as competências e os processos de identificação, avaliação, aquisição e construção de infra-estruturas por meio de acordos de parceria Público-Privado, bem como os princípios e instrumentos para o estabelecimento de parcerias de infra-estrutura entre o Governo e outros organismos. As Parcerias Público-Privadas têm ainda como objectivo contribuir para o desenvolvimento do sector privado

- Aprovação do Quadro Jurídico da Dívida Pública, que estabelece pela primeira vez em Timor-Leste o quadro jurídico para empréstimos do Estado. A Dívida Pública do Estado deve ser motivada por necessidades para financiar as prioridades do Estado relacionadas com a construção de infra-estruturas estratégicas para o desenvolvimento de Timor-Leste. Esta Lei dá poder ao Governo para entrar em contratos de empréstimo, após aprovação pelo Parlamento Nacional na Lei do Orçamento, e ao Ministro das Finanças, quando autorizado pelo Conselho de Ministros, o poder de negociar e assinar contratos de empréstimo
- Criação da Câmara de Comércio e Indústria, que representa o sector privado timorense e defende os seus interesses, trabalhando em parceria com o Governo de forma a ultrapassar os obstáculos ao desenvolvimento. Serve igualmente para prestar apoio, serviços e pareceres às empresas, de forma a permitir que estas se tornem mais produtivas e que cresçam
- Aprovação da Lei do Investimento Privado, estabelecendo o quadro legal que permite o conceito de “one stop shop” junto do tecido empresarial
- Criação do Banco de Desenvolvimento e Investimento de Timor-Leste, incluindo a assinatura do Memorando de Entendimento com a Geocapital e redacção de edital para publicação nos jornais de tiragem nacional sobre a intenção do Governo em abrir aos privados nacionais, a possibilidade de participação no capital social do Banco
- Criação do Banco Nacional de Comércio de Timor-Leste, que transforma o IMFTL-Instituto de Microfinanças de Timor-Leste numa entidade bancária de pleno direito. O Banco Comercial conta já com balcões em todos os distritos e estende a sua acção comercial bancária até aos subdistritos através dos veículos de banca móvel (6 unidades que irão estar em Baucau, Covalima, Díli, Aileu, Viqueque e Lautem)
- Implementação do Pacote do Referendo em 1999 e do Programa de Desenvolvimento Descentralizado I e II em 2010 que propiciaram a rápida inclusão e autonomização das empresas timorenses no desenvolvimento de infra-estruturas do País
- Introdução do Fundo de Estabilização Económica, em 2008, que permitiu regularizar os preços do arroz, cimento e outros bens essenciais e, desta forma, proteger os poder de compra das famílias e do sector privado, face ao aumento generalizado das mercadorias importadas
- Transformação do Centro de Bambu de Timor-Leste numa empresa pública. Este Centro tem realizado actividades de produção experimental de diferentes tipos de mobiliários utilizando materiais derivados de bambu e está na fase de produção comercial. Tem desenvolvido viveiros para a extensão da plantação de bambus de qualidade junto dos agricultores, para garantir a sustentabilidade de fornecimento de matérias-primas para o CBTL, nomeadamente em Tíbar, Mausohi, Fatumassi, Metagou, Suku-Liurai e Maurussa
- Criação de 200 centros de informação comunitários equipados com meios audiovisuais
- Prestação de formação empresarial a micro e pequenos empresários nacionais nos Centros de Desenvolvimento Empresarial

- Apoio à criação de 95 Cooperativas e suporte contínuo à formação, gestão e fiscalização e, em algumas situações, apoio com fornecimento de materiais e equipamentos, para reforçar a produção nas áreas de agricultura, pescas indústria, artesanato, pecuária e crédito. No âmbito das cooperativas é colocada a ênfase na formação dos recursos humanos envolvidos com vista à criação de emprego, redução da pobreza e conseqüente crescimento económico. Com os apoios fornecidos os cooperantes iniciam as suas actividades de produção aumentando o volume de produtos transaccionados e os seus rendimentos, dinamizando a economia e a comunidade em geral. Destacamos o aumento da qualidade dos produtos transaccionados e um alinhamento de preços cada vez mais competitivo comparando com outros sectores de produção
- Criação do Posto Integrado e o Mercado Tradicional de Batugade para facilitar as transacções comerciais e a circulação de pessoas no corredor entre Díli e Kupang
- Produção do Relatório do estado da Nação, por uma equipa multidisciplinar de técnicos e cientistas timorenses
- Assinatura do Projecto de cooperação Hera com a OMT e Comissão Europeia para permitir a construção de uma estrada rural
- Assinatura do Projecto de cooperação com o PNUD para acelerar o desenvolvimento empresarial
- Construção de 67 mercados rurais para a promoção do desenvolvimento económico rural através do fomento do comércio local
- Adesão à Organização das Cooperativas dos Países de Língua Portuguesa
- Formação de 166 Funcionários do Ministério da Economia, em cursos realizados localmente ou em instituições especializadas no estrangeiro, através de projectos de cooperação bilateral com os países dessas instituições, nomeadamente na Indonésia (41), Quênia (1), Malásia (2), México (1), Myanmar (1), Nepal (2), Noruega (5), Filipinas (1), Samoa (2), China (7), Austrália (7), Canadá (1) e Japão (5) - estes cursos de formação e capacitação abarcaram áreas tão diversas como a Linguística (Português e Inglês), Informática, Administração e Finanças, Recursos Humanos, Leis e Decretos-Lei específicos da Administração Pública, Gestão e Auditoria, Gestão de Pesquisa e Planeamento, Economia Rural, Cooperativismo, Ambientais e Empresariais

Na área do Comércio e Indústria foram implementadas as seguintes principais actividades.

Aprovámos:

- Lei sobre Crimes de Açambarcamento e Especulação
- Decreto-Lei sobre os Princípios, Limites e Critérios de Intervenção no Mercado e Criação do Fundo de Reserva
- Decreto-Lei sobre a Qualidade, Regulamentação e Licenciamento de Água Engarrafada
- Decreto-Lei sobre Jogos Recreativos e Sociais
- Decreto-Lei Regulamento dos Restaurantes e Similares
- Decreto-Lei sobre Infracções Económicas e Alimentares

- Decreto-Lei sobre Regime do Licenciamento Comercial
- Decreto-Lei sobre Produção e Comercialização dos Géneros Alimentares e Regulamento da Indústria e Comercialização dos Géneros Alimentares
- Decreto-Lei que Estabelece os Regimes a que podem ser Submetidos os Preços dos Bens ou Serviços no mercado nacional – “Preço Justo” – e Medidas Sancionatórias
- Decreto-Lei sobre Classificação das Actividades Económicas
- Decreto-Lei sobre Regime Jurídico das Actividades Publicitárias
- Decreto do Governo que Cria a Inspeção-Geral dos Jogos
- Decreto do Governo que Cria a Inspeção-Geral Alimentar e Económica
- Decreto do Governo Regulamento de Procedimentos no Abastecimento Público de Bens Alimentares e Materiais de Construção Pública
- Decreto do Governo que Cria a Agência de Gestão das Receitas do Jogo (Lotarias)
- Resolução do Governo Política de Intervenção no Mercado para Bens Essenciais ao Abastecimento Público
- Diploma Ministerial sobre Licenciamento Comercial Simplificado
- Diploma Ministerial sobre Custos de Transporte de Arroz
- Diploma Ministerial sobre Medidas de Estabilização de Preços de Combate à Inflação e de Prevenção Especulativa
- Diploma Ministerial sobre a Comercialização de Bebidas Alcoólicas e de Combustíveis
- Diploma Ministerial Certificado da Origem do Café de Timor-Leste
- Diploma Ministerial Aviso para Concurso de Concessão do Jogo de Lotarias
- Diploma Ministerial Logótipo do MTCI
- Diploma Ministerial Regularização dos Jogos Bola Guling, Kuru-Kuru e Futu-Mano
- Diploma Ministerial Lotaria Instantânea – Rspadinha
- Diploma Ministerial sobre Abastecimento de Arroz
- Diploma Ministerial sobre Compra de Milho de Produção Nacional
- Diploma Ministerial sobre Modelo de Contrato – Bolseiros
- Diploma Ministerial sobre Concessão Lotarias

Publicámos:

- Livro sobre “Dados dos Preços dos Produtos Locais, Produtos de Necessidade Básica, Materiais de Construção e Combustível nos 13 Distritos”
- Livros sobre “Padrão de Preço Unitário para o Aprovisionamento do Estado”, em 5 Volumes:
 - Vol. I – Materiais de Construção Civil
 - Vol. II e III – Equipamentos de Escritório e para Habitações
 - Vol. IV – Equipamentos de Estúdio e Comunicação
 - Vol. V – Equipamentos de Tecnologia de Informação
- Livro “2010 – Estatística MTCI”

Assinámos:

- Protocolo de Cooperação entre a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e o Departamento de Jogo e Inspeção-Geral dos Jogos em Timor-Leste
- Memorando de Entendimento entre o Ministério do Comércio e Indústria da República Socialista do Vietname e o Ministério do Turismo, Comércio e Indústria, para a importação de arroz, materiais de suporte à produção de alimentos e cooperação na assistência de formação de recursos humanos
- Protocolo com a Câmara de Comércio Portugal (AIP-JRC), para fomentar encontros entre empresários de ambos os países
- Memorando de Entendimento entre o Serviço Central de Estatística Indonésia e o MTCI, desenvolvimento de programas de sistemas estatísticos específicos para a área do turismo, comércio e indústria e acolhimento de estudantes timorenses na Academia Estatística Indonésia, durante 3 anos
- Protocolo com o Centro Tecnológico Aproveitamento e Valorização de Rochas Ornamentais e Industriais – CEVALOR, com o intuito de avaliar o potencial de extracção de rochas e mármore em Timor-Leste

Participámos:

- 14a Feira Internacional em Cabo Verde, com o tema “O negócio nas tuas mãos”

Construímos:

- Edifícios destinados a serviços de hotelaria (restaurantes, cafés, etc) e respectivas infra-estruturas de apoio, em Metiaut, Díli
- 7 Mercados Nacionais e de Fronteira, nos distritos Díli, Baucau, Bobonaro, Manatuto, Suai, Oe-Cusse Ambeno (Oe-Silo), Batugadé (Mota-ain)
- 1 Armazém, em Bobonaro, para Produtos Agrícolas, oriundos dos 13 distritos, no âmbito da segurança alimentar

- No âmbito da Prevenção da Segurança Alimentar:
 - Importámos 209,770 toneladas de arroz

Adquirimos:

- Produtos locais para os armazéns do Governo e posteriormente:
 - Vendemos 138,799.00 Toneladas de produtos agrícolas
 - Fornecemos para a ajuda humanitária – 170,595.00 Toneladas de produtos agrícolas e marmelada e 8,595 Litros de óleo de coco

Distribuímos:

- 29,229.44 Toneladas de arroz, ao público, MSS, ME, MAEOT e ajuda humanitária:

Formámos:

- Curso Técnico de Confeção de Doces e Geleias, a 20 Mulheres e, posteriormente, fornecemos equipamentos de produção a grupos beneficiários
- Curso Técnico de Mecânica de Motos, a 100 mecânicos, oriundos dos distritos de Díli, Baucau, Bobonaro, Covalima, Manufahi, e Oe-Cusse Ambeno
- Curso Técnico de Processamento de Óleo de Coco Virgem:
 - 2007 - no distrito de Baucau e Laútem, a 20 participantes e, posteriormente, fornecemos equipamentos de produção aos participantes
 - 2010 – no distrito de Baucau, a 10 formandos
- Curso Técnico de Carpintaria:
 - 2009 - no distrito de Oe-Cusse Ambeno, participaram 20 formandos pertencentes a 2 grupos, no final da formação foram dadas máquinas e equipamentos de carpintaria a cada grupo, para desenvolverem a actividade
 - 2011 – no distrito de Viqueque, a 10 participantes e entrega de equipamento de carpintaria
- 2 Cursos Técnicos de Costura e Alfaiate:
 - 2007 - 2 Grupos de mulheres, um total de 20 formandas, no sub-distrito de Vera Cruz, distrito de Díli. No final da formação atribuímos equipamentos a cada grupo
 - 2008 – 3 Grupos de mulheres, um total de 50 participantes, no distrito de Bobonaro, Aileu e Ainaro
 - 2010 – a 30 formandas, no distrito de Laútem, Liquiça e Ermera
- Curso Técnico de Produção de Rebuçados e Gomas, a 20 mulheres no distrito de Covalima

- Curso Técnico de Tuku Besi (ferro para construção de edifícios), a grupos com pequenas indústrias, no sub-distrito de Fatuberliu, distrito de Manufahi. Participaram 15 formandos
- Curso Técnico de Descasque de Arroz, dirigido a grupos de agricultores dos distritos de Manatuto e Manufahi. Participaram 20 formandos
- Curso Técnico de Diversificação de Produtos Tais, a pequenas indústrias, no distrito de Laútem (suco de Com) e no distrito de Liquiça (suco Lauhata)
- Curso Técnico de Produção de Mobiliários de Bambu, no distrito de Laútem, participaram 10 formandos
- Curso Técnico de Tingimento de Tais:
 - No distrito de Ermera, sub-distrito de Atsabe e no distrito de Oe-Cusse, a 15 formandos
- Curso Técnico de Produção de Etanol:
 - 2009 - Distrito de Liquiça, sub-distrito de Maubara, 10 beneficiários
 - 2010 – Distrito de Manatuto, sub-distrito de Laclubar, 10 beneficiários
- Curso Técnico de Produção de Frutas e Vegetais Secos (Kripik), no distrito Díli a 15 participantes oriundos dos distritos de Aileu, Ainaro, Bobonaro, Manatuto, Manufahi e Viqueque
- 10 Formandos frequentaram Estágio de Produção de Tais, Linhas de Costura e Bambu, em Yogyakarta, Indonésia
- Curso Técnico de Produção de Sabão, nos distritos de Baucau, Laútem e Díli, a 10 formandos
- Curso Técnico de Produção de Mina Atsirih, no distrito de Díli, a 10 participantes oriundos do distrito de Díli e Manatuto
- Curso Técnico em Processamento de Fibra de Coco, a 10 funcionários do MTCI
- Curso Técnico em Makina Bubut, a 5 funcionários do MTCI, em Surabaya, Indonésia
- Curso Técnico de Soldadura, 10 beneficiários, em Díli
- Curso Técnico de Mecânica, a 10 formandos, em Díli
- Curso Técnico de Produção de Sal Ionizado, a 116 famílias produtoras de sal tradicional, no distrito de Bobonaro e, posteriormente, entrega de equipamento para produção de sal a cada família



Investindo nos Recursos Naturais

O sector dos recursos naturais não renováveis é um pilar fundamental para o desenvolvimento futuro de Timor-Leste. Este sector é essencial não só para o crescimento económico, como também para o progresso social do País, enquanto Nação que se quer realizar em pleno e de forma estável.

Para desenvolver o sector é, assim, preciso garantir que a riqueza em recursos naturais não renováveis seja utilizada para apoiar as necessidades do povo e permita contribuir para a construção da Nação. Actualmente Timor-Leste ainda não possui as infra-estruturas, indústrias de apoio e recursos humanos fundamentais para fazer funcionar e gerir o sector, facto que resulta na perda de grandes oportunidades para o País.

No entanto foi dada prioridade, pelo Governo, ao aproveitamento destas oportunidades através da expansão do sector para criar as bases sólidas para o desenvolvimento sustentado de uma indústria bem-sucedida, de exportação e de prestação de serviços, com um sector privado dinâmico e em contínuo crescimento.

Um dos aspectos fundamentais no sector dos recursos naturais, tomado em consideração pelo Governo, foi assegurar os mecanismos de boa governação sob a tónica da regulação do sector se tornar cada vez mais transparente e autónomo (isto é, sem interferência política), embora sob o signo claro de princípios de intervenção correctiva, de carácter preferencial, por forma a se fazerem cumprir três objectivos:

- Participação nacional forte: os nacionais, trabalhadores ou empresas, terão participação forte e insubstituível em todas as áreas económicas relacionadas com o sector, sendo essa uma das prioridades da SERN em termos de criação de emprego e de retenção de negócio em solo nacional a partir da cadeia de valor do petróleo e dos minerais.
- Obtenção e retenção do máximo benefício (a constituição de externalidades que beneficiem a generalidade da população): a maximização do benefício económico retirado pelos timorenses, medida predominante em termos de monetização directa dos recursos, é estendida à potencialização de actividades económicas fora do âmbito específico – embora a ele associado - dos projectos minerais e petrolíferos desenvolvidos, ou seja, dinamização de projectos, construção de mais infra-estrutura, económica e socialmente relevante, e dinamização do sector privado nacional.

- Motor de arranque da economia e incubador de novos saberes e oportunidades: Sector de arranque do desenvolvimento económico geral, naturalmente lado a lado com a construção civil, tirando partido do facto de a actividade económica neste sector ser já uma realidade, o que imediatamente viabiliza a promoção e incorporação de mais valor nacional, permitindo, via qualificação de quadros e certificação de empresas locais, a sua propagação a outros sectores.

Elaborámos e Aprovámos:

- Decreto-Lei de criação da Empresa Pública dos Petróleos (TimorGap)
- Decreto-Lei de criação da Autoridade Nacional do Petróleo (ANP)
- Decreto-Lei de criação do Instituto do Petróleo e Geologia (IPG)
- Constituição do consórcio Gap – MHS (operador da ponte aérea de, e para o offshore/rotação de pessoal embarcado)
- Resoluções do Conselho de Ministros de integração dos corpos sociais
- Diploma Ministerial No.1/2008, de 30 de Julho, sobre o licenciamento da actividade extractiva (areais e massas minerais)
- Regulamentos de auto-organização e funcionamento de todas estas instituições

Diplomas em fase final de aprovação:

- Lei de Minas (exploração de minerais) – projecto concluído
- Lei orgânica da SERN – projecto concluído

Realizámos:

- Estudo prévio sobre a viabilidade do pipeline Timor-Leste – estudo desenvolvido em colaboração com a Companhia PETRONAS, Malásia
- O levantamento Batimétrico e a análise do fundo do Mar de Timor, promovido em conjunto com o Consórcio coreano liderado pela Kogas
- Estudo de viabilidade em Beaco, da fábrica de liquefacção de Gás Natural – estudo realizado em colaboração com a Kogas
- Estudo prévio sobre a viabilidade técnica e comercial da infra-estrutura portuária – estudo realizado com a participação da companhia HR Wallingford
- Projecto preliminar de concepção, layout e engenharia dessa infra-estrutura (o Front End Engineering & Design) – estudo realizado com a participação da companhia HR Wallingford
- Projecto preliminar, e projecto detalhado, do pipeline Greater Sunrisea Beaco – estudo realizado em conjunto com a Kogas, com a participação da companhia JP Jenny (o segundo ainda em fase de conclusão)
- Desenho conceptual da infra-estrutura de suporte ao sector do Petróleo, Costa Sul – um estudo desenvolvido em conjunto com a Dalan Projeto e Engenharia
- O Plano Conceptual do desenvolvimento integrado da infra-estrutura de suporte ao sector do Petróleo na costa sul de Timor-Leste – estudo desenvolvido em conjunto com a companhia 'CCCC Second Harbor'
- Investigação geotécnica e geofísica da costa e orla marítima de Timor-Leste (Suai - Beaco) em conjunto com as companhias EGS e Toke Oil & Gas
- Technical – Commercial Feasibility Study and front End engineering design of Suai Supply Base – um estudo desenvolvido em conjunto com a empresa Eastlog
- Socialização, consulta pública e identificação da propriedade das terras para o Suai Supply base e Nova Suai em coordenação com os relevantes Ministros.
- O Front End Engineering & Design (FEED), para a infra-estrutura portuária de Beaco, Viqueque (em curso)
- O Front End Engineering & Design (FEED) da refinaria em Betano (em curso)
- O contrato de EPC (Engineering, Procurement & Construction) da base logística do Suai (em curso)
- Estudo de reconhecimento do território (recolha de amostras) e análise em Laboratório. Identificação da distribuição geográfica dos depósitos minerais e finalização do relatório geral sobre a geologia do País
- Conclusão, à escala de 1:25.000, de 50% da carta geológica nacional – levantamento e análise de dados e plotagem de resultados. Estudo realizado pela SERN, em conjunto com a Agência Nacional da Coreia (KOICA)

- Conclusão, à escala de 1:12.500, da Carta geológica da área do Suai – levantamento e análise de dados e plotagem de resultados. Estudo realizado pela SERN, em conjunto com a Agência Nacional da Indonésia (AGP)
- Diversos trabalhos de natureza geral - cartografia geológica e específica - cartografia de recursos minerais, cartografia de movimentos de vertente
- Cartografia de base do território, tendo sido elaborado o mapa à escala 1:25.000 de Manatuto. Este mapa serve de base - e de referência - para a edição dos restantes mapas geológicos do território nacional, servindo também esta cartografia para se poder retirar ilações acerca da génese e acumulação de hidrocarbonetos
- Levantamentos de indícios de recursos minerais metálicos na costa norte, nos distritos de Liquiça, Dili, Manatuto e Baucau, através de estudos de sedimentos de linha de água. Estes estudos permitiram confirmar alguns dos indícios já anteriormente conhecidos (por exemplo: Hili Manu, Virac) e apontar para a existência de novos indícios, nas áreas de Dili e de Hera
- Mapa de susceptibilidade para a ocorrência de escorregamentos no distrito de Baucau, tendo sido efectuada a monitorização com recurso a GPS diferencial de alguns escorregamentos com impacto sobre as vidas da população, isto é, estradas, equipamentos de saúde, escolas (como forma de reconhecer as formações geológicas com maior susceptibilidade para a ocorrência de deslizamentos de terra)
- Base de dados sobre a informação cartográfica existente, sob o formato de SIG
- Conjunto de critérios cartográficos desenvolvidos para definir as diversas unidades geológicas existentes em Timor-Leste
- Análise e estudos sobre as possibilidades de desenvolver o Sunrise e representação dos interesses de Timor-Leste nas Comissões: Comissão Conjunta e Comissão Sunrise/Tratados

Construímos:

- Laboratório de Geologia no Campus da UNTL, em Hera
- Escritórios dos serviços da TaskForce pipeline
- Escritórios da Unidade de Gestão e Acompanhamento de Projectos Especiais
- Linha eléctrica no laboratório de Geologia, em Hera
- Instalações da Timor-Gap

Reabilitámos:

- Escritórios da EITI, Timor-Leste (Xanana Reading Room)
- Escritórios da ANP (ao Palácio do Governo)
- Globalmente, a área dos serviços centrais da SERN
- 3 Casas no Distrito de Covalima para apoiar as actividades do Mapa de Geologia

Adquirimos (equipamentos com relevância científica):

- 2 Microscópios de Petrografia e Paleontologia, 12 termómetros, Máquina para Cortar Rochas, 8 Martelos, Capacetes de protecção (em colaboração com a USAID)
- 2 Microscópios LEICA, 2 X –RF PISTOL, 10 Martelos de precisão, 10 Bússolas, 10 GPS, 10 Laptop (em colaboração com a agência KOICA-Coreia)
- 6 GPS, Martelos da especialidade, 7 Bússolas de precisão, Câmaras Digitais
- 1 Logitech
- 5 Contentores de grandes dimensões para guardar amostras de rochas (em colaboração com a UWA Austrália)
- 1 Plotter de impressão em grandes formatos
- 1 Microscópio Nikon (em colaboração com a Universidade de Évora)

Recrutámos:

- 35 Novos funcionários para a Secretaria de Estado
- 14 Funcionários para a Direcção Nacional de Minerais (DNM/SERN)
- 10 Geólogos para o Instituto do Petróleo e Geologia (IPG)
- 1 Gestor geral de projecto (Geological Mapping Survey – Timor-Leste)
- 8 Geólogos juniores (Projecto TLGS)
- 1 Gestor geral de projecto (projecto SERN/KOICA - Coreia)

- 7 Geólogos juniores (projecto SERN/KOICA - Coreia)

Formámos:

- Técnicos especialistas na utilização dos equipamentos laboratoriais do novo Laboratório Nacional de Geologia
- 2 Funcionários no programa interdata (gestão de logística)
- 2 Funcionários em gestão de armazéns (warehouse management)
- 2 Funcionários em gestão de aprovisionamento (ferramenta freebalance)
- 2 Funcionários em gestão orçamental (performance budgeting)
- 2 Funcionários em gestão de processos.
- No âmbito das nossas Bolsas de Estudo estratégico:
 - University of Herriot Watt-Inglaterra (em Engenharia ambiental, 1 doutoramento)
 - Liverpool University, Reino Unido (em Gestão petrolífera, 1 mestrado)
 - University of Stavanger, Noruega (em Engenharia petrolífera, 1 mestrado);
 - Asia Institute of Technology, Tailândia (em gestão de tecnologias Offshore, 1 mestrado)
 - Liverpool University, Reino Unido (em Gestão de Sistemas de informação, 1 mestrado)
 - Dundee University, Escócia (em Gestão na área do petróleo, 1 mestrado)
 - University UPN, Indonésia (em estudos económicos, uma licenciatura);
 - Asto University, Reino Unido (em Gestão, 1 mestrado)
 - MacGrath Institute of Australia, Austrália (em Gestão, 1 mestrado)
 - Liverpool University, Reino Unido (em Gestão de recursos humanos, 1 mestrado)
 - Robert Gordon University, Reino Unido (em Gestão, 1 Mestrado)
 - UNPAD, Indonésia (em Geologia, uma licenciatura).

Celebrámos:

- Acordo de cooperação com a Curtin University of Technology (formação em curso a 9 formandos, na áreas da geologia, ciências da terra, engenharia petrolífera, mecânica, química, etc)
- Acordo de cooperação com a University of Western Australia (formação em curso a 2 formandos, nas áreas da engenharia mecânica e petrolífera)
- Acordo de cooperação com a University of Adelaide (formação em curso a 8 formandos, nas áreas da Engenharia petrolífera, da gestão de empresas, da Engenharia geofísica e petrolífera)
- Acordo de cooperação com a University of New South Wales (UNSW) (formação em curso a 5 formandos, nas áreas da engenharia petrolífera e ambiental)
- Acordo de cooperação com a University of Newcastle (Sydney) (formação em curso a 2 formandos, ciência geral e ambiental)
- Acordo de cooperação com University of Technology, Sarawak (Malásia) (formação em curso a 1 formando, geologia)
- Acordo de cooperação com a empresa de treino civil em aviação comercial - formação de pilotos de helicópteros - “Becker Helicopter Services PTY LTD” (Austrália) (formação em curso a 6 formandos)
- Acordo de cooperação com o St. Joseph Engineering College, Mangalore (Índia) (diversas áreas tecnológicas) (formação em curso a 21 formandos)
- Acordo de cooperação com a Universitas Padjadjaran (Bandung), Indonésia (áreas de engenharia e geologia) – formação em curso a 4 formandos, outros 3 já concluíram a sua licenciatura (2 dos recentemente licenciados iniciaram já o curso de mestrado)
- Acordo de cooperação com a Universitas Pembangunan Nasional “veteran” Yogyakarta, Indonésia (engenharia petrolífera, ambiental, geofísica e geológica) (formação em curso a 36 formandos, com licenciatura já concluída noutros 13 casos)
- Acordo de cooperação com a Universitas Gadjah Mada, Yogyakarta (Indonésia) (áreas da engenharia geofísica, química, geológica e das ciências geográficas) (formação em curso a 41 formandos)

- Acordo de cooperação com a Universidade de Évora, Portugal (Ciências da Terra e Cartografia) (formaram-se 10 novos Mestres nas áreas referidas)

Participámos:

- Na formação sobre “Geological Sample Processing and Thin Section Preparation”, Perth-Australia
- No Projeto “CCOP –GSJ/AIST Groundwater Phase II”
- Na formação sobre “Technical Basin Analysis”
- Na formação sobre “Mineral Resources Exploration and GIS/Remote Sensing”
- Na formação sobre “Logitech Operator Training”
- Na formação sobre “Governance and Management of Extractive Industries”, Sydney-Austrália
- Formação sobre “Mapa de Geologia”, em Bandung-Indonésia
- No “Program GIS Quantum”
- Na formação sobre “Impact Assesment and Responsible Development of Infrastructure Business and Industry (IAIA)”
- Formação sobre “Economic Geology and Target Mapping”
- Treino sobre “Utilização de Microscópio”

Organizámos:

- Acção/Workshop - debate e consulta pública sobre o projecto de “Lei de Minas”, realizado no Distrito de Díli, Baucau e Maliana
- Actividade/Workshop de socialização do Decreto-Lei sobre a criação da companhia nacional dos petróleos e o Instituto de Petróleo e Geologia, nos 13 Distritos
- Workshop sobre o “Diploma Ministerial No.1/2008”, de 30 de Julho, sobre a actividade Extractiva (areias e mármore) - Disseminação de informação sobre o licenciamento da actividade extractiva (minas e pedreiras) - aproveitamento e exploração de massas minerais
- Primeiro Congresso Internacional de Geologia de Timor-Leste
- Os dois processos de validação internacional da transparência do sector em Timor-Leste (EITI)
- Acção de informação/socialização juntos dos operadores da extracção de areias no Mota Comoro (sensibilização para o Risco Público do desmoronamento de estruturas) - A segurança da população e a minimização de impactos negativos

Assinámos:

- Declaração de participação no “Coordinating Committie for Geoscience programes in East and Southeast Asia (CCOP)”, 2009 – colaboração com outros países membros nos programas de treino e formação na área de geociências
- Acordo de Cooperação com o “Politeknik Geology dan Pertambangan (AGP)”, Bandung, de estabelecimento da colaboração no programa de levantamento geológico de Timor-Leste - representada por 24 geólogos
- Acordo de Cooperação com a “Korea International Cooperation Agency (KOICA)”, par apoiar o programa de mapeamento do distrito do Suai - acordo de Cooperação para a realização do Programa de Mapa de Geologia no distrito de Covalima
- Acordo de Cooperação com a UNTL, para a utilização do campus de Hera para a construção do Instituto de Petróleo e Geologia
- Acordos de Parceria ou Cooperação com:
 - Companhia Petronas (Malásia)
 - Consórcio coreano liderado pela Kogás (Coreia)
 - Grupo East Log (Singapura)
 - Companhia Delta Oil (Estados Unidos)
 - Grupo PTT (Tailândia)
 - Companhia MHS Aviation (Malásia)

- Galp energia (Portugal)
- Katar National Petroleum Company (Qatar)
- Governo e a Agência nacional do petróleo de São Tomé e Príncipe
- Governo de Angola e a sua companhia nacional dos petróleos (Sonangol)
- Governo de Fiji

Promovemos:

- Inspeções relacionadas com os aspectos do controlo da conformidade da actuação dos operadores às normas em vigor sobre saúde pública
- Verificações da segurança de instalações petrolíferas e acções de prevenção ambiental a todas as unidades ligadas à produção do petróleo. Sistema Bayu-Undan e unidade flutuante KITAN - de "produção, armazenamento e trânsfuga de petróleo bruto", incluindo a inspecção às instalações que a partir de terra também apoiam as operações no mar
- Inúmeros exercícios de análise e de verificação (inspecção metrológica) a todas as unidades e sistemas de medição de fluxos, no ponto de produção e exportação, para eventuais acções de calibração ou mitigação (Bayu-Undan), tanto no mar, como em terra, incluindo na unidade industrial que produz o Gás Natural Líquido (GNL), em Darwin, Austrália
- Verificação do funcionamento de sistemas e processos, não apenas controlo de outputs, incluindo, medição da eficiência do interface entre as suas diferentes sub-componentes
- Processos de consultas formais com os departamentos e instituições públicas relevantes, em vista à formulação do Blue Print relativo ao estabelecimento de uma "Unidade Nacional de Resposta a situações de Emergência"
- Análise técnica de todos os documentos e submissões relacionados com o 'Plano de Desenvolvimento' do campo de Kitan, com o epílogo feliz da primeira produção de petróleo ter acontecido em Outubro de 2011. Destaca-se a capacidade de ter sido possível fazer incluir no Plano aprovado um extenso programa para a inclusão de quadros nacionais na estrutura humana envolvida, e a obrigatoriedade de terem de recorrer a empresas nacionais
- Análise, aprovação e monitorização de todos os trabalhos preliminares que conduziram à luz verde ao desenvolvimento mais recente da segunda fase de exploração do campo de Bayu-Undan (segunda fase de exploração do petróleo líquido, após o surgimento crescente, e em quantidade maior do que o esperado, de água). No todo, 5 furos executados durante este período
- Análise a 5 propostas - com plano discriminado - de realização de levantamento de dados sísmicos em ambiente offshore (JPDA), em 3D e 2D
- Análise técnica das propostas para 10 unidades/plataformas de perfuração prospectiva, tanto na área exclusiva, como na área conjunta
- Negociação dos termos e a aprovação da venda do gás de Bayu-Undan à companhia PWC (Power and Water Corporation/Utilities), de Darwin, para cobrir situações de emergência, ou situações em que o campo operado pela Eni, no Mar de Timor – o 'Blacktip' – durante a sua manutenção periódica, se encontre temporariamente encerrado à produção, estando por isso impossibilitado de proceder aos normais fornecimentos à referida companhia



Desenvolvendo a Agricultura

O desenvolvimento do sector agrícola é fundamental para reduzir a pobreza e garantir a segurança alimentar das populações, para além de contribuir fortemente para o crescimento económico nas zonas rurais. Neste sentido, o Governo investiu consideravelmente em infra-estruturas, maquinaria agrícola e no fornecimento de sementes e fertilizantes.

Existem actualmente Agentes de Extensão Rural nos Sucos, tendo igualmente sido estabelecidos Centros de Serviços Agrícolas em Bobonaro, Aileu e Viqueque. Existem três escolas secundárias agrícolas para formar jovens agricultores em agricultura empresarial.

Estão a ser desenvolvidas políticas e regulamentos sobre água e irrigação e o uso de sementes, fertilizantes e pesticidas tem-se generalizado. Entre 2007 e 2009 o número de tractores manuais aumentou de 100 para 2.591 e o número de tractores de 13 para 315. Durante o mesmo período, foram fornecidas 133 unidades de descasque de arroz para agricultores e foram reabilitados 31 sistemas de irrigação. Foram igualmente instalados 5.000 silos em Timor-Leste e foram estabelecidos 32 'minimercados' nos distritos, a fim de facilitar a comercialização de produtos agrícolas.

Por outro lado, considerando que Timor-Leste tem uma linha costeira com cerca de 735 km e uma Zona Económica Exclusiva com 72.000 km², com recursos marítimos ricos e grande potencial para o desenvolvimento das pescas, foi também dada especial importância ao desenvolvimento deste sector. O sector das pescas está bem regulado e começou a investir-se mais fortemente na distribuição de equipamento de pesca e na socialização com as comunidades piscatórias para o desenvolvimento de centros de pesca e exploração comercial.

Aprovámos:

- Orgânica do Ministério da Agricultura e Pescas
- Plano de Contingência para qualquer surto de gripe das aves
- Regulamentos da quarentena de animais e da quarentena de plantas
- Decreto-Lei sobre implementação do sistema de satélite para monitorização de embarcações de pesca

Elaborámos:

- Decreto-Lei sobre gestão florestal
- Decreto-Lei sobre fertilizantes
- Decreto-Lei sobre pesticidas
- Decreto-Lei sobre sementes
- Decreto-Lei sobre identificação, registo e circulação de animais
- Decreto-Lei sobre restrição de animais nas zonas urbanas
- Decreto-Lei sobre licenciamento de matadouros

Reformámos:

- Os Serviços de Agricultura Regional em Direcção dos Serviços de Agricultura Distrital e consequentemente o Coordenador dos Serviços de Agricultura Regional em Director da Agricultura Distrital – reforçando a coordenação e implementação a nível distrital

Recrutámos:

- 386 Extensionistas e 12 Extensionistas séniores que foram destacados para os sucos (em 12 distritos, excluindo Díli que tem assistência dos serviços centrais)
- 65 Técnicos de vacinação para ocuparam cargos de assistente de pecuária ao nível dos sub-distritos
- 421 Agentes de pecuária para os Sucos

Comprámos e Distribuímos:

- 2,591 Tractores manuais para os agricultores dos 13 distritos
- 373 Máquinas descascadoras de café
- 150 Máquinas descascadoras de milho
- 99 Máquinas de ralar coco
- 133 Máquinas descascadoras de arroz (Sama Hare)
- 21 Máquinas descascadoras de arroz (Dulas Hare)
- 91 Máquinas de moagem de arroz
- 157 Power thrasher
- 13 Máquinas APO, para a produção de adubos orgânicos
- 1,752 Toneladas de sementes (arroz, arroz híbrido, milho, feijão mungu e keli, batata e vegetais)

- 39,230 pés de árvores de fruto
- 315 Tractores de tamanho grande e médio (para as brigadas de apoio em todos os distritos)
- 105.000 Vacinas para gado
- Equipamento de destruição de produtos vindos da Quarentena, instalado em Díli
- Gado para beneficiários dos 13 distritos
- Equipamento destinado à pesca, (motores para barcos de pesca, milhares de redes de pesca, milhares de canas de pesca, centenas de barcos Fiberglass e dezenas barcos de madeira)
- Equipamento oceanográfico e de mergulho para efectuar estudos e pesquisas sobre recursos marinhos

Adquirimos:

- 1,373 Toneladas de fertilizantes
- 900 Litros de fertilizantes orgânicos líquidos para crescimento das plantas
- 53,692 Litros de pesticidas
- 13,854 Unidades de material agrícola (incluindo pulverizadores manuais, botas de borracha, protecção contra químicos, luvas, óculos de protecção, máscaras de protecção e enxadas, etc)

Construímos:

- 3 Tanques reservatório para águas pluviais com capacidade para 75 ha
- 3 Tanques de Irrigação, Zumalai-Covalima, Pante Makasar-Oecusse, Oesilo-Oecusse
- 1 Laboratório de Agricultura Integrado, Díli
- 1 Laboratório de Cultura de Tecidos (clonar plantas em escala comercial), em Díli – Hera
- 6 Centros de Viveiros Permanente para Café, Maubisse-Ainaro, Lolotoe-Bobonaro, Atsabe-Ermera, Hatolia-Ermera, Letefóho-Ermera, Bazartete-Liquiça
- 5 Centros de Viveiros Permanente para Florestas, Bobonaro, Lautém, Manufahi, Oecusse, Viqueque
- 1 Centro de Viveiros Permanente para Coco e Cacau, Lautém
- 2 Centros de Processamento de Coco, Serelau-Lautém, Uatulari-Viqueque
- 1 Centro de Viveiros Permanente para Cáju, Natarbora-Manatuto
- 7 Edifícios, Ainaro (e sala para encontros), SIMOCEP em Comoro-Díli, Cooperativa em Comoro-Díli, MAP em Gleno-Ermera, MAP Lospalos-Lautém, MAP Aiteas-Manatuto, Centro de Produção Animal em Taiboco-Oecusse, Centro Produção Animal em Pante Makasar-Oecusse

- 7 Centros de Extensão Agrícola, Cailaco-Bobonaro, Zumalai-Covalima, Saré-Ermera, Luro-Lautém, Natarbora-Manatuto, Betano-Manufahi, Ossú-Viqueque
- 5 Canais de Irrigação, Zumalai-Covalima, Mavelen-Lacló-Manatuto, Labanuai-Lacló-Manatuto, Pante Makasar-Oecusse, Utao Fóo-Oecusse
- 1 Posto de Segurança Agrícola Integrado, Iliomar-Lautém
- 2 Postos de Trânsito Animal, em Tibar (Liquiça) e Zumalai (Covalima)
- 2 Centros de Produção Animal, em Dotic (Manufahi) e Pante Makasar (Oecusse)
- 1 Centro de Formação no Centro de Produção Animal em Taiboco (Oecusse)
- 9 Clínicas de Saúde Animal, em Ainaro, Baucau, Covalima, Liquiça, Manufahi, Viqueque, Nakroman (Lautem), Cribas (Manatuto) e Oesilo (Oecusse)
- 2 Postos de Quarentena, em Batugadé (Bobonaro) e Sakato (Oecusse)
- 1 Mercado para Animais, em Tibar
- 4 Currais para Frangos, Suínos, Caprinos e Gado Bovino, em Dotik-Manufahi
- 1 Mercado de Peixe, em Taibessi
- 4 Edifícios para a Lota de Pesca, em Liquiça, Manatuto, Manufahi e Viqueque – a funcionar
- 5 Edifícios para a Lota de Pesca, em Atauro-Díli, Vemasse-Baucau, Mauboke-Liquiça, Beakou-Bobonaro e Wesono-Oecusse – faltam equipamentos
- 4 Centros de Viveiros de Peixes, Loihuno-Viqueque; Gleno-Ermera; Same-Manufahi; e Mugis-Bobonaro, na totalidade foram criados 500 000 peixes

Reabilitámos:

- 13 Sistemas de Irrigação Comunitária com capacidade para 3,320 ha no total
- 63 Sistemas de Irrigação, capacidade para irrigar um total de 18,829 ha
- 1 Sistema de Irrigação em Bebui-Uatolari com capacidade de irrigação para 775 ha
- 5 Sistemas de Recolha de Água com capacidade para irrigar um total de 20 ha
- 9 Estradas de Acesso, um total de 32 km
- 11 Protecções nos Canais de Irrigação, Lacló (extensão 500 m), Aisirimou-Aileu
- 1 Cekdam, Seloi Ktaik – Aileu, Hae Nau(Ossú)-Viqueque, Fatudo(Ossú)-Viqueque, Haetala-Uma Tolu(Lacluta)-Viqueque, Wereca-Viqueque, Viqueque-Viqueque, Irabere (Uatucarbau)-Viqueque, Baidubu (Uatucarbau)-Viqueque, Outogu (Uatolari)-Viqueque
- 1 Edifício da Agricultura, em Baucau;

- 6 Centros Processamento de Café e Casa de Secagem, em Ermera Vila-Ermera, Railaco-Ermera, Hatolia-Ermera, Letefóho-Ermera, Atsabe-Ermera, Liquiça,
- 1 Dormitório para Estudantes, Escola Técnica Agrícola Maliana
- 1 Sala de Aulas, Escola Agrícola de Natarbora
- 2 Armazéns para Florestas, Colmera-Díli, Lospalos-Lautém
- 1 Sala para Reuniões, Escola Agrícola de Natarbora
- 2 Viveiros de Peixes, em Tibar
- 1 Armazém para Pesca, em Lospalos

Produzimos:

- Produção vs Produtividade de Arroz:
 - 239,422 ha de área cultivada em 5 anos
 - 226,710 ha de área colhida em 5 anos
 - 14.12 ton/ha em média de produtividade
 - 528,092 ton de produção de casca de arroz
 - 316,855 ton de produção de arroz (milled rice)
- Produtividade de Produtos Hortícolas (2007-2009)
 - 2,087 ton cenoura
 - 428 ton tomate
 - 682 ton alface
 - 2,221 ton cebola vermelha
 - 1,964 ton cebola branca
 - 8,480 ton repolho
 - 666 ton malagueta
 - 16,528 ton – Total da produção hortícola
- Produtividade de Produtos Frutícolas (2008-2010)
 - 10,430 ton abacate
 - 18,851 ton manga
 - 7,668 ton jaca
 - 5,064 ton tangerinas
 - 279 ton jambu be

- 279 ton jambu be
- 5,901 ton papaia
- 2,127 ton banana
- 54.6 ton anona
- 350 ton guava
- 709 ton fruta-pão

- 51, 433.6 ton – Total da produção frutícola

- Produtos agrícolas (2007-2011)
 - 472,678 ton arroz
 - 485,971 ton milho
 - 8,262 ton feijão mungo
 - 5,274 ton feijão keli
 - 14,268 ton feijão rai
 - 164,099 ton mandioca
 - 48,621 ton batata doce
 - 9,184 ton batata Europa
 - Total de produção – 1.208,357 ton
 -
- Plantas industriais
 - 58,121 ton café
 - 47,900 ton coco
 - 4,475 ton kami
 - 1,209 ton caju
 - Mudas de café e de árvores madre-café para serem distribuídas pelos agricultores
 - Mudas de coco, caju, cacau e kami para serem distribuídas aos agricultores com o objectivo específico de aumentar a produção e melhorar a qualidade do café
 - 929,591 novos pés de árvores (Nitas, Mahoni, Saria e Gmelina) no Centro Viveiro de Maubara

Formámos:

- 3,904 Alunos frequentaram a Escola Técnica Agrícola
- 596 alunos na Escola Dom Bosco Fuiloro
- 1,241 alunos na Escola de Nartabora
- 1,591 alunos na escola de Maliana
- 476 alunos na Filial de Oecusse

Implementámos:

- 216 Projectos ao abrigo do Plano de Desenvolvimento Descentralizado I e II, Fundo das Infra-estruturas e Linhas Ministeriais, nos 13 distritos:
 - 11 Projectos em Aileu
 - 17 Projectos em Ainaro
 - 14 Projectos em Baucau
 - 11 Projectos em Bobonaro

- 26 Projectos em Covalima
- 8 Projectos em Díli
- 10 Projectos em Ermera
- 19 Projectos em Lauém
- 15 Projectos em Liquiça
- 15 Projectos em Manatuto
- 15 Projectos em Manufahi
- 28 Projectos em Oecusse
- 27 Projectos em Viqueque

Estabelecemos:

- 3 Brigadas de Tractores (zona Leste, zona centro/sul e zona Oeste) – com o objectivo de organizar as máquinas agrícolas e atender os agricultores sobre preparação dos terrenos para plantação
- Sistema de Informação de Segurança Alimentar, ao nível dos sucos, que reporta às autoridades de alto nível
- Cooperativa KOMAP para prestar serviços de cantina aos funcionários, de modo a controlar despesas e a permitir uma maior rentabilização do tempo no serviço
- Formatura dos funcionários do MAP, promovendo a pontualidade dos funcionários
- 8 Centros de Mecanização e Extensão (Lospalos-Lautém, Cassameta-Baucau, Betano-Manufahi, Ratahu-Viqueque, Sau-Manatuto, Sanfuk-Manatuto, Tunibibi-Maliana e Naktuka-Oecusse)
- 6 Serviços de Extensão Agrícola (Cailaco-Bobonaro, Sare-Ermera, Zumalai-Covalima, Ossu-Viqueque, Natarbora-Manatuto, e Lour Lautém)
- 2 Postos de Quarentena (Batugadé-Bobonaro e Sakato-Oecusse)
- 4 Reservatórios de Água (Kolan) – (Mugis-Bobonaro, Loihuno-Viqueque, Gleno-Ermera e Same-Manufahi)
- Sistema de Apoio para dar assistência técnica a 420 tractores manuais
- Programa Fila Rai Gratuita, promover o "regresso e fixação dos agricultores à terra", ajudando na aquisição de sementes, máquinas agrícolas, fertilizantes, adubos e dando assistência técnica, com recurso à mecanização:
 - 105,880 ha de terreno identificado para o programa
 - 92,263 ha de terreno atribuído (62,209 ha para pastagem para animais e 30,053 ha para terreno para cultivo);
 - beneficiando 82,211 agricultores;
- 49,582 ha de terreno cultivado com recurso a técnicas de cultivo intensivo
- 329.5 ton. de sementes produzidas (arroz, milho e feijão) e 1350,000 pés produzidos (batata e tapioca)
- O Plano Mestre para o agro-comércio promovendo o estabelecimento de pequenas e médias indústrias

- Florestas Comunitárias, em 6 distritos (Aileu, Ermera, Liquiça, Covalima, Manatuto e Díli (suco Vila Verde)), um total de 26.5 ha, com um total de 9,705 novos pés de árvores (Mahoni, Acácia, Mangium, Ai Kakeu, Caliandra, Albizia, Jambu Mente, Kulu)
- A plantação de 2,00 novos pés de árvores (Mahoni e Kakeu) nas nascentes e foz das ribeiras de modo a proteger e reforçar as bacias hidrográficas
- Guardas Florestais Comunitários, para patrulharem as áreas protegidas, AP Preserva Tiliomar-Covalima e Parque Nacional Nino Konis Santana em Laútem, e efectuarem operações conjuntas de fiscalização de modo a prevenir o abate ilegal de árvores, a caça de animais pertencentes as espécies protegidas
- O Estudo Nacional por Amostragem sobre Colheitas de Corte (National Crop Cutting Sample Survey - NCCSS), em todo o território nacional de 2007 a 2008
- A Estação Agro Meteorológica que colecta os dados meteorológicos de 20 estações: Dare, Aileu, Maubisse, Betano, Ainaro, Suai, Fóhórem, Natarbora, Manatuto, Fatumaca, Viqueque, Fuiloro, Hera, Liquiça, Balibó, Maliana, Atsábe, Ermera, Gleno e Oecusse
- Monitorização e avaliação periódica, das actividades e projectos do “Pacote Referendo”, ao nível de sub-distritos, sucos e aldeias
- O Jornal Agrícola
- Panfletos sobre agricultura
- Rede de serviços, com as rádios comunitárias, em todos os distritos
- Programa sobre Agricultura na RTTL
- Filme sobre espécies híbridas, ICM, SRI e peixes de água doce
- Formulários para Certificados Sanitários e Fitosanitários, para certificar produtos vegetais e animais para exportação
- 2 Estações de Quarentena nas zonas de fronteira em Oecusse e Batugadé
- 1 Talho no mercado de Taibessi
- Projecto de Cooperação em Biodiversidade, com a FAO, para vigilância da saúde animal e capacitação de veterinários e técnicos de laboratório
- Cooperação com a UNTL para abertura do Curso médio em Saúde Animal

Promovemos:

- Novas técnicas agrícolas
- Novas técnicas de plantação e preparação da terra (intensificação, extensão e diversificação da produtividade agrícola)
- Introdução de máquinas para melhorar o processo de colheita
- A mudança de uma agricultura de subsistência para uma agricultura orientada para os mercados
- A transformação de trabalhar a terra com técnicas tradicionais para um sistema mecanizado, com introdução d tractores e técnicas de processamento pós colheita
- Consciencialização dos agricultores para “mudança de mentalidades para que não dependam de outros” e “agrikultor hit rasik no tane’e rasik”
- A introdução de novas técnicas e tecnologia simples para ajudar os agricultores a reabilitarem e rejuvenescer as plantações de café nos distritos de Aileu, Manufahi, Liquiça, Ermera, Ainaro e Bobonaro
- A ajuda aos agricultores na reabilitação e expansão das áreas dos cafezais num total de 3,000 há

- A introdução de técnicas de inter-colheita entre plantação de coco e cacau em Lospalos, Lautém e Viqueque
- Apoio aos agricultores em estabelecer 40 indústrias de agro-comércio, de pequena dimensão, extracção de óleo de coco, processamento de mel, produção de banana seca, talas e peixe seco
- O Programa de agro-comércio “Suku Ida Produto Ida” – 1 Suco 1 Produto – SIPI
- A reflorestação de um total de 10 ha em 3 distritos (Ainaro, Aileu e Manufahi), foram plantados 8,250 pés com 70% de espécies endémicas
- O Movimento Nacional de Plantação de Árvores – “Movimentu Nasional kuda ai-horis” – em 5 distritos (Oecusse, Manatuto, Baucau e Ermera), plantação de 29,950 pés de Mahoni, Saria, Gmelina e Ai-kameli numa área de 27 ha
- Acções de Pesquisa:
 - Conjuntamente com a Universidade Nacional de Kyungpook, em 2007 um Pesquisador Timorense faz o lançamento de uma variedade de milho (NAI)
 - Conjuntamente com o Programa Sol (de 2007-2012) sobre recomendações sobre a introdução de novas variedades de legumes e vegetais
- Actividades de vacinação de gado, suínos e aves nos 13 distritos
- A criação de um Laboratório para Saúde Animal – para diagnóstico da saúde animal – Projecto de cooperação MAP, FAO e AusAid
- A abertura, em 2011, do Curso de Veterinária, em colaboração com a UNTL
- Estudos sobre Desenvolvimento de Pastagens em Timor-Leste e sobre Sistema de Criação de Bovino em Pequena Escala Lucrativo e Sustentável, em colaboração com UNRAM e ACIAR (Australian Center for International Agriculture Research)
- Treinamento sobre Manutenção de Pastagens para Animais Ruminantes, nos Distritos de Matuto, Díli, Viqueque, Ainaro e Bobonaro
- Workshop sobre Técnicas para Pastagens para Cavalos, nos Centros de Demonstração e Treinamento Pecuária, em Taiboco (sub-distrito Pante Makasar, distrito Oecusse); Fuiloro (RSS Pato, sub-distrito Lospalos, distrito Laútem); e Dotic (sub-distrito Alas, distrito Manufahi)
- Workshop sobre Técnicas de Manutenção para Pastagens para Gado, nos Centros de Demonstração e Treinamento Pecuária, em Taiboco-Makelab (distrito Oecusse); Fuiloro (RSS Pato, sub-distrito Lospalos, distrito Laútem); e Dotic (sub-distrito Alas, distrito Manufahi), prefazendo um total de 24 ha de terreno para pastagens
- Formação sobre Alimentação de Frangos Locais, no Centro de Demonstração e Treinamento Pecuária, em Dotic (sub-distrito Alas, distrito Manufahi)
- Formação sobre Criação Intensiva de Frangos Locais, no suco Dotic (sub-distrito Alas, distrito Manufahi), suco Corluli (sub-distrito Maliana, distrito Bobonaro), suco Dare (sub-distrito Vera Cruz, distrito Díli) e suco Vato Boro (sub-distrito Maubara, distrito Liquiça)
- Formação sobre Criação de Minhocas (base proteica para alimentação para Aves (frangos)), no Centro de Demonstração e Treinamento Pecuária, em Dotic (sub-distrito Alas, distrito Manufahi),
- Assistência técnica a grupos de agricultores em Pastagens para Cavalos, no suco Baricafa (sub-distrito Luro, distrito Laútem) e Lactos (sub-distrito Fóhorém, distrito Covalima)
- Formação sobre Desenvolvimento de Pastagens nos Centros de Demonstração e Treinamento Pecuária, no suco Dotic (sub-distrito Alas, Distrito Manufahi), suco Ladiki (sub-distrito Letefóho, distrito Manufahi) e suco Ostico (sub-distrito Vemass,

- distrito Baucau)
- Assistência técnica em Criação de Gado Caprino em Sistema Intensivo, no suco Ostico, sub-distrito Vemasse, distrito Baucau
- Vacinação de 80% dos animais existentes em Timor-Leste (gado bovino, gado bubalino (búfalo), suínos e galináceos (frangos))
- Acções de Sensibilização, para a população nas zonas de fronteira, sobre a Importância do Serviço da Quarentena
- Produção de Algas Marinhas, projecto que envolveu 1200 pessoas na criação de algas marinhas para consumo humano, de 2007 a 2012 foram produzidas 120 toneladas (peso depois de secas)
- Treinamento sobre Criação de Peixes, participaram 198 pessoas
- Estabelecimento de 90 unidades de Viveiros de Peixes, participaram 380 agricultores
- Acções de Sensibilização sobre Regulamentos de Pesca, participaram 3499 pessoas
- Actividades de Pesca de Barco, participaram 3 grupos de pescadores (30 pessoas)
- Actividade de Cooperação com a Tailândia para 5 barcos pescarem no mar de Timor-Leste, foram pescados 868,022 kg de peixe
- Actividade de Cooperação com a Indonésia para 2 barcos pescarem no mar de Timor-Leste, foram pescados 2,313 kg de peixe
- Identificação de comunidades para receberem 456 barcos de pesca,
- Fábrica de barcos de madeira para pescadores

Identificámos:

- E desenvolvemos a variedade de trigo, Tutboa e Tarbessa, em Fleixa, Maubisse, distrito de Ainaro, onde estava extinto.

Exportámos:

- 4313 cabeças de Gado Bovino
- 760 cabeças de Gado Bubalino - Búfalos (Karau Timor)
- 5810 Couro (pele) de Gado Bovino e Bubalino



Promovendo o Turismo

Timor-Leste possui uma história e cultura únicas, para além de uma paisagem natural privilegiada com florestas tropicais, montanhas sumptuosas, praias paradisíacas e grande riqueza de fauna e flora marítima. O turismo é, por isso, um dos principais sectores que poderá assegurar o desenvolvimento económico do País.

O turismo é um factor importante de crescimento económico, não só pelas receitas que gera e pela criação de emprego, mas porque contribui para o desenvolvimento de outras infra-estruturas que lhe estão associadas, nomeadamente: restauração, hotelaria, equipamentos de lazer e entretenimento, e pequenas e médias indústrias. O Governo acredita que o turismo deve ser desenvolvido de forma equilibrada, capitalizando também as áreas inexploradas de Timor-Leste, trabalhando em estreita colaboração com as comunidades locais, assegurando que o Povo timorense seja parceiro e beneficiário do mesmo processo.

Aprovámos:

- Orgânica do Ministério do Turismo, Comércio e Indústria
- Decreto-Lei Nova Estrutura Orgânica do MTCI

Assinámos:

- Protocolo com a Escola Superior de Hotelaria do Estoril, Portugal, para formação de recursos humanos nacionais em hotelaria – 6 jovens frequentam actualmente o curso de licenciatura na área do turismo

Participámos:

- Exposição Mundial 2010 em Xangai (2010 Shanghai World Expo), a primeira exposição universal em que Timor-Leste participou enquanto país soberano e independente, cujo pavilhão foi dedicado ao tema “Esteja connosco, esteja com a natureza” e registou cerca de 4,5 milhões de pessoas
- XVIII Assembleia Geral da Organização Mundial do Turismo, no Cazaquistão, co-presidindo o evento

- Conferência Internacional de Turismo na Malásia, Sabah, com especial enfoque no desenvolvimento de produtos inovadores e estratégias para o mercado do turismo – Mega Tendências e Inovações
- Reunião Bilateral entre o MTCI e o Ministro do Turismo da Malásia, sobre o desenvolvimento de recursos humanos, assistência técnica e investimento no sector do turismo em Timor-Leste
- 60º Aniversário PATA (*The Pacific Asia Travel Association*) e na Conferência Anual da Organização, em Pequim, China, sob o tema “Construção do Turismo, Passado, Presente e Progresso”, para partilha de experiências e divulgação do País como destino turístico
- Exposição Internacional *Pacific Asia Travel Association*, em Denpasar, Indonésia, promoção do País como destino turístico junto dos operadores turísticos e potenciais investidores, foram recebidos 350 visitantes no pavilhão de Timor-Leste
- Exposição Internacional *Pacific Asia Travel Association*, em Hyderabad, Índia, promoção do País como destino turístico junto dos operadores turísticos e potenciais investidores, foram recebidos 360 visitantes no pavilhão de Timor-Leste
- Exposição Internacional *Pacific Asia Travel Association*, em Macau, China, promoção do País como destino turístico junto dos operadores turísticos e potenciais investidores, foram recebidos 386 visitantes no pavilhão de Timor-Leste
- Abertura do Centro de Informação Turístico de Timor-Leste em Darwin, Austrália e realizámos uma exposição de produtos artesanais na *Home Maker Village*, também em Darwin
- *Asia Diving Expo-Adex*, em Singapura, promoção das condições para mergulho em Timor-Leste

Preparámos:

- Participação de Timor-Leste na Expo 2012 na Coreia do Sul, cujo pavilhão tem o tema de “Águas Cristalinas e Areias Brancas”

Reabilitámos:

- Área Recreativa na Areia Branca, em Díli
- Área Recreativa na Praia de Fatumeta, em Liquiça e respectivos equipamentos básicos: casa de banho e *gazebos*
- O antigo Mercado Municipal que foi transformado no Centro de Convenções de Díli e dotámo-lo de infra-estruturas de apoio, mobiliário, instalação de equipamento televisiva para programas em directo, mesas, cadeiras, aparelhos de ar condicionado para conferências de nível internacional e estacionamento
- 4 Pousadas em Hatubiliku (distrito de Ainaro), Tutuala (distrito de Laútem) e Atauro (distrito de Díli)

Construímos:

- Estruturas de Apoio na Praia do Cristo Rei: *gazebos*, casa de banho, estacionamento e tanques de água, em Díli
- Edifícios destinados a serviços de hotelaria (restaurantes, cafés, etc) e respectivas infra-estruturas de apoio, em Metiaut, Díli
- Passeio Marítimo (*Jogging track*), na praia de Metiaut, Díli
- Extensão da área da Estátua do Papa João Paulo II, nomeadamente: jardim, parque de estacionamento e instalação de equipamentos de ar condicionado na capela e tanque de armazenamento de água
- Jardim junto ao Edifício da Polícia Marítima na Praia de Bidau Lecidere, em Díli

Estabelecemos:

- Posto de Turismo no Aeroporto Nicolau Lobato em Comoro, com recurso às tecnologias de multimédia dá-se apoio aos turistas que visitam Timor-Leste. O posto de turismo possibilita a consulta das informações em duas línguas: português e inglês
- Programa de Turismo Comunitário, 82 beneficiários tiveram apoio financeiro
- Apoio Financeiro para Formação e Desenvolvimento de Recursos Humanos na área do Turismo, através da frequência, de jovens, em cursos tais como: hotelaria, guia turístico, culinária, inglês e informática. Beneficiaram deste apoio 9 instituições, organizações não-governamentais e escolas

Promovemos:

- As Celebrações Anuais do Carnaval, de acordo com a tradição e cultura de Timor-Leste, envolvendo a participação de 11.400 jovens, em 5 anos, dos 13 distritos
- Em colaboração com a Presidência da República os eventos: *Tour de Timor, Díli Marathon e International Underwater Photo Competition*, promovendo a cidade Díli como Cidade da Paz
- A corrida de barcos, *Kurida Ro*, entre Darwin, Austrália e Díli, Timor-Leste, promovendo o turismo marítimo. Participaram, em 2010 – 8 barcos e em 2011 – 5 barcos
- Evento *Tour Motor Boot*, com motas Harley Davidson de Díli a Bacau, com o objectivo de promover o turismo aventura. Em 2011 participaram 38 motas
- Evento anual de Corridas de Cavalos, *Kurida Kuda*, na zona de fronteira de Batugadé, sub-distrito de Balibó, Distrito de Bobonaro
- Filme de Promoção do Turismo nos Distritos, com o objectivo de explorar as potencialidades turísticas de Timor-Leste e promover a consciencialização das populações para a preservação do meio ambiente e para o bom acolhimento dos visitantes

- DVD de Promoção do Turismo Marítimo e Segurança nas Praias
- Produtos de Promoção Turística, tais como brochuras, para promoção dos diversos potenciais turísticos: cultural, histórico, desporto, ambiental e marítimo, entre outros
- Feira Pôr-do-Sol – *Feira Lorokraik – Sunset Fair*, anualmente, na zona do Cristo Rei todas as Sextas-feiras, durante 6 meses, para promoção de produtos artesanais

Recebemos:

- 87,812 Visitantes: 36,643 vistos de turista; 29,475 vistos de trabalho, 14 vistos de educação, 851 vistos de trânsito e 20,829 outros vistos

Registámos:

- 104 Hotéis, pousadas, pensões e *guest houses* em 12 distritos (Díli 39, Covalima 5, Bobonaro 4, Baucau 12, Ainaro 11, Aileu 0, Viqueque 5, Oe-Cusse Ambeno 6, Manufahi 5, Manatuto 2, Liquiça 1, Laútem 12 e Ermera 2)
- 184 Restaurantes nos 13 distritos (Díli 111, Covalima 3, Bobonaro 6, Baucau 15, Ainaro 12, Aileu 4, Viqueque 3, Oe-Cusse Ambeno 6, Manufahi 6, Manatuto 6, Liquiça 2, Laútem 9 e Ermera 3)



Preservando o Meio Ambiente

O compromisso de desenvolver uma política ambiental, orientada pelos princípios do desenvolvimento sustentável, integrando de forma harmoniosa a componente ambiental, económica e sócio-cultural, foi uma prioridade deste Governo. Este compromisso é ainda mais importante porque o Povo de Timor-Leste sempre teve uma relação muito forte com o ambiente natural.

Aprovámos:

- Plano Estratégico Nacional sobre Biodiversidade
- O quarto Relatório Nacional sobre Biodiversidade
- Decreto-Lei que Aprova o Regime de Licenciamento Ambiental
- Decreto-Lei que Aprova a Lei de Bases do Ambiente
- Decreto do Governo que Cria a Autoridade Nacional Designada para a Implementação dos Projectos do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo
- Resolução do Governo que Aprova a Política Ambiental Nacional
- Resolução do Governo que Aprova o Programa de Acção Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas
- O relatório “Economia Verde para o Desenvolvimento Sustentável de Timor-Leste”, resultado da consulta pública nacional e do workshop sobre o mesmo, que foi apresentado ao Conselho de Ministros e será apresentado na Conferência Rio +20

Assinámos e Ratificámos:

- Convenção de Viena e Protocolo de Montreal, sobre a protecção da Camada do Ozono
- Protocolo de Quioto, debaixo da UNFCCC – Convenção Quadro das Nações

O compromisso de desenvolver uma política ambiental, orientada pelos princípios do desenvolvimento sustentável, integrando de forma harmoniosa a componente ambiental, económica e sócio-cultural, foi uma prioridade deste Governo. Este compromisso é ainda mais importante porque o Povo de Timor-Leste sempre teve uma relação muito forte com o ambiente natural.

Aprovámos:

- Plano Estratégico Nacional sobre Biodiversidade
- O quarto Relatório Nacional sobre Biodiversidade
- Decreto-Lei que Aprova o Regime de Licenciamento Ambiental
- Decreto-Lei que Aprova a Lei de Bases do Ambiente
- Decreto do Governo que Cria a Autoridade Nacional Designada para a Implementação dos Projectos do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo
- Resolução do Governo que Aprova a Política Ambiental Nacional
- Resolução do Governo que Aprova o Programa de Acção Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas
- O relatório “Economia Verde para o Desenvolvimento Sustentável de Timor-Leste”, resultado da consulta pública nacional e do workshop sobre o mesmo, que foi apresentado ao Conselho de Ministros e será apresentado na Conferência Rio +20

Assinámos e Ratificámos:

- Convenção de Viena e Protocolo de Montreal, sobre a protecção da Camada do Ozono
- Protocolo de Quioto, debaixo da UNFCCC – Convenção Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas

Estabelecemos:

- Direcção Nacional para Assuntos Ambientais Internacionais para responder perante as Convenções Ambientais Internacionais
- CHM (Clearing House Mechanism) - Portal da Internet do Mecanismo de Intercâmbio sobre dados da Biodiversidade – <http://bim.aseanbiodiversity.org/tlchm/>
- Unidade Nacional do Ozono
- Autoridade Nacional Designada para o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (CDM)
- Portal do Ambiente na internet, para divulgação de questões ambientais, até 2009 com o endereço: www.envvitl.gov.tl, devido a razões técnicas este portal foi desligado, estando actualmente um novo portal em construção

- Rede de Quadros de Aviso sobre Biodiversidade, 37 quadros distribuídos pelo território nacional: 10 quadros de perigo sobre a presença de crocodilos, os restantes sobre proibição de caça em áreas protegidas ou de espécies em perigo de extinção
- 7 Propostas e Planos no âmbito das Convenções, das quais se salienta: Plano de Acção Nacional da Estratégia para a Biodiversidade, Programa de Trabalho para as Áreas Protegidas, Iniciativa do Triângulo do Coral, Parcerias de Gestão Ambiental para os Mares do Leste da Ásia

Construímos:

- 11 Delegações Ambientais distritais com 43 técnicos (Aileu, Ainaro, Baucau, Bobonaro, Covalima, Ermera, Lautém, Liquiça, Manatuto, Manufahi e Oecusse) com o objectivo de promover a sensibilização ambiental e apoio directo às comunidades e uma sede nacional em Díli, com 6 técnicos
- Parque de Armazenamento de Óleos Usados de Tibar (PAOUT), para armazenamento temporário de óleos usados, 5 tanques em aço, independentes, com capacidade para recolher 600,000 litros de óleos usados. Actualmente metade da capacidade já foi usada

Promovemos:

- As Acções de Mitigação Nacional Adequadas, medidas voluntárias de redução de Emissões Gasosas por parte de países em desenvolvimento
- Produção de um filme sobre biodiversidade e sensibilização sobre áreas protegidas abrangendo os 13 distritos
- 8 Brochuras de Sensibilização Ambiental, destacando-se: Protecção e Proibição de Venda de Coral, Protecção e Proibição de Caça de Aves em geral, Protecção e Proibição de Caça de Tartarugas Marinhas, Protecção e Conservação de Florestas e Áreas Protegidas, Problema dos Lixos, A Importância do Controlo da Poluição e o Perigo dos Fogos Florestais
- O início do processo de Recolha e actualização da Base de Dados Ambientais, sobre actividades que decorrem e são implementadas no País, contribuindo para o controlo de poluição, para a avaliação de projectos com impacto ambiental e monitorização da biodiversidade, em todos os distritos

Realizámos:

- 30 Workshops / Acções de Sensibilização sobre Protecção e Gestão Ambiental, em todos os distritos, participaram no total 2034 pessoas
- Programa de Informação sobre Gestão Ambiental, dirigido ao público em geral, em 10 distritos: Manufahi, Ainaro, Suai, Covalima, Manatuto, Lospalos, Aileu, Viqueque, Ermera e Oe-Cusse

- Seminários sobre o Processo de Avaliação do Impacto Ambiental (AIA), nos 13 distritos
- Um Programa de Planeamento para Análise da Qualidade da Água, para consumo humano, agricultura e pesca, no Distrito de Lautem, em locais com importantes recursos hídricos, abrangendo um total de 5 sub-distritos (Mehara, Poros, Bauro, Maupitine, Irasiquiro, Lata'u, Fuiloro, Iliomar, Caporo, Iracau, Iraira, Caerenira e Luro)
- 7208 Inspecções Ambientais, a actividades comerciais e industriais, entre as quais: importação de viaturas, restauração, oficinas, lavagem carros, deposição ilegal de resíduos urbanos, centros hospitalares, instalações de saneamento (lixeiros, ETAR's), estações de combustível, locais de remoção de areias e EDTL
- 4 actividades anuais de celebração do Dia Mundial do Ambiente, envolvendo mais de 31 escolas, Universidades, ONG's, PNTL, F-FDTL e comunidade em geral
- Programas de Rádio semanais, sobre temas de sensibilização ambiental em parceria com a Rádio Timor Kmanek e a Rádio Timor-Leste
- Campanha de Limpeza de Grafittis dos Muros de Díli, com 4 das comunidades mais afectadas, limpeza, pintura dos muros e colocação de avisos de proibição. Posteriormente foram desenvolvidas acções de sensibilização, dirigidas aos jovens, em colaboração com os chefes de suco e aldeia e foi lançada uma campanha na RTL e TVTL

Estabelecemos:

- Projecto de Sensibilização Ambiental para Reflorestação, para prevenção da erosão dos solos e conservação da biodiversidade, em que participaram 5 grupos (envolvendo mais de 50 pessoas) e foram plantadas 5.000 árvores
- Projecto de Reflorestação, Desenvolvimento Rural e Sensibilização Ambiental, para a prevenção da degradação da qualidade do solo e redução da pobreza em áreas rurais, no distrito de Manatuto, em que participaram 7 aldeias num total de 223 famílias (cerca de 1000 pessoas), foram instalados 7 viveiros e foram plantadas 2524 plantas, entre as quais, árvores de fruto, árvores florestais, milho e soja.
- Programa de Concessões Públicas de Grupos Ambientais / ONGA's, com o objectivo de fomentar projectos comunitários, de utilidade pública, para a protecção do ambiente. 30 projectos de viveiros para reflorestação e 2 projectos de informação ambiental
- Grupo Interministerial sobre o Meio Ambiente e dos Recursos Naturais

Participámos:

- Cerimónia Tradicional "Tara Bandu", em Comoro, com o objectivo de disseminar informação e implementar regras sobre as actividades de escavação de areias nas ribeiras

- No Relatório de Análise Ambiental de Timor-Leste, promovido pelo Banco Mundial
- Em 85 sessões, cursos de formação e reuniões de trabalho, relativos ao meio ambiente e em 42 sessões de formação, workshops e seminários, relativos aos assuntos ambientais internacionais
- 15 Conferências Internacionais Anuais para as três Convenções do Rio (UNFCCC, UNCBD e UNCCD)
- 5 Reuniões internacionais no âmbito da Convenção de Viena e Protocolo de Montreal
- Na organização da Conferência Nacional para a Juventude – Vamos Cuidar do Planeta - que serviu de preparação para a participação na conferência internacional, sobre o mesmo tema, no Brasil
- Em 3 reuniões internacionais no âmbito da CPLP

Formámos:

- 72% dos funcionários tiveram acesso a formação técnica ambiental, das quais se salienta:
 - Formação sobre análise de impactos e gestão da actividade de Petróleo e Gás (23 funcionários);
 - Formação em Avaliação de Impacto Ambiental (28 funcionários);
 - Especialização em Política Ambiental (14 funcionários)
 - Avaliação do Impacte Ambiental e Avaliação Estratégica do Meio Ambiente (2 funcionários)

Classificámos:

- Classificação Ambiental 440 projectos: 16 grandes projectos (categoria A), 51 médios projectos (categoria B), 316 pequenos projectos (categoria C) e 54 outros projectos, no total dos 13 distritos. Salienta-se, nas categorias A e B, os seguintes projectos:
 - Central Hidroeléctrica de Iralalaro (29MW);
 - Companhia ENI: Perfuração de poços no Mar de Timor;
 - Companhia Reliance: Perfuração de poços no Mar de Timor;
 - Companhia Pelican Paradise: Complexo Hoteleiro em Tasi Tolu, Díli;
 - JICA: Porto de Oecusse;
 - JICA, Banco Mundial e ADB: Reabilitação e Construção de Estradas Nacionais

Prestar Serviços de Qualidade





Investindo na Educação de Qualidade

A educação é fundamental para melhorar as condições de vida do povo timorense. Sem acesso à educação, não é possível concretizar o objectivo de desenvolvimento nacional. O Governo assumiu o compromisso de garantir que todas as crianças timorenses tenham uma educação de qualidade que lhes dê os conhecimentos e qualificações necessárias para terem uma vida adulta saudável e produtiva, contribuindo de forma activa para o desenvolvimento económico e social do país em geral, e para o seu próprio desenvolvimento pessoal, já que a educação é uma ferramenta fundamental para multiplicar oportunidades de realização pessoal e profissional.

Aprovámos:

- Política Nacional de Educação para 2007-2012
- Lei de Bases da Educação
- Plano Estratégico Nacional de Educação
- Nova Lei orgânica do Ministério da Educação
- Decreto-Lei do Regime Jurídico da Administração e Gestão do Ensino Básico
- Resolução do Governo sobre o Plano Curricular do 3º Ciclo do Ensino Básico
- Decreto-Lei sobre o Regime Jurídico da Administração e Gestão do Ensino Secundário
- Decreto-Lei sobre o Plano Curricular e Regime de Implementação do Ensino Secundário Geral
- Decreto-Lei sobre Plano Curricular e Regime de Implementação do Ensino Secundário Técnico-Vocacional
- Decreto-Lei sobre o Regulamento Jurídico dos Estabelecimentos de Ensino Superior
- Decreto-Lei sobre o Regime Jurídico de Acesso ao Ensino Superior
- Decreto-Lei sobre o Estatuto da Universidade Nacional de Timor Lorosa'e (UNTL)
- Decreto-Lei sobre o Regime Geral de Avaliação do Ensino Superior e Criação da Agência Nacional para a Avaliação e Acreditação Académica (ANAAA)
- Decreto-Lei sobre o Estatuto da Carreira Docente Universitária
- Decreto-Lei sobre o Regime de Atribuição de Bolsas de Estudo no Estrangeiro
- Decreto-Lei sobre o Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores do Ensino Básico e Secundário (Estatuto da Carreira Docente)
- Decreto-Lei sobre Estatuto do Instituto Nacional de Formação de Docentes e Profissionais da Educação – INFORDEPE
- Decreto-Lei sobre o Sistema de Qualificações dos Docentes Timorenses para Integração na Carreira Docente
- Decreto-Lei sobre o Sistema Nacional de Qualificações (SNQ-TL)
- Decreto-Lei sobre os Estatutos dos Serviços da Inspeção Geral da Educação
- Decreto-Lei sobre Regime de Acreditação e Avaliação dos Estabelecimentos de Ensino não Superior

- Política Nacional para a Cultura
- Projecto da Academia de Arte e Indústrias Criativas Culturais de Timor-Leste
- Política de Protecção do Património Cultural de Timor-Leste

Definimos:

- 202 Agrupamentos, de entre as 1.172 escolas públicas de ensino básico, e recrutámos 202 directores, directores-adjuntos e gabinetes de apoio técnico, beneficiando
- 15 Agrupamentos, das 64 escolas públicas de ensino secundário geral, beneficiando

Iniciámos:

- Descentralização de competências, para os Directores dos agrupamentos de escolas, ao nível da administração escolar, das concessões e do programa da merenda escolar
- Bacharelato Modular, para integrar cerca de 7.171 docentes no novo regime de carreira
- Formação Inicial de Professores (Licenciatura) do 1º e 2º ciclos do ensino básico, para 325 estudantes de todos os distritos
- Curso de Mestrado em Formação de Formadores, para 60 professores que constituirão o futuro corpo docente do INFORDEPE
- Plano de desenvolvimento do novo pólo de ensino superior em Hera
- Construção e concepção de dois Institutos Politécnicos, nas áreas de Serviços (Turismo/Hotelaria/Gestão), em Lospalos, e Engenharia direccionada à exploração petrolífera, no Suai

Construímos:

- 5 Escolas de Referência como modelo de implementação das melhores práticas curriculares, pedagógicas e administrativas nos distritos de Baucau, Maliana, Same, Oe-cusse e Gleno e que abrangem 1.000 alunos

Acreditámos:

- 2 Universidades e 7 institutos do ensino superior, beneficiando 23.460 alunos

Desenvolvemos:

- Processo de acreditação institucional de 14 instituições de ensino superior
- Programa de equivalências que permitem continuar a campanha de alfabetização
- Programas curriculares e respectivos manuais escolares do 3º Ciclo do Ensino Básico Geral, Secundário Geral e Secundário Técnico-vocacional
- Programa de integração para 12.000 professores, tendo sido integrados 3.944 professores e mais de 7.000 encontram-se na carreira transitória
- Campanha nacional de alfabetização tendo sido 173 mil analfabetos, em 7 distritos, declarados livres de analfabetismo
- Projecto de Biblioteca e Centro Cultural de Timor-Leste
- Programa de reconversão de 6.400 funcionários contratados para o regime de permanentes, sendo que 90% são professores
- Acções de formação para mais de 10.000 professores
- Campanha Nacional de Alfabetização, tendo alfabetizado 173.000 pessoas nos distritos de Oe-cusse, Lautém, Manatuto, Manufahi, Aileu, Covalima, Baucau, Liquiçá e Ataúro

Reabilitámos:

- 573 Estabelecimentos de ensino apetrechados com mobiliário e equipamentos pedagógicos

Implementámos:

- Currículo Nacional dos doze anos do Ensino Básico e Ensino Secundário

Aumentámos:

- Para 91% o número de matrículas no ensino básico
- Para cerca de 22% o número de matrículas no ensino secundário
- A distribuição das merendas escolares a todos os distritos, possibilitando a alimentação diária a cerca de 300.000 crianças do ensino básico

Formámos:

- 2.231 Professores com o Curso de Bacharelato para integrarem a Carreira Docente
- 905 Docentes do 1º e 2º Ciclos do Ensino Básico



Qualificando os Recursos Humanos Nacionais

A formação de qualidade e a capacitação dos recursos humanos nacionais assumem uma grande importância na medida em que capacita o capital humano, e lhes dá confiança, para assumirem novos desafios e responsabilidades, qualificando-os para melhor contribuírem para a construção da Nação de forma e com condições dignas. Formar o Povo, qualificá-lo para responderem às necessidades laborais, sobretudo nas áreas mais prioritárias, e torná-los competitivos é uma forte aposta que permite aos timorenses aproveitarem oportunidades de emprego. Uma aposta que só pode ser ganha com um investimento nas qualificações do sistema, com formadores qualificados, com instalações de formação adequadas, gerando emprego e abrangendo o maior número de áreas possível. A formação dos recursos humanos do Estado reflecte-se em várias áreas e tem sido uma aposta transversal a todas. Quando falámos em qualificar os recursos humanos nacionais espelhamos as oportunidades que são dadas à população, sobretudo à camada mais jovem. Criado em 2011, o Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano cobre programas de bolsas de estudo, formação profissional, técnica e outros tipos de formação e permitiu a uma grande parte dos recursos humanos do País obterem uma formação específica nas suas diversas áreas.

Aprovámos:

- Decreto-Lei para o Timor-Leste Nacional de Qualificações
- Proposta de Lei que aprova o Código do Trabalho
- Proposta de Resolução que Ratifica, para Adesão, a Convenção Internacional do Trabalho (CIT) no.87 sobre a Liberdade Sindical e a Protecção do Direito Sindical
- Proposta de Resolução que Ratifica, para Adesão, a Convenção Internacional do Trabalho (CIT) no.98 sobre a Aplicação dos Princípios do Direito de Sindicalização e de Negociação Colectivas
- Proposta de Resolução que Ratifica, para Adesão, a Convenção Internacional do Trabalho (CIT) no.29 sobre o Trabalho Forçado ou Obrigatório
- Proposta de Resolução que Ratifica, para Adesão, a Convenção Internacional do Trabalho (CIT) no.182 - Interdição das Piores Formas de Trabalho das Crianças e à Acção Imediata com vista à Sua Eliminação
- Decreto-Lei que aprova a Inspeção-Geral do Trabalho
- Decreto-Lei que cria o Centro Nacional de Emprego e Formação Profissional
- Decreto-Lei que cria o Fundo do Emprego e da Formação Profissional (FEFOP)
- Decreto-Lei que cria o Instituto Nacional de Desenvolvimento de Mão-de-Obra (INDMO)

Elaborámos:

- Esboço do Estatuto de Inspeção do Trabalho e Lei de Segurança e Saúde no Trabalho
- Esboço do Decreto-Lei de Salário Mínimo depois de efectuar 16 reuniões com empregadores, trabalhadores, instituições, autoridades locais, ONG'S e sociedade civil em cinco distritos: Díli, Manatuto, Liquiçã, Aileu e Ermera

Estabelecemos:

- Mecanismos para formação no local de trabalho, identificando 200 empresas e instituições para receberem formandos
- Comissão Executiva do INDMO
- Plano para o estabelecimento dos padrões de competências da formação profissional e do sistema de certificação
- Política de Estratégia Nacional de Emprego
- Fundo de Apoio aos Fornecedores de Formação Profissional (FAFFOP)
- Política da Formação Profissional
- Quadro Nacional de Qualificações
- Centro de Formação Brasil-Timor-Leste (SENAI)
- Centro Nacional de Emprego e Formação Profissional de Tibar
- Sistema de Informação do Mercado de Trabalho para recolha de dados das pessoas que procuram emprego e que está operacional nas regiões de Díli, Baucau, Maliana e Oe-cusse
- 4 subcomissões do INDMO nas áreas de formação e avaliação, construção civil e turismo e hospitalidade e tecnologias de informação e educação

Certificámos:

- 16 Centros de Formação
- 51 Fornecedores de formação profissional e 20 avaliadores de formação profissional em todos os distritos para o melhoramento global dos centros
- 13 propostas de fornecedores de formação aprovadas e apoiadas pelo FEFOP
- 15 Qualificações Nacionais e 4 Certificados Nacionais no âmbito do INDMO

Realizámos:

- Socialização da Política e Estratégia do sistema ETEP (Educação Técnica e Formação Profissional) para 1.250 pessoas em todos os distritos
- Seminários sobre os direitos e deveres no local de trabalho em 5 distritos (Díli, Oe-cusse, Bobonaro, Viqueque e Manufahi) onde participaram 375 pessoas
- Campanha de prevenção de disputas de trabalho para 1972 trabalhadores e 124 empresas
- Mediação do processo de contrato de trabalho para 1.380 casos, com um total de 4.281 trabalhadores
- Consultas para trabalhadores, empresários e pessoas à procura de informação detalhada sobre a relação de trabalho, num total de 629 consultas efectuadas
- 3.099 Inspeções aos locais de trabalho dos diversos sectores, englobando 44.681 trabalhadores nos 13 distritos
- Seminários sobre a Lei do Trabalho, as regras da inspecção do trabalho e segurança e saúde no local de trabalho em 4 distritos (Viqueque, Baucau, Aileu, Bobonaro), com um total de 226 participantes (empresários, trabalhadores e sociedade civil)
- Seminários sobre relação industrial junto de 359 participantes em Laclubar, Manatuto, Hatubuilico, Ainaro, Covalima, Metinaro, Díli e Manufahi
- Socialização das regras da inspecção do trabalho, normas de higiene e segurança no trabalho para 229 participantes em Bobonaro, Balibo, Oe-cusse, Oesilo, Lulara e Remexio
- Seminários sobre o Código do Trabalho para 79 empresas e 744 trabalhadores nos 13 distritos
- Pagamento da 1ª fase do Subsídio de Velhice/THT a 7.737 ex-funcionários da Indonésia, civis e militares (6.701 funcionários civis e 1.036 ex-militares)
- Seminário com foco na área de segurança e saúde realizado nos distritos de Manatuto-Laleia, Baucau-Vemasse, Lautém-Lospalos, Ainaro-Hatubuilico e Manufahi-Fatuberlihu, tendo um total de 285 participantes
- Socialização da legislação do trabalho realizada em 624 empresas distribuídas nos 13 distritos de Timor-Leste, no sentido de promover a harmonização das relações entre empregados e empregadores e suas respectivas organizações

Registámos:

- 10.545 Pessoas nos centros de formação profissional, sendo que 6.382 receberam formação e 1.011 tiveram oportunidade de formação no local de trabalho

- Dados de 2.318 empresas com um total de 18.830 trabalhadores, no âmbito da relação do trabalho
- 12 Associações empresariais e 13 Sindicatos de trabalhadores em conformidade com os requisitos da lei
- 6 Centros de formação registados, fiscalizados e monitorizados
- 668 Processos de disputas do trabalho dos quais 392 foram resolvidos, 125 cancelados, 49 resolvidos em negociações bipartidas e 96 casos encaminhados para arbitragem e 6 transitaram ainda em processo
- 9.304 Jovens inscritos nos centros de orientação profissional, sendo que 1.654 tiveram acesso a formação profissional e 985 encontraram emprego
- 6.448 pareceres favoráveis para vistos de trabalho de trabalhadores e empregadores estrangeiros, num total de 7.090 pedidos registados

Apoiamos:

- Centro Nacional de Emprego e Formação Profissional de Tibar, onde 70 formandos tiveram formação nas áreas de alvenaria, pedreiro, electricidade, carpintaria, canalização, construção civil assim como um programa-piloto de agricultura
- Centro de Formação Dom Bosco que prestou formação a 250 estudantes que não ingressaram na UNTL
- 128 Centros de formação, beneficiando 6.463 formandos nas áreas de produtos locais, administração e finanças, cursos de línguas, mecânica, panificação e actividades de auto-emprego, tecnologias de informação, jornalismo, turismo e hospitalidade, agricultura, artesanato, costura, carpintaria/marcenaria, soldadura, electricidade
- 260 estudantes, através do FEFOP, em todos os distritos, com estágios profissionais
- 53 propostas feitas ao FEFOP e aprovadas, que beneficiaram 3.217 pessoas em todos os distritos
- 360 pequenos negócios de auto-emprego através do Centro de Desenvolvimento Empresarial em Díli
- Formação de formadores em jardinagem e pequenos negócios (17), automação (10), petróleo e gás (5), agricultura e horticultura (12), hospitalidade e turismo (10) e formação de formadores (10)
- Estágios ou formação no local de trabalho para 519 jovens dos quais 50% foram contratados pelas empresas no término do estágio ou da formação
- Estágios ou formação no local de trabalho com remuneração para 1.688 beneficiários
- 16 jovens na obtenção de experiência profissional na Austrália
- 7 fornecedores de formação (Centru Auto Picina, Formasaun Eduka Juventude, CTID, Infolim Muki, Grupo Airira, ADM Lospalos, Grupo Uatumisa e Uatulari) que foram monitorizados e avaliados beneficiando 790 pessoas nos distritos de Baucau, Lospalos e Viqueque
- Financeiramente 15 fornecedores de formação nos distritos de Viqueque, Maliana, Lospalos e Díli
- 41 acções de formação para os recursos humanos da SEFOPE

Promovemos:

- Capacitação de 300 membros de sindicatos e associações empresariais nos distritos de Liquiçá, Suai e Díli de forma a harmonizar a relação laboral entre trabalhadores e entidade patronal
- Auto-emprego através da formação empresarial que atingiu 4.036 beneficiários nos distritos de Díli, Tibar, Ainara, Baucau, Bobonaro, Liquiçá e Oe-cusse; através da “Sensibilização Empresarial” para escolas técnicas e escolas agrícolas, implementada em todos os distritos com um total de 5.490 alunos e 36 professores; através da parceria com instituições de microfinanças e o FEFOP com actividades realizadas em 11 distritos e beneficiando 4.405 pessoas e através da formação profissional, com 130 beneficiários
- Feira FIAR (Feto iha Emprego ba An Rasik), que reuniu em Díli, 133 grupos de mulheres das zonas rurais para apresentar e promover os produtos locais produzidos em todos os distritos

- Programa “*Cash for work*”, emprego temporário, através do “Projecto de Demolição de Prédios Públicos destruídos” (412 prédios nos 13 distritos) e “Projecto de Mão-de-Obra Intensiva”, que trata da manutenção e reabilitação de estradas terciárias (506.4Km em 13 distritos) e que teve 168.886 beneficiários
- Divulgação de informação referente aos programas de formação profissional e vocacional a 1.967 pessoas registadas
- Emprego no estrangeiro, através de um Memorando de Entendimento com a Coreia do Sul que deu emprego a 940 trabalhadores nos sectores da pesca, indústria e agricultura
- Orientação profissional para 20.454 pessoas registadas
- 1.399 Oportunidades concretas de emprego através de actividades de mediação entre empresas e pessoas à procura de emprego

Construímos:

- 5 Centros de Emprego e Orientação Profissional em Baucau, Oe-cusse, Maliana, Ermera e Manufahi

No âmbito do Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano, os principais indicadores são:

- 2.311 Bolseiros a estudar actualmente no exterior
- 1.528 Bolseiros a estudar no País
- 118 Bolsas atribuídas em 2011
- 1.540 Bolseiros de nível Bacharel
- 498 Bolseiros de nível Licenciatura
- 242 Bolseiros de nível Mestrado
- 34 Bolseiros de nível Doutoramento
- 108 Bolseiros que já completaram o curso e regressaram ao País
- 1.014 Subsídios atribuídos aos estudantes finalistas no País em 2011
- 407 Subsídios atribuídos aos estudantes finalistas na Indonésia em 2011

As áreas definidas como prioritárias para a atribuição de bolsas de estudo são: florestas, planeamento urbano e rural, telecomunicações, farmácia, laboratório, medicina veterinária, Direito Internacional, contabilidade, finanças e gestão bancária, formação de professores, medicina dentária, comércio, navegação aérea e marítima, gestão (MBA) e inspecção do trabalho.

O Fundo de Desenvolvimento de Capital Humano financia 4 tipos de programas:

- Programas de bolsas de estudo para o público, funcionários públicos e bolsas de estudo para os filhos dos veteranos
- Programa de Formação Profissional para criminalistas, agentes de cadastro, auditores, magistrados, notários, advogados privados, tradutores e inspectores, formação profissional de mão-de-obra a trabalhar no exterior, construção civil, formação de formadores, Centro de Tibar e outros centros, formação básica em línguas e competências matemáticas
- Programa de Formação Técnica em administração pública e formação técnica relativa ao ensino superior e politécnicos de Suai e Lospalos
- Programa de outros tipos de formação para jovens, professores do ensino superior e politécnico, formação em saúde e medicina, formação inicial, formação de agentes da PNTL e formação de oficiais das F-FDTL



Promovendo o Acesso Generalizado à Saúde

A boa saúde é fundamental para proporcionar qualidade de vida. A definição de políticas, regulamentos e parâmetros de configuração do sistema nacional da saúde, assim como assegurar o recrutamento de profissionais de saúde e promover infra-estruturas e prestação de serviços de saúde em todos os distritos do país, são prioridades deste Governo.

Durante os primeiros anos de reconstrução do País este viu-se privado da grande maioria dos profissionais de saúde que asseguravam o sistema durante o período de ocupação indonésia, pelo que, para fazer face às necessidades básicas de atenção médica e medicamentosa no país, foram recrutados profissionais de saúde estrangeira enquanto os enfermeiros e parteiras maioritariamente existentes foram colocadas em todos os estabelecimentos de saúde. O Ministério da Saúde encetou então um processo de formação de profissionais de saúde, incluindo médicos, no exterior, através de bolsas de estudos inicialmente oferecidos pelos doadores e cujos encargos foram gradualmente sendo integrados ao Orçamento Geral do Estado.

Por outro lado, no âmbito das infra-estruturas físicas, iniciou-se igualmente o processo de desenvolvimento integrado de infra-estruturas de saúde, que culminou com a construção e reabilitação de estabelecimentos assistenciais tais como postos e centros de saúde, hospitais de referência, e ainda de delegacias e escritórios de gestão da saúde, para além de pólos de formação contínua. O apetrechamento destas mesmas infra-estruturas mereceu igual atenção, com equipamentos básicos, aprovisionamento de ambulâncias e veículos operacionais e multifuncionais, acesso ao fornecimento de água e electricidade.

Aprovámos:

- Reestruturação da Orgânica do Ministério da Saúde, destacando a necessidade da melhoria da gestão e desenvolvimento dos recursos humanos da saúde e o processo de coordenação e gestão dos parceiros da saúde
- Plano Estratégico Nacional de Saúde 2011-2030
- A alteração do diploma que cria o Instituto de Ciências de Saúde para um novo Instituto Nacional de Saúde
- Subsídios remuneratórios a todos os profissionais de saúde
- A alteração ao diploma sobre os Profissionais de Saúde
- Novo decreto-lei que cria o Conselho Nacional de Saúde
- Regime das Carreiras Especiais para os Profissionais de Saúde

Implementámos:

- A reestruturação do Ministério da Saúde, de acordo com o novo estatuto orgânico, descentralizando a prestação de saúde, através da transferência de responsabilidades de gestão dos recursos essenciais de suporte aos serviços distritais e personalizados ou autónomos

- O Serviço Integrado de Saúde Comunitária ou SISCA, como estratégia para melhoria da qualidade e do acesso aos cuidados de saúde primários a cerca de 602 Aldeias, sendo que em actualmente dos cerca de 477 Postos de SISCA activos funcionam de acordo com os padrões estabelecidos para o registo de saúde familiar, intervenções no campo da nutrição e saúde materna-infantil, saúde ambiental, assistência médica e medicamentosa directa, e ainda acções de promoção e educação para a saúde
- O programa de Registo de Saúde Familiar, por forma a institucionalizar os dados estatísticos da saúde
- Programa de Assistência Médica no Estrangeiro, permitindo a extensão do tratamento médico no exterior a casos excepcionais de difícil ou limitadas condições para tratamento no país
- Nova política de expansão dos Centros de Saúde para incorporem as maternidades e/ou salas de parto
- Política sobre a compra de veículos multifuncionais para melhorar o acesso e a qualidade dos serviços de saúde a nível dos Subdistritos
- Processo descentralizado e transparente de planeamento e gestão orçamental do Ministério da Saúde (ou Pasta Mutin)
- Auditorias e Inspeções realizadas a diversas instituições de saúde

Estabelecemos:

- A Comissão de Emergência para Surtos, responsável pelo controlo e vigilância epidemiológica do vírus H1N1, surto de Sarampo e de Dengue
- O Gabinete de Pesquisa e Desenvolvimento da Saúde, sob a alçada directa do Gabinete do Ministro da Saúde, cujo principal objectivo é a de promover a pesquisa como base à definição de políticas de saúde correspondentes à realidade do país
- Programa de Saúde dos Idosos e Aleijados, como parte integrante do Pacote Básico dos Serviços de Saúde
- Uma Escola de Enfermagem e Parteiras, integrada à Faculdade de Medicina e Ciências de Saúde da Universidade Nacional de Timor Lorosa'e, no quadro de cooperação com a UNTL
- Uma unidade de Hemodiálise e outra de Cuidados Cardíacos no Hospital Nacional Guido Valadares, cujos serviços especializados reflectem o desenvolvimento e expansão dos serviços hospitalares por forma a responder às demandas da população, e minimizando, ao mesmo tempo, os custos de tratamento no estrangeiro.
- Acordos de cooperação com hospitais Indonésios e com a Royal Darwin Hospital para a melhoria do acesso à atenção médica especializada, a meios de diagnóstico e terapêutica.
- Grupos de Trabalho Temáticos para aconselhamento ao processo de planificação, monitorização e avaliação dos programas de saúde, incluindo os parceiros de desenvolvimento do sector da saúde.

Construímos:

- 46 Maternidades junto aos Centros de Saúde por forma a melhorar o acesso e a qualidade da saúde materna e reprodutiva.
- Reabilitámos o Palácio das Cinzas para futura instalação do Ministério da Saúde e respectivos serviços centrais.
- Construímos a Casa Mortuária no Hospital Nacional Guido Valadares e reabilitamos 4 unidades hospitalares.
- Construímos e reabilitamos o Hospital de Referência de Baucau e um total de 41 de Centros e/ou Postos de Saúde dispersos pelos 13 distritos.
- Reabilitamos 11 Residências médicas e contruímos 12 residências para os Estudantes de Medicina regressados de Cuba para o internato médico nos hospitais e centros de saúde espalhados pelos distritos.

Desenvolvemos:

- Os Cuidados de Saúde Primários

Através da estrutura de Serviços Distritais de Saúde, com os Centros de Saúde Comunitária, os Postos de Saúde e as actividades de assistências aos desfavorecidos a servirem populações geograficamente definidas no quadro de um Pacote de Serviços Básicos, incorporando ao mesmo tempo o Serviço Integrado de Saúde Comunitária (SISCa) em todas as aldeias, em serviços móveis realizados noutros lugares como, por exemplo, escolas, mercados, estruturas comunitárias e serviços de “mop up” regularmente conduzidos de acordo com as necessidades programáticas.

O SISCa contribuiu para assegurar acesso integral a cerca de 550.000 pessoas em 2010, através das seguintes acções básicas:

- Registo de Saúde Familiar
- Intervenção Nutricional
- Saúde Materna e Infantil
- Saúde ambiental
- Assistência Médica e Medicamentosa
- Promoção e Educação para a Saúde

Os serviços institucionais mais próximos das comunidades são prestados através de uma rede de postos de saúde dotados de uma equipa com um enfermeiro e uma parteira, capazes de oferecer um pacote mínimo de cuidados de cura e prevenção.

A nível dos sub-districtos, os Centros de Saúde Comunitária prestam um nível mais elevado de serviços do que os postos de saúde, possuem um leque mais vasto de pessoal, oferecendo também serviços clínicos móveis e apoio técnico e de gestão aos postos de saúde. O tipo de Centros de Saúde Comunitária não é o mesmo em todos os sub-districtos, visto que os mesmos contemplam serviços de ambulatório e até à presente data o tipo de serviços prestados está de acordo com o volume da população servida e a distância até estabelecimentos de referência de maior nível.

Os centros de saúde comunitária dos districtos prestam serviços a doentes internados e externos, com um número de efectivos de 10-14, incluindo um médico (o Director Distrital de Saúde) e comunicações por rádio que têm acesso directo aos serviços de ambulâncias. Dependendo da proximidade dos hospitais de referência, os doentes internados são colocados numa unidade de observação com duas a quatro camas para estabilização pré-encaminhamento em casos graves, ou numa enfermaria de 10-20 camas com um conjunto de equipamento de apoio ao diagnóstico, incluindo um laboratório com capacidade para análises essenciais.

Onde não há posto de saúde disponível em comunidades remotas, os centros de saúde comunitária prestam com regularidade serviços clínicos básicos móveis por motorizada ou veículos multifuncionais pelo menos duas vezes por semana.

Os serviços prestados em estabelecimentos de cuidados de saúde primários diferem de acordo com as suas áreas de cobertura e oferecem um pacote de serviços básicos que compreende serviços curativos de base, promoção da saúde, actividades de informação, educação e comunicação, programas de imunização, cuidados de saúde materna e infantil, execução de programas de nutrição, acompanhamento de tratamento directamente observável contra a TB e apoio a cuidados de saúde mental. Alguns centros de saúde comunitária fornecem também serviços de estomatologia e análises laboratoriais para cuidados ante-natais, malária e TB.

- Os Cuidados de Saúde Hospitalar

Existem dois níveis de hospitais que prestam cuidados de secundários e terciários de saúde em Timor-Leste. Os cuidados de terciários mais complexos são actualmente referidos ao estrangeiro em casos de limitações tecnológicas e recursos humanos necessários.

O Hospital Nacional é o estabelecimento de referência do escalão mais alto para serviços especializados e possui vínculos com estabelecimentos do estrangeiro para cuidados terciários. Os hospitais, tanto o nacional como os de referência, oferecem recursos de formação para membros do quadro de pessoal de saúde que funcionam a nível dos cuidados primários.

Os Hospitais de Referência estão localizados em cinco regiões estratégicas, tais como Hospital de Baucau, Dili, Maliana, Maubisse, Oecusse e Hospital de Suai. Esses hospitais possuem departamentos ambulatoriais, bancos de urgência e condições de internamento. Em termos de pessoal, os hospitais são dotados de clínicos gerais e especialistas em quatro áreas clínicas, tal como a cirurgia, pediatria, ginecologia-obstetra e medicina interna.

Presidimos:

- Durante os últimos dois anos à Vice-Presidência do Conselho Executivo da prestigiosa Organização Mundial de Saúde

Elevámos:

- O nosso Índice de Desenvolvimento Humano para 22%, entre 2001-2011, de acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano de 2011 do *Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)*, com destaque para aumento da esperança média de vida dos timorenses.

Reduzimos:

- As taxas de mortalidade infantil e de crianças abaixo dos cinco anos, de 115/1000 em 2003 para 64/1000 em 2010, assim como um melhoramento da taxa de mortalidade de bebés de 88/1000 para 44/1000
- A taxa de mortalidade materna dos 660/100.000 casos comunicados em 2003 para 557/100.000 em 2010.
- A incidência da malária de 200/1000 em 2006 para 30/1000 em 2011
- A prevalência de Tuberculose de 450/100.000 em 2006 para 124/100.000 em 2009.
- A taxa de prevalência da lepra e realizámos a cerimónia de declaração da Eliminação da Lepra em Timor-Leste.

Aumentámos:

- A cobertura da imunização contra o sarampo de 61% em 2006 para 70.3% em 2011, com os Distritos de Baucau, Manatuto e Viqueque a atingirem uma cobertura superior a 80%.
- A cobertura de BCG para 72,4%.
- A cobertura da imunização com DPT-HepB3 em 2010 (72,4%) foi ligeiramente inferior à cobertura com OPV3 (72,2%). Dois distritos (Aileu e Liquiça) obtiveram uma cobertura de DPT-HepB3 inferior a 60%, e quatro dos 13 distritos (Manatuto, Manufahi, Oecussi e Viqueque) alcançaram uma imunização com essa vacina superior a 80%.
- O índice de sucesso de tratamento da tuberculose, para o grupo registado em 2010, foi de 86%, comparado com a meta mundial de 85%. No ano de 2010, a mortalidade devida à Tuberculose apresentou uma notificação de 47 em cada 100.000 pessoas.

Continuámos:

- O Programa de Cooperação entre os Governos de Cuba e Timor-Leste para formação de cerca de 1000 médicos Timorenses, através do qual se iniciou o processo complexo de integração dos cerca de 668 estudantes de medicina regressados de Cuba ao Sistema Nacional de Saúde, dos quais 30 já iniciaram a carreira médica em 2010, e 139 em 2012.

Recrutámos e Formámos:

- Profissionais de saúde, incluindo médicos especialistas, técnicos de laboratório e farmácia, parteiras, enfermeiros e outros técnicos especializados, sendo que em 2007 contávamos com 1.796 profissionais de saúde e actualmente temos 3.478.



Protegendo os mais Pobres e Vulneráveis

Na prossecução da missão de desenvolvimento nacional, o Governo encara as políticas de protecção social como uma prioridade. À medida que temos vindo a crescer economicamente, temos que distribuir a riqueza por aqueles que mais necessitam e proteger as famílias timorenses que ainda vivem no limiar da pobreza.

Os programas de protecção social implementados pelo Ministério da Solidariedade Social têm sido fundamentais para alcançar estes objectivos. Os programas sociais têm, nesta fase ainda inicial de construção do País, aliviado a pobreza extrema de um sector fraco da nossa população e protegido os mais vulneráveis. Têm também, ainda que de forma muito modesta, contribuído para dinamizar a economia, já que ao apoiar as redes familiares, estamos a criar oportunidades de empreendedorismo que têm levado à abertura de pequenos negócios por todo o País.

Por outro lado, o reconhecimento e a valorização de todos aqueles que lutaram pela liberdade e autodeterminação do Povo timorense, sendo que os antigos combatentes da libertação nacional, suas famílias e filhos de mártires estão abrangidos por uma protecção especial que contempla o regime de atribuição de pensões, tributo, regime de atribuição da prestação pecuniária única, regime de atribuição de bolsas de estudo, são uma obrigação do Estado timorense.

Aprovámos:

- Pensões dos Combatentes e Mártires da Libertação Nacional
- Distinção com valor de pensão a figuras proeminentes na luta de libertação e independência de Timor-Leste
- Regime de Atribuição de Bolsas de Estudo aos filhos dos Combatentes da Libertação Nacional
- Cerimónias de desmobilização e reconhecimento dos Combatentes da Libertação Nacional da Frente Armada
- Prestação Pecuniária Única para Combatentes e Familiares dos Mártires da Libertação Nacional, a CLN com 4 a 7 anos de participação na luta
- Assistência Médica no estrangeiro
- Serviços de Transporte Funerário

- Subsídio de apoio condicional Bolsa de Mãe
- Política Nacional para a Deficiência
- Subsídio de apoio a idosos e inválidos
- Criação de um grupo de trabalho para o estudo e concepção do Sistema de Segurança Social
- Grandes opções para o Sistema de Segurança Social
- Estratégia Nacional para a recuperação dos efeitos da crise que instituiu o programa “Hamutuk Hari’i Futuru
- Declaração de Díli, no âmbito da VIII reunião dos Ministros do Trabalho e dos Assuntos Sociais da CPLP
- Política Nacional de Gestão de Riscos de Desastres

Estabelecemos:

- Centros Regionais em Ermera, Same e Manatuto
- Atendimento gratuito dos Serviços de Transportes Funerários e descentalizámos os programas para a alocação dos carros funerários aos 13 distritos, incluindo o estabelecimento da rede de comunicação de rádio em nível nacional
- Centro de Operações de Transportes funerários para o atendimento ao público durante 24 horas
- Departamento de Paz e Coesão Social
- Política de Protecção de Crianças de Risco e Abusos Sociais, envolvendo todos os problemas e assuntos referentes à violação de abusos sociais e protecção de menores
- Oficiais de Protecção de Labariks (crianças) e Animadores Sociais em todos os distritos

Realizámos:

- Em 2007, Assistência humanitária aos deslocados internos em 65 campos ou centros de deslocados em Díli e dispersos em alguns distritos (consequência da crise de 2006).
- Em 2008, implementámos a Política Estratégica da Recuperação Nacional para a reintegração dos deslocados em retorno às suas casas, habitações e distritos de origem
- Em 2010, o programa foi encerrado com o retorno dos deslocados aos seus lares
- Apoio à Reinserção Social dos membros das ex - F-FDTL (peticionários)

Implementámos:

- Dois regimes de segurança social, ou seja, o regime não contributivo e o regime contributivo. O Decreto-lei nº 19/2008 de 19 de Junho vem instituir o Subsídio de Apoio a Idosos e Inválidos/SAll (regime não contributivo) visando garantir a subsistência e protecção social dos cidadãos idosos e inválidos. A Lei 6/2012 de 29 de Fevereiro vem aprovar o Regime Transitório de Segurança Social/RTSS (regime contributivo) na velhice, invalidez e morte dos trabalhadores do Estado
- Programas de Assistência Social para dar uma resposta aos cidadãos/grupos sociais que se encontram em situação de maior vulnerabilidade social e ou em situações de emergência social/ desastres naturais ou provocados pela intervenção humana. O trabalho desenvolvido traduz-se na implementação de programas de assistência alimentar e/ou em géneros a pessoas, grupos vulneráveis e instituições; assistência humanitária e transporte funerário; assistência a pessoas com deficiência; Programa Uma Social (2009); institucionalização de programa Hari Paz e Coeshaun Social
- “Transferência de Renda Condicional Bolsa de Mãe”, cujo objectivo principal consiste em assegurar a oportunidade/acesso à educação e saúde pública para as crianças de famílias vulneráveis de forma a quebrar com o ciclo intergeracional da pobreza. O número de beneficiários deste o início do programa até 2012 foi de 8.041 pessoas
- “Política Nacional para a Inclusão e Promoção dos Direitos das Pessoas com Deficiência” para o reconhecimento do Estado e da sociedade civil na responsabilidade de defesa dos direitos das pessoas com deficiência
- Serviços de Atendimento Social realizados em 6 Centros Regionais, através de uma rede de serviços de atendimento social ao nível distrital e de subdistrito, pelo que procedeu à selecção, recrutamento e formação de 65 animadores sociais e 13 oficiais de protecção de crianças e jovens.
- Pagamento das pensões dos Combatentes da Libertação Nacional, entre 2008 e 2012, da seguinte forma:
 - 2008 – 2.011 Pensões para 2.011 beneficiários
 - 2009 – 3.969 Pensões para 3.969 beneficiários
 - 2010 – 9.446 Pensões para 9.644 beneficiários
 - 2011 – 10.911 Pensões para 11.146 beneficiários
 - 2012 – Estimativa para 22.202 pensões
- Institucionalização do Conselho Consultivo dos Combatentes enquanto plataforma permanente de consulta na implementação de políticas a favor dos Combatentes
- Desmobilização de 236 membros das FALINTIL
- Pesquisa sobre a História da Luta de Libertação Nacional
- Cerimónias de condecoração dos Combatentes da Libertação Nacional, tendo já sido atribuídas, desde 2006 até à data, 30.230 condecorações (D. Boaventura: 64; Nicolau Lobato: 13.934; Guerrilha: 398; FALINTIL: 6.643; Funu Nain: 7.275; D. Martinho: 5; e, Lorico Aswain: 1.911)

- Pagamento de Tributo do Estado a CLN com 15 ou mais anos de participação na Frente Armada, a 277 veteranos
- Atribuição de 266 Bolsas de Estudo aos filhos dos Mártires e CLN
- Subsídio mensal de Apoio aos Idosos e Inválidos, com idade mínima de 60 anos e crescente, e aos inválidos com idade mínima de 18 anos que demonstram incapacidade para trabalhar. Este programa já beneficiou 90.162 pessoas.
- Apoio a grupos vulneráveis nomeadamente:
 - Mulheres vítimas de abusos sexuais e violência doméstica
 - Reinserção social para viúvas, mães solteiras e mães chefes de família
 - Orfanatos e crianças em risco
 - Prisioneiros e ex-prisioneiros
 - Famílias de doentes e hospitalizados

Construímos:

- Cemitério de Metinaro
- Jardim dos Heróis de Metinaro
- Armazéns e Edifícios nos Centros regionais de Baucau e Oecusse
- “Uma Social” em Díli, Aileu, Ainaro, Manufahai, Ermera, Bobonaro, Liquiça, Covalima, Baucau, Manatuto, Viqueque, Lautem e Oecusse
- Posto de carros funerários
- Novo edifício do Ministério da Solidariedade Social (em desenvolvimento)
- Habitações sociais
- Edifício do Centro Familiar de acolhimento temporário de crianças em Maliana
- 20 Monumentos e 12 Ossuários para os Heróis Nacionais, espalhados pelo País



Fomentando a Cultura e o Desporto

Timor-Leste é uma Nação jovem e são os jovens os futuros líderes da Nação. É crucial proporcionar-lhes oportunidades para concretizarem o seu potencial. Promover a cultura e o desporto de forma a fomentar os valores da democracia, cooperação, diálogo, tolerância e proporcionar-lhes bem-estar sempre foi a intenção do Governo. A base desportiva e cultural encoraja e fomenta a diversidade e o enriquecimento cultural e permite levar além-fronteiras a forte identidade nacional que nos identifica a todos como únicos, como timorenses.

Aprovámos:

- Política Nacional da Juventude
- Resolução do Governo que cria o Parlamento Foinsa'e Nian (Parlamento dos Jovens)
- Lei de Bases do Desporto
- Decreto-Lei que cria a Comissão Nacional do Desporto
- Decreto-Lei que aprova o Regime Jurídico Aplicável à Confederação do Desporto de Timor-Leste
- Decreto-Lei que regulamenta os Clubes Desportivos e as Sociedades Desportivas em Timor-Leste
- Lei das Artes Marciais
- Decreto do Governo que constitui a Comissão Reguladora das Artes Marciais e aprova os seus Estatutos
- O Decreto que estabelece o funcionamento, funções e competências das subcomissões distritais da CRAM
- Política Nacional para a Cultura
- Plano Estratégico para a Cultura
- Resolução que confere Protecção ao Património Cultural
- Resolução do Governo que aprova a criação da Academia de Artes e Indústrias Criativas Culturais de Timor-Leste

Elaborámos:

- Estatutos da Biblioteca Nacional de Timor-Leste
- Nova Lei de Bases do Património Cultural
- Estatutos do Museu e Centro Cultural de Timor-Leste

Desenvolvemos:

- Projecto da Biblioteca e Centro Cultural
- Projecto da Academia de Artes e Indústrias Criativas Culturais
- Centros Distritais de Cultura

Realizámos:

- Acções de Formação e preparação dos materiais da Colecção Nacional que foram enviados em 2008 para a exposição internacional no MAGNT, em Darwin, Austrália
- Acções de Formação aos funcionários dos vários departamentos
- Concerto musical por ocasião das celebrações do Dia Nacional da Juventude e do Massacre de Santa Cruz (12 de Novembro de 1991), no Cemitério de Santa Cruz
- Exposição da Colecção Nacional de Timor-Leste e Feira de Artesanato, no âmbito das comemorações do Aniversário da Proclamação da 1ª Independência (28 de Novembro de 1975), no Ginásio de Díli
- Identificação e preparação de objectos etnográficos para produção de brochuras, posters e calendários sobre temáticas culturais (em colaboração com a UNESCO)
- Acções de sensibilização sobre museus para estudantes dos níveis escolares pré-secundário e secundário
- Exposição internacional “Husi Bei Ala Timor Sira Nia Liman” em Darwin
- Grupo de Trabalho e de uma Comissão de Gestão da futura Biblioteca Nacional de Timor-Leste
- Colóquio Internacional intitulado “Património e Cultura de Timor-Leste”
- Exposição “A Arte Rupestre de Timor-Leste”, inaugurada no âmbito do Colóquio Internacional “Património e Cultura de Timor-Leste”
- Escavações arqueológicas na aldeia de Dair, subdistrito de Maubara
- Curso de formação para os funcionários do Departamento de Bibliotecas da DNC, ministrado pela ABITL;
- Aquisição de livros para a colecção da futura Biblioteca Nacional de Timor-Leste, adquiridos junto de instituições nacionais e internacionais;
- Exposição “Colecção Antoulas”, na Casa Europa
- “Festival Nacional da Cultura”, nos jardins do Palácio Presidencial Nicolau Lobato
- Levantamentos de músicas, danças e actividades culturais em alguns distritos do país, em colaboração com o Colégio de Artes de Queensland, da Universidade de Griffith, na Austrália
- Lançamento do documentário “Uma Lulik”, realizado por um cineasta timorense
- Conferência Internacional, Exposição de Design e Concerto para lançamento da futura Academia de Artes e Indústrias Criativas Culturais de Timor-Leste, em Díli
- Acções de formação sobre bibliotecas
- Base de Dados do Património Cultural
- Formação sobre levantamentos do património cultural para os Chefes da Cultura dos distritos
- Acções de sensibilização sobre a importância das pinturas rupestres existentes no distrito de Lautém
- Acções de formação em liderança de organizações de juventude e desporto, música, gestão organizacional, educação cívica e resoluções de conflito
- Formação na área do desporto para 194 professores de educação física de 25 federações desportivas de todo o território nacional
- Formação na área de música para 519 jovens dos 12 distritos
- Formação na área de jornalismo para 135 de todos os distritos
- Distribuição de 3.285 instrumentos musicais em todo o território nacional
- Comemoração do Dia Nacional da Juventude a nível dos sucus, subdistritos e distritos
- 13 Programas de rádio sobre a participação dos jovens no processo de desenvolvimento comunitário
- Distribuição de 25.500 equipamentos de desporto nas escolas, comunidades e instituições do Governo

Apoiámos:

- Organização do Festival de Artes Tradicionais, em Díli
- Grupos e diversos tipos de actividades e programas culturais nos distritos, incluindo a aquisição de instrumentos musicais tradicionais e modernos

- IV Exposição Internacional de Arte para Crianças, sob o lema “Um Mundo em Harmonia e Transmitir Amor – A Caminho de 2008”, na China
- Concurso internacional de fotografia organizado pelo Centro Cultural para a Ásia-Pacífico da UNESCO
- Festa Enikki das Crianças da Ásia da Mitsubishi, no Japão
- Projecto apresentado pelo IICT, em Portugal, intitulado “Conhecimento e Reconhecimento em espaços de influência portuguesa: registos, expedições científicas, saberes tradicionais e biodiversidade na África Subsariana e Insulíndia”
- DOCTV CPLP, um concurso internacional de documentários para jovens cineastas da CPLP
- Festival da Canção em Português, em Díli
- Semana das Artes e do Desporto, celebrando o Dia Mundial da Criança
- Mês Cultural do Brasil em Timor-Leste
- Pavilhão de Timor-Leste na Expo Shanghai 2010 e o Dia Nacional de Timor-Leste na Expo
- 1º Colóquio de Línguas Nacionais de Timor-Leste
- Festival Ramelau
- Participação de dois artistas timorenses na VI Bienal de Arte e Cultura de São Tomé e Príncipe
- Formação sobre o Hino Nacional de Timor-Leste, tendo sido produzidos 1000 DVDs com o Hino e outras músicas historicamente relevantes de Timor-Leste, distribuídos por escolas, instituições do Governo e ONGs
- 2º Colóquio de Línguas Nacionais de Timor-Leste, em Díli
- Conselho Nacional da Juventude
- Programa Atletas de Elite para seleccionar os atletas para as competições internacionais
- Intercâmbio de jovens dos 13 distritos num total de 949 jovens
- 4 Jovens para realizar os estudos na área do desporto, em Cuba
- Festival nacional de desporto, desporto escolar e comunitário (jogos escolares, tradicionais, comunitários) em todo o território nacional

Participámos:

- Segunda Semana de Incentivo à Leitura, sob o lema “Português e Tétum: Minhas Línguas, Minha Pátria”
- Feira do Livro
- Festival da Lusofonia de Macau, que juntou participantes dos países da CPLP e da região do Sudeste Asiático
- Segunda Semana Cultural da CPLP
- Conferência Internacional Sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial, organizada pela CPLP no Brasil
- Património Imaterial Sem Fronteiras: Salvaguarda através de Cooperação Internacional, em Bangkok
- Reunião das Autoridades Cinematográficas da CPLP
- II Encontro Internacional sobre Património Mundial de Origem Portuguesa, em Portugal
- Semana Cultural da China e dos Países de Língua Portuguesa, que decorreu em Macau
- Festival cultural “Timornesia”, um evento organizado anualmente entre a RDTL e a República da Indonésia, em Atambua
- Timor-Sea Cup, em Darwin
- Arafura Games, em Darwin
- Sea Games (2009, 2011), na Indonésia e Camboja
- World Summer Special Olympic Games, em Atenas
- Jornada Mundial da Juventude em Madrid

Conquistámos:

- 1º Lugar no Timor-Sea Cup
- 2 Medalhas de ouro, 1 de prata e 11 de bronze nos Arafura Games
- 1 Medalha de ouro, 1 de prata e 4 de bronze nos Sea Games

- 3 Medalhas de ouro nos World Summer Special Olympic Games

Reabilitámos:

- Sala da Colecção Nacional
- 4 Casas Sagradas nos distritos de Lospalos, Ainaro, Bobonaro e Oe-cusse
- Edifício da SEJD juntamente com jardim, campo de futebol salão, basquetebol, voleibol
- Ginásio GMT e o Estádio Municipal de Díli para apoiar a prática de futebol, atletismo, voleibol, *badminton* e artes marciais
- 4 Centros de Juventude em Bobonaro, Ermera, Manufahi e Oe-cusse

Construímos:

- 58 Campos de voleibol e basquetebol em 58 escolas secundárias a nível nacional

Implementámos:

- Curso de Bacharelato em Educação Física e Desporto, que beneficia a mais de 70 estudantes
- Parlamento Foinsa'e Nian constituído por 130 membros, oriundos dos 65 subdistritos
- Comissão Reguladora de Artes Marciais e o registo oficial das respectivas organizações

Inaugurámos:

- 3 Centros do Centro de Treinamento de Futebol Juvenil (CTFJ) em Díli, Lospalos e Maliana, onde cerca de 700 crianças, com idades entre os 9 e os 15 anos, estão a receber treino e formação por uma equipa composta por 6 treinadores timorenses

Publicámos:

- “Estátuas de Timor-Leste”. Catálogo das estátuas da Colecção Nacional de Timor-Leste, publicado com o apoio da UNESCO (tétum, português e inglês)
- “As Portas da Colecção Nacional”. Catálogo das portas de Casas Sagradas da Colecção Nacional de Timor-Leste (tétum, português e inglês)
- “Guia de Gestão da Biblioteca Escolar”. Manual para professores e responsáveis de bibliotecas escolares (tétum e português)
- *Pintura Sira iha Fatuk Lolon – Arte Rupestre – Rock Art Timor-Leste* (Brochura de acompanhamento da exposição com o mesmo nome, patente na Casa Europa, Díli, entre 14 e de 30 Março. Edição em tétum, português e inglês)
- *Pátria. Hino Nacional da República Democrática de Timor-Leste* (DVD)



Planear o Futuro: O Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030

Em Julho de 2011 o Parlamento Nacional aprovou o Plano de Desenvolvimento Estratégico de Timor-Leste para 2011 a 2030. Este Plano foi submetido a um processo de consulta pública, durante cinco meses, através dos 65 subdistritos do País. Estabelece o que precisa ser feito para concretizar a visão colectiva do Povo Timorense, no sentido de alcançar uma Nação pacífica e próspera em 2030.

O Plano indica um caminho para transformar Timor-Leste numa Nação com uma população instruída e qualificada, com cuidados universais de saúde, boas infraestruturas, um sector privado forte, uma economia diversificada e uma sociedade próspera, com rendimentos, alimentação e alojamento adequados para todos os cidadãos.

O Plano identifica e avalia prioridades e fornece um guia para a implementação de estratégias e acções recomendadas a curto prazo (um a cinco anos), a médio prazo (cinco a dez anos) e a longo prazo (dez a vinte anos).

As principais iniciativas no PED para garantir o nosso futuro incluem:

Desenvolvimento do Capital Social

Educação:

- Melhoria da qualidade e da equidade da educação em prol de resultados de aprendizagem reconhecidos e mensuráveis
- Um currículo escolar pré-primário a nível nacional, programas de formação de professores e guias de aprendizagem aprovados
- Um sistema nacional de formação vocacional
- Alargamento da UNTL para sete faculdades

Saúde:

- Desenvolvimento de serviços de saúde abrangentes e de qualidade elevada para todas as famílias timorenses através de investimento na prestação de serviços de saúde, recursos humanos para a saúde e infraestruturas de saúde
- Vacinação de crianças contra a poliomielite, sarampo, tuberculose, difteria e hepatite B
- Provisão de parteiras ou profissionais de saúde comunitária em aldeias remotas
- Serviços de cuidados cardíacos, renais e de saúde paliativa no Hospital Nacional

Inclusão Social:

- Um pacote de rede de segurança social para apoiar os nossos cidadãos mais vulneráveis e garantir que estes atinjam o seu potencial
- Um sistema universal e contributivo de segurança social para atribuir uma pensão a cada trabalhador timorense
- Um programa abrangente de assistência estatal a veteranos
- Currículos com atenção à questão dos géneros em todos os níveis do sistema de educação
- Um Fundo para Jovens com vista a apoiar projetos destinados aos jovens e ao seu desenvolvimento

Ambiente:

- Plantação de um milhão de árvores a nível nacional todos os anos
- Normas sobre poluição aérea, sonora e dos solos, bem como normas sobre emissões de veículos
- Renovação da ligação forte entre os timorenses e o ambiente por via da implementação de programas com o intuito de melhorar a saúde das nossas florestas, rios, vida marítima e vida animal

Cultura e património:

- Desenvolvimento de um Museu e Centro Cultural de Timor-Leste, uma Biblioteca Nacional e Arquivos de Timor-Leste, Centros Culturais Regionais em todos os 13 distritos e uma Academia Nacional de Artes e Indústrias Criativas
- Desenvolvimento de práticas culturais antigas e novas tais como tecelagem, entalhe, desenho e pintura, música, representação e narração de histórias em indústrias criativas capazes de geram rendimentos, emprego e exportações

Desenvolvimento de Infra-Estruturas

Estradas e pontes:

- Um programa abrangente de manutenção rodoviária para reabilitar todas as estradas existentes
- Construção de novas pontes para prestar acesso nas principais rotas em todas as condições atmosféricas
- Construção da infra-estrutura rodoviária necessária para apoiar o desenvolvimento da costa sul
- Estabelecimento de uma estrada à volta de Timor-Leste até 2030

Água e saneamento:

- Construção de um sistema de recolha de resíduos em Díli, garantindo água canalizada segura 24 horas por dia a famílias nos 12 centros de distrito e instalando sistemas de água e latrinas comunitárias em áreas rurais, como parte do Programa de Abastecimento de Água e Saneamento Rural

- Melhoria das instalações de saneamento em áreas urbanas de distrito
- Melhoria do funcionamento e da manutenção dos sistemas de esgotos em Díli e em todos os distritos

Electricidade:

- Todos os cidadãos de Timor-Leste com eletricidade fiável 24 horas por dia, através de investimento em novas centrais elétricas e da melhoria dos sistemas de transmissão e distribuição, juntamente com a expansão rápida de sistemas de energia renovável

Portos, aeroportos e telecomunicações:

- Novos portos marítimos em Tibar na costa norte e em Suai na costa sul, de modo a apoiar a nossa economia crescente e a dar resposta às necessidades futuras da indústria e em termos de fretes
- Alargamento do Aeroporto Internacional Presidente Nicolau Lobato em Díli e construção e reabilitação de pistas para estabelecer capacidade de aviação nos distritos
- Melhoria acentuada do acesso a serviços de telecomunicações acessíveis, fiáveis e modernos, por via da abertura do nosso mercado de telecomunicações à concorrência, do estabelecimento de um novo órgão regulador independente e da introdução de uma Política de Serviço Universal

Desenvolvimento Económico

Desenvolvimento rural:

- Promoção do crescimento do sector privado em áreas rurais através do encorajamento de micro e pequenas empresas e da introdução de um Quadro Nacional de Planeamento para identificar e apoiar oportunidades a nível de desenvolvimento rural
- Construção de 55.000 novas habitações para ajudar famílias espalhadas pelo país, segundo o Programa dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio destinado aos Sucos
- Apoio a cooperativas na condução de atividades do sector privado em diversas áreas, incluindo plantações de bambu, criação de galinhas, pescas e tecelagem

Agricultura:

- Melhoria das nossas práticas agrícolas para dinamizar a produção de arroz e milho e para concretizar a nossa meta primária de segurança alimentar até 2020, assim como para apoiar o crescimento de outras colheitas fundamentais como sejam café, baunilha, noz molucana e óleo de palma
- Garantia de água para a agricultura através de investimento em infraestruturas de irrigação e barragens
- Apoio a actividades de aquacultura e ao crescimento do setor das pescas

Petróleo:

- Estabelecimento de uma Companhia Nacional de Petróleo, desenvolvimento do projeto do Tasi Mane na costa sul e dotação do nosso povo com as qualificações e experiência necessárias para liderar e gerir o desenvolvimento da nossa indústria petrolífera
- Continuação do nosso compromisso em termos de transparência relativamente às receitas do setor petrolífero

Turismo:

- Posicionamento de Timor-Leste para oferecer uma gama de experiências turísticas que aproveitem a nossa beleza natural, cultura e património, permitindo a Timor-Leste diferenciar-se de outras atrações turísticas internacionais e apelando ao crescente segmento do mercado de luxo que procura experiências e locais únicos e requintados
- Estabelecimento de um centro de formação em turismo e hotelaria em Díli

Investimento do sector privado:

- Aprovação de um Código Civil para apoiar o cumprimento de contratos; de uma Lei de Terras para dar segurança em termos de posse e de desenvolvimentos; e de uma Lei Laboral para definir de forma clara os direitos e obrigações legais de empregadores e empregados
- Introdução de processos eficientes para o registo e licenciamento de empresas
- Implementação de um conjunto especial de leis e normas empresariais em Zonas Económicas Especiais

Desenvolvimento do Quadro Institucional

Segurança, Defesa e Negócios Estrangeiros:

- Implementação de uma reforma ao sector da segurança para possibilitar melhor prevenção e investigação de crimes, segurança pública e controlo fronteiriço
- Estabelecimento de uma Unidade de Tráfego e Segurança Rodoviária profissional para garantir a segurança das nossas estradas e o cumprimento das leis rodoviárias
- Implementação de um quadro legal para estabelecer o controlo democrático das F-FDTL
- Definição clara dos papéis e das responsabilidades das F-FDTL e da PNTL, de modo a assegurar coordenação e cooperação mais próximas
- Adesão plena à ASEAN

Justiça:

- Provisão de serviços do sector de justiça em todos os distritos para que todos os cidadãos timorenses possam ter acesso a serviços legais efectivos e eficientes
- Criação de um órgão autónomo e independente para gerir o cadastro de terrenos e de bens imóveis do Estado, bem como para implementar legislação que reja propriedades e o uso de terrenos em Timor-Leste
- Regulação do direito consuetudinário e dos mecanismos de justiça comunitária para garantir a conformidade com os direitos humanos

Gestão do Sector Público e Boa Governação:

- Instituição de um sistema abrangente e de uma cultura de gestão de desempenho através da função pública de Timor-Leste
- Introdução de um Código de Conduta para Membros do Governo e de legislação para proteger quem denuncie irregularidades
- Gestão de programas e projetos governamentais grandes e complexos através da Política Económica e da Agência de Investimentos

